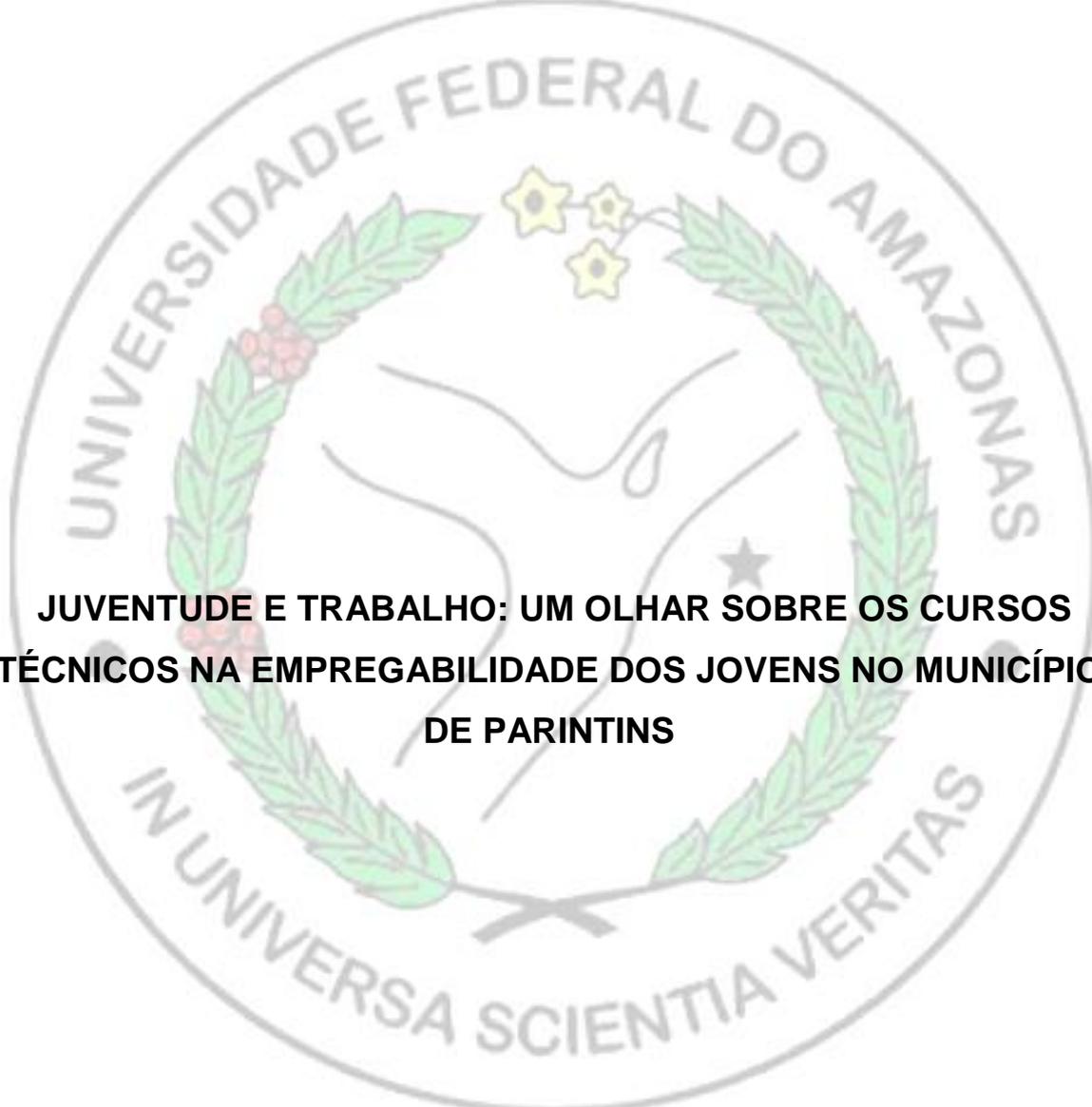


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL E
SUSTENTABILIDADE NA AMAZÔNIA**



**JUVENTUDE E TRABALHO: UM OLHAR SOBRE OS CURSOS
TÉCNICOS NA EMPREGABILIDADE DOS JOVENS NO MUNICÍPIO
DE PARINTINS**

Manaus

2014

KEURYANNE GUERREIRO DOS REIS

**Juventude e Trabalho: um olhar sobre os cursos técnicos na
empregabilidade dos jovens no município de Parintins**

Dissertação apresentada à banca examinadora para defesa de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Orientação: Prof^ª. Dr^ª. Cristiane Bonfim Fernandez.

MANAUS

2014

R375j Reis, Keuryanne Guerreiro dos
Juventude e Trabalho: um olhar sobre os cursos técnicos
na empregabilidade dos jovens no município de Parintins /
Keuryanne Guerreiro dos Reis. 2014
126 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Cristiane Bonfim Fernandez
Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade
Federal do Amazonas.

1. Juventude. 2. Trabalho. 3. Educação Profissional. 4.
Empregabilidade. I. Fernandez, Cristiane Bonfim II.
Universidade Federal do Amazonas III. Título

**JUVENTUDE E TRABALHO: UM OLHAR SOBRE OS CURSOS TÉCNICOS NA
EMPREGABILIDADE DOS JOVENS NO MUNICÍPIO DE PARINTINS**

KEURYANNE GUERREIRO DOS REIS

DEFESA DE DISSERTAÇÃO

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Cristiane Bonfim Fernandez – Presidente
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof^a. Dr^a. Roberta Ferreira Coelho de Andrade – Membro
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia
Universidade Federal do Amazonas

Prof. Dr. José Luiz *Pereira da* Fonseca – Membro
Diretor do Instituto de Ciências Sociais Educação e Zootecnia/ICSEZ
Universidade Federal do Amazonas

Aprovada em ____/____/____

Manaus

2014

DEDICATÓRIA

À Deus, Jesus Misericordioso que me direcionou neste trabalho.

Ao meu filho João Pedro que em ventre dedicou profundos dias e noites de companhia e serenidade ao meu lado.

À minha mãe Fridomar Guerreiro e meu pai Valter Lima pessoas que consolidaram minha existência.

À toda juventude parintinense que luta por reconhecimento e políticas públicas para fortalecimento em sociedade.

AGRADECIMENTOS

❖ *Meus agradecimentos são primeiramente a Deus que com sua fortaleza me recebeu em seus braços de consolo e serenidade que me acalmaram em momentos de apreensão e desespero, que me deu sabedoria e força em toda essa caminhada científica ao qual me dediquei.*

❖ *Ao meu filho João Pedro que no inesperado trouxe toda felicidade que jamais conseguiria descrever aqui, onde todas minhas forças foram recarregadas para continuar e é por ti todo meu esforço.*

❖ *Agradeço ao meu pai, Valter Lima dos Reis, e minha mãe Fridomar Guerreiro dos Reis incansáveis na construção deste conhecimento, que foram suportes constantes em minha vida e que não mediram esforços para consolar-me e caminhar comigo, responsáveis pela consolidação de minha existência.*

❖ *Aos meus avós maternos Fridolino Teixeira Guerreiro e Maria Rosa Sales Guerreiro que mesmo longe, na distância da cidade, me incentivaram e intermediram para o meu sucesso. A minha avó paterna Maria Francisca de Lima Cardoso que sempre reconheceu meu esforço.*

❖ *Ao meu tio Fredinaldo Sales Guerreiro que papai do céu levou em seus braços, mas que em meus sonhos transmitiu mensagens de aconchego em momentos de choros e desesperos, sob a intersecção de Nosso Senhor Jesus Cristo.*

❖ *Aos meus tios Fridolino Teixeira Guerreiro, Francenildo Sales Guerreiro e Francineide Sales Guerreiro, que estiveram presentes neste processo de construção.*

❖ *À Família Colégio Batista de Parintins, nas pessoas do Gestor Eduardo França Lessa Junior, Maria Dirce Oliveira Soares e Sarah Maria da Silva Gomes, que como chefe e amigas de trabalho, souberam suportar minha ausência e cansaço em dias de trabalho. Não me pressionaram e compreenderam este momento. Serás C.B.P.!*

❖ *Aos amigos, Patrício Ribeiro e Andreza Weil, ele como irmão e ela como uma segunda mãe que estarão eternamente em meu coração. Foram meu apoio desde os primeiros*

momentos, laços profundos de amizade foram fortalecidos ao longo do tempo, pelas horas em conversas paralelas, pelas idas e vindas à Parintins, pelos passeios, pelos trabalhos e problemas vivenciados durante este período, sou grata.

❖ À professora Dra. Cristiane Bonfim Fernandez que mesmo não podendo estar 100% presente nas orientações, acreditou que seria possível. Obrigada professora, me faltarão palavras para agradecer sua disponibilidade, seu carinho, seus “puxões de orelha” em momentos tão difíceis. É um privilégio ser sua aluna.

❖ À banca examinadora composta pela professora Roberta Ferreira Coelho de Andrade e pelo professor José Luiz Pereira da Fonseca

❖ Ao Colegiado do Curso de Serviço Social do ICSEZ por todo apoio que me proporcionaram neste processo

❖ À minha turma de mestrado, que se constituiu em um família: Andreza, Patrício, Antônia, Neves, Karina, Branca, Ária, Alcione, Ingrid, Alessandra.

❖ Ao amigo Gladson Rosas Hauradou, amigo para além do meio profissional.

❖ Aos acadêmicos de Serviço Social do ICSEZ, por compreenderem que este processo é necessário para a melhoria da formação profissional.

❖ À todas as professoras do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia que contribuíram para o meu amadurecimento acadêmico, meus sinceros agradecimentos.

❖ Ao Celismar, por sua disponibilidade e orientações durante as corridas por créditos.

❖ Aos jovens parintinenses que contribuíram para a construção deste estudo. Muito obrigada.

*Eu às vezes não entendo!
As pessoas em um jeito
De falar de todo mundo
Que não deve ser direito.*

*Aí eu fico pensando
Que isso não está bem.
As pessoas são quem são,
Ou são o que elas têm?*

*Eu queria que comigo
Fosse tudo diferente.
Se alguém pensasse em mim,
Soubesse que eu sou gente.*

*Falasse do que eu penso,
Lembrasse do que eu falo,
Pensasse no que eu faço
Soubesse por que me calo!*

*Porque eu não sou o que visto.
Eu sou do jeito que estou!
Não sou também o que eu tenho.
Eu sou mesmo quem eu sou!*

Pedro Bandeira

RESUMO

O presente trabalho foi motivado a partir das inquietações a respeito da empregabilidade dos jovens no município de Parintins, partindo de discussões em torno da crise estrutural do capital que condiciona um amplo processo de reestruturação do trabalho e da produção, combinado com esforços significativos para a reconfiguração dos mecanismos de mediação do conflito de classe, o que implica mudanças no papel do Estado, logo, novas exigências para a inserção no mercado de trabalho. Deste modo, esta pesquisa teve como objetivo analisar os impactos dos Cursos Técnicos Profissionalizantes na empregabilidade dos jovens/alunos no município de Parintins, sendo, portanto, a Educação Profissional relevante neste estudo como proposta teórica para as discussões em torno das políticas públicas para a juventude no trato da empregabilidade como imposição às novas exigências. A pesquisa visou ainda identificar a inserção dos jovens com cursos técnicos profissionalizantes no mercado formal ou informal e identificar a adequação da empregabilidade desses jovens em relação ao curso técnico profissionalizante a que foram capacitados. Trata-se de uma análise qualitativa de caráter explicativo que, em termos de procedimentos metodológicos, se insere na categoria do levantamento sobre a dinâmica do mercado de trabalho para os jovens no município de Parintins e de sua inserção no mercado local. Participaram desta pesquisa 62 (sessenta e dois) jovens devidamente qualificados pelas Instituições de Educação Profissional (Instituto Federal do Amazonas/Ifam; Centro de Educação Tecnológica do Amazonas/Cetam; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Senac) que pelos critérios de inclusão e exclusão foram considerados somente os jovens inseridos no mercado de trabalho local. Os dados foram coletados por meio de questionários semiestruturados com contato direto com os entrevistados, observação sistemática durante 2 (dois) dias nas Instituições de Educação Profissional que proporcionaram acesso nos documentos dos jovens egressos e permitiram sua localização. Os resultados da pesquisa evidenciaram a importância da Educação Tecnológica profissional aos jovens no município de Parintins, no que diz respeito às facilidades para a inserção no mercado local quando qualificados. No entanto, os desafios estão na absorção de grande parte destes jovens qualificados nos campos de trabalho, pois as redes de empregabilidade ainda ficam restritas aos apadrinhamentos municipais, que não levam em consideração a qualificação, e tendenciam os jovens a se inserirem no trabalho informal ou ocuparem cargos que não condizem com sua qualificação profissional, percorrendo portanto, dentro da perspectiva da precarização do trabalho quanto a não valorização profissional destes jovens.

Palavras-Chave: Juventude, Trabalho, Educação Profissional, Empregabilidade.

ABSTRACT

This work was motivated from concerns regarding the employability of young people in the city of Parintins, from discussions around the capital's structural crisis that affects a broad restructuring of labor and production, combined with significant efforts to redesign of mediation of class conflict, which implies changes in the role of the State, logo, new requirements for entering the job market. Thus, this research aims to analyze the impacts of Technical Vocational Courses employability of young people / students in the city of Parintins, and therefore the relevant professional education in this study as a theoretical proposal for discussions around public policies for youth in dealing with employability as imposing the new requirements. The survey also aimed to identify the inclusion of youth with vocational technical courses in the formal or informal market and identify the suitability of these youth employability in relation to vocational technical course that were trained. It is a qualitative analysis of an explanatory nature that, in terms of methodological procedures, fall within the category of the survey on the dynamics of the labor market for young people in the city of Parintins and its insertion in the local market. Participated in this study 62 (sixty two) young qualified by the Institutions of Professional Education (Instituto Federal do Amazonas / IFAM; Technological Education Center of the Amazon / Cetam; National Commercial Training Service / Senac) that the inclusion and exclusion criteria were considered only the youth entered in the local labor market. Data were collected through semi-structured questionnaires with direct contact with respondents, systematic observation for two (2) days in Institutions of Professional Education which provided access to documents of the young graduates and allowed their location. The survey results showed the importance of vocational technical education to the youth in the city of Parintins, regarding the facilities for entering the local market when qualified. However, the challenges are absorbing most of these skilled in the fields of youth work, because networks of employability are still restricted to local sponsorships, which do not take into consideration the qualification and tendenciam young people in entering the informal labor or occupy positions that do not match his qualifications, covering therefore, from the perspective of job insecurity as a non-professional valuation of these young people.

Keywords: Youth, Employment, Vocational Education.

LISTA DE SIGLAS

AIDS – Síndrome da imunodeficiência adquirida

CETAM – Centro de Educação Tecnologia do Amazonas

CODEFAT – Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador

CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OIT – Organização Internacional do Trabalho

ONU – Organização das Nações Unidas

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNQ – Plano Nacional de Qualificação

PROEJA FIC – Programa Nacional de Integração na Educação Profissional na Modalidade Jovens e Adultos

PROJOVEM – Programa Nacional de Inclusão de Jovens

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Abordagem conceitual sobre a categoria trabalho	27
Quadro 2 Reestruturação Produtiva e os efeitos sobre o mundo do trabalho	35
Quadro 3 Teoria do Desemprego.....	38
Quadro 4 Características dos jovens e sua representação nas décadas	45
Quadro 5 Conquistas históricas: Políticas públicas de juventude no Brasil	59
Quadro 6 Direitos previstos no Estatuto da Juventude.....	64
Quadro 7 Identificação das Redes de Empregabilidade no Município de Parintins..	79
Quadro 8 Identificação do Lócus da Pesquisa.....	93
Quadro 9 Importância do Curso Técnico	104

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Vínculo contratual na Prefeitura Municipal de Parintins	77
Gráfico 2 Vínculo contratual na Prefeitura Municipal de Parintins	89
Gráfico 3 Distribuição percentual por sexo	95
Gráfico 4 Distribuição percentual do estado Civil	96
Gráfico 5 Percentual de número de filhos.....	97
Gráfico 6 Percentual da Renda.....	97
Gráfico 7 Percentual número de residentes	97
Gráfico 8 Distribuição percentual por faixa etária	99
Gráfico 9 Distribuição dos jovens nas instituições de Educação Profissional	99
Gráfico 10 Formação Técnica profissional dos Jovens	101
Gráfico 11 Tempo de inserção no Mercado de Trabalho	102
Gráfico 12 Modo de ingresso no Mercado de trabalho	103

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - TRABALHO EM QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE SUAS CONCEPÇÕES	22
1.1 Significado do Trabalho e sua centralidade	23
1.2 A reestruturação Produtiva e a Ofensiva Capitalista	28
1.3 Trabalho E (des)emprego no Brasil	36
CAPÍTULO II - JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS	42
2.1. Juventude e Cidadania: definições e características	43
2.2 Os desafios no processo de formulação das Políticas Públicas	50
2.3 Conselho Nacional da Juventude e Estatuto da Juventude Brasileira	61
2.4 Juventude e Trabalho: caminhos para a educação profissional	65
CAPÍTULO III - JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO	75
3.1. O Mercado de Trabalho no município de Parintins	75
3.2. Educação Profissionalizante e Juventude Parintinense	81
3.3. O perfil dos jovens egressos de cursos técnicos	92
3.4. A inserção do jovem no mercado de trabalho no município de Parintins	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	112
APÊNDICES	119

INTRODUÇÃO

Apesar dos avanços que a juventude vem historicamente conquistando, tendo como marco o ano de 2004, período que se inicia um amplo debate e discussão em torno da necessidade de instaurar políticas públicas de juventude no Brasil, dados da Secretaria Nacional de Juventude aponta que ainda é possível reconhecer que cerca de 15% dos mais de um milhão de jovens permanecem sem acesso a direitos básicos, como saúde, educação, trabalho e cultura, pelos quais a juventude vem lutando, de forma cada vez mais expressiva nos últimos anos.

Esse cenário jovem-contemporâneo tem sido norteadado por questões, como a violência, precariedade de inserção no mercado de trabalho, mortalidade e outros, que vem gradativamente sendo associadas ao debate sobre juventude, com o objetivo de favorecer a integração e participação deste público nas várias esferas sociais.

Neste contexto contemporâneo, compreende-se a população jovem a partir de um viés heterogêneo característico deste grupo, com especificidades e singularidades, daí a necessidade de entender que o crescimento desta população é fator imprescindível para abordagem de temáticas que respondam as particularidades dos contextos vivenciados, seja no trabalho, na educação, nas políticas sociais e outro peso demográfico, portanto, primordial no fortalecimento destas lutas políticas em detrimento da força populacional, bem como, fator primordial para emergência de ações na esfera federal.

Assim, para o desenvolvimento de políticas e programas para a juventude, Frezza (2009) afirma que a partir de 2005, o Brasil tem feito investimento em programas e políticas públicas de juventude principalmente na área educacional, representado principalmente pelo Programa Nacional de Inclusão de Jovens - Projovem, Programa Nacional de Integração da Educação Profissional na Modalidade Jovens e Adultos - ProejaFic e Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – Pronatec, voltados ao atendimento das demandas específicas, com vistas a instituir projetos que objetivem diminuir o ciclo de reprodução de desigualdades enfrentadas pelos jovens e promover sua inserção na ordem social vigente, garantindo o direito ao acesso a saúde, educação, e principalmente qualificação para o mercado de trabalho.

Pesquisas nacionais, como a de responsabilidade do *Criterium Assessoria em Pesquisas* Instituto Cidadania da Fundação Perseu Abramo em 1999 intitulada “Juventude: cultura e cidadania” apontam que a inserção no mercado de trabalho está entre os assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens no Brasil. Estes veem no trabalho a possibilidade de emancipação e crescimento pessoal, garantia de uma renda que possibilite a independência financeira ou mesmo de uma renda que supra pelo menos as necessidades básicas do consumo de “um jovem”, como o modismo, característico desse público.

Além disso, é possível considerar, conforme corrobora Frigotto (2004), que a inserção no mercado de trabalho se constitui hoje, uma necessidade de crescimento pessoal e profissional imposta socialmente pelo sistema capitalista vigente. A inserção no mercado de trabalho e a elevação do grau de escolaridade é a garantia de melhores condições de vida da população juvenil que caminha para a vida adulta, pois a sociedade que constitui o Brasil é caracterizada por um espaço celetista, tecnológico, heterogêneo, excludente e includente, que absorve de acordo com suas necessidades, mas que isola e coloca à margem da sociedade os que não contemplam suas exigências.

Contemplar e preparar público jovem às exigências da sociedade brasileira requer investimentos educacionais, políticos e sociais, principalmente de empregabilidade. Este é o desafio das políticas de atenção às peculiaridades dos jovens brasileiros, ou seja, políticas públicas que deem conta pelo menos da continuidade e conclusão dos estudos no Ensino Básico, que proporcionem ao jovem melhor capacitação e perspectiva de ingresso no mercado de trabalho.

Seguindo a compreensão de Frigotto (2004), os jovens entre 18 a 24 anos são focos das políticas que visem garantir a possibilidade de continuidade de escolaridade até a conclusão do ensino médio. Para o autor, a direção a que deve instituir as políticas públicas não pode eliminar as particularidades da heterogeneidade jovem, mas deve-se investir na formação de um jovem ‘técnico-dirigente’, sujeito autônomo e protagonista de cidadania ativa e não reduzido a um ‘cidadão-produtivo’, explorado, obediente, despolitizado e que faça “bem-feito” o que o mercado determina.

A possibilidade da transformação deste jovem em ‘cidadão-produtivo’ e participativo, advém da necessidade de investimentos em torno da permanência e conclusão do ensino básico. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) 2011, e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de jovens a partir de 15 anos que completaram os níveis de ensino da educação Básica (fundamental e médio) caiu gradativamente desde 2004, quando o índice de abandono foi fator preocupante, devido à precária condição de vida de grande parte da população jovem brasileira e sua inserção precoce no mercado de trabalho.

Assim, uma das exigências impostas socialmente ao mercado de trabalho, visada pelos jovens tem sido a escolarização, a busca pela qualificação técnica/profissional que os habilite a desenvolver determinado ofício e os tornem sujeitos protagonistas quando inseridos no mercado. Duas dimensões podem ser identificadas nesta corrida pelos jovens ao mercado de trabalho, a opção pela qualificação profissional através dos cursos técnicos profissionalizantes ou a aprovação no vestibular e a garantia de uma graduação.

Para Isac (2012), os jovens entre 15 a 18 anos estão cada vez mais escolhendo o Curso Técnico à graduação após a conclusão do Ensino Médio, objetivando vida financeira melhor e estável em curto prazo. Unindo o útil ao agradável esses jovens têm buscado os cursos profissionalizantes pela própria exigência do mercado – qualificações da mão-de-obra tratam estes cursos como uma espécie de ‘*trampolim*’ para uma possível graduação.

No Amazonas, os jovens têm por referência várias instituições de cursos técnicos profissionalizante, entre os quais se destacam o SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial) e o CETAM (Centro de Educação Tecnológica do Amazonas), sendo os dois primeiros de natureza pública/privada e outro de natureza pública oferecida pelo Governo do Estado do Amazonas desde 2003.

Em Parintins, instituições como o Instituto Federal do Amazonas - IFAM, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, são destaques na oferta de cursos técnicos com duração em média de 1 (um) ano e meio, e, 2 (dois) anos. Estas instituições têm sido um atrativo importante na vida profissional de grande parte do público

juvenil no município, que optam pelos cursos técnicos oferecidos dos quais estão descritos nas áreas de Enfermagem, Recursos Pesqueiros, Meio Ambientes, Administração, Informática, Recursos Humanos, Segurança no Trabalho e Design de Móveis.

Diante deste emaranhado de campos profissionalizantes distribuídos em Parintins, esse trabalho contribuiu para explicitar o cenário parintinense como provedor de educação profissional e, conseqüentemente, a absorção ao mercado de trabalho no município, apontando os impactos dos Cursos Técnicos Profissionalizantes na empregabilidade dos jovens/alunos no município de Parintins.

O desenvolvimento da pesquisa científica teve como proposta o desvelamento da realidade como proposta a produção de conhecimento, que visa descrever, explicar e prevê os fenômenos. Neste sentido, o entendimento deste caminho metodológico foi pensado dentro de categorias de estudo, traçada como mecanismos de discussão para se chegar a uma determinada questão ou problema.

Categorias	Autores
TRABALHO (Foco na discussão da Qualificação Profissional)	Bulhões (2004); Minarelli (1995); Oliveira (2000); Sanchis (...); Azeredo (1998); Cardoso e Goanzáles (2007); Franca (2007); Frigotto (1996; 2004); Antunes (2005); entre outros.
JUVENTUDE (Discurso conceitual)	Abramo (1997); Novaes (2007); Frigotto (2003a); Guimarães (2008); Bango (2008); Vannchi (2004); Andrade (2008); Garcia (2009), entre outros.
POLÍTICAS PÚBLICAS (Foco nas Políticas de Juventude, Emprego e Renda)	Alves (2006); Camarano, Mello e Kanso (2009); Castro e Aquino (2009); Leon (2009); Sposito (2009), ente outros.

Tais categorias permearam a fundamentação teórica para a discussão metodológica necessária à compreensão da realidade investigada. Nessa direção, esta pesquisa foi norteadada pela abordagem qualitativa que permitiu uma investigação mais detalhada dos elementos históricos e críticos que permeiam a realidade dos sujeitos investigados, que estão em constantes transformações a partir do pensamento crítico e reflexivo que se faz da realidade social.

A partir do contato direto com os participantes egressos dos cursos técnicos de qualificação profissional, foram considerados dados quantitativos referente às questões socioeconômicas e culturais frente à importância dos cursos técnicos como perspectiva de inserção no mercado de trabalho. Por meio da pesquisa qualitativa foi

feita a interpretação dos dados de forma mais aprofundada, com o propósito tornar claro o significado de dados considerando as falas do entrevistados.

A compreensão em torno dos Cursos Técnicos oferecidos no município de Parintins, como perspectiva para a empregabilidade do jovem, foi construída partir da de dados de fontes primários e secundários.

A fonte primária consiste nas redes de empregabilidade, onde são ofertadas vagas de emprego no município de Parintins, conforme o quadro abaixo:

Redes de Empregabilidade	Forma de Admissão
Universidade Federal do Amazonas	Concurso Público
Distrito Mobiliário de Parintins	Associação/Cooperativa
Instituto Federal do Amazonas – IFAM	Concurso Público
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM	Processo Seletivo
SENAC	Processo Seletivo
Hospital Regional Jofre Cohen	SUSAM/ Contrato
Hospital Pe. Colombo	SUSAM/ Contrato
Secretaria Municipal de Educação	Concurso Público/Contrato
Secretaria Municipal de Meio Ambiente	Concurso Público/Contrato
Secretaria Municipal de Administração	Concurso Público/Contrato
Secretaria Municipal de Saúde	Concurso Público/Contrato
Centro de Atenção Psicossocial Adolfo Lourido– CAPS	Concurso Público/Contrato
Postos Municipais de Saúde	Concurso Público/Contrato
Comércio Local –Lojista	Análise de Curriculum e entrevista

Identificação das Redes de Empregabilidade no Município de Parintins.

Fonte: REIS (2014)

Quanto ao *lôcus* de pesquisa este foi identificado no trabalho como espaço exploratório da pesquisa, que possibilitou a identificação dos jovens/alunos em participantes concludentes/técnicos. Estes jovens-técnicos constituem o território educacional de qualificação profissional no município de Parintins, que, através de processo seletivo, ou mensalidade, ingressaram nas instituições - Instituto Federal do Amazonas – IFAM; Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – Senac e Centro de Educação Tecnológica e Profissional do Amazonas – Cetam - com o propósito de garantir qualificação profissional técnica e possibilidades para a inserção no mercado de trabalho.

O *lôcus* secundário permitiu a pesquisa exploratória para a investigação e identificação dos alunos/técnicos, que após o término do curso, estão distribuídos nas redes de empregabilidade no município de Parintins.

De acordo com entendimento que se faz a partir da busca pela veracidade das informações a serem coletadas, esta pesquisa foi orientada pela *amostragem aleatória estratificada*, que permite a divisão da população em grupos, chamados estratos onde o pesquisador extrai a opinião de determinados elementos da população (AZEVEDO, 2011).

Neste sentido, o universo desta pesquisa envolveu os jovens/alunos egressos dos Cursos Técnicos das instituições de educação técnica profissional, com faixa etária entre 18 a 29 anos que concluíram seus respectivos cursos num intervalo de 2011 a 2013, totalizando 453 (quatrocentos e cinquenta e três) jovens/alunos.

No entanto, considerando o número expressivo, dada a viabilidade da realização desta pesquisa, “*posto que de modo geral as pesquisas sociais abrangem um universo tão grande que se torna impossível considerá-los em sua totalidade*”, (GIL, 1994, p.45) foi definido uma amostra estratificada a partir desta população, levando em consideração cálculos estratificados de 95% (intervalo de confiança) de confiabilidade para cada curso técnico oferecido (estratos).

Assim, depois de catalogados os estratos, seguido do número de concludentes de cada curso técnico nas três respectivas instituições: IFAM, CETAM e SENAC, foi definida uma amostra a partir da seguinte fórmula: $a = \frac{e}{Z} (z_e)^1$, que após a soma pelo cálculo: $A = a^1 + a^2 + a^3$, teve como resultado uma amostra de 154 jovens/alunos egressos dos cursos técnicos. No entanto, durante a pesquisa realizada no período de junho e julho de 2014, identificar os jovens egressos contou principalmente com a logística do banco de dados que a Instituição Educacional possui, no entanto grande parte dos egressos não foi localizada por conta de inúmeros fatores, como: mudança de endereço, mudança de cidade, telefone impossibilitado de contato e ainda, registros de óbitos. Dessa forma, foi possível contar com a participação de 62 jovens/alunos que atenderam os critérios estabelecidos na pesquisa.

E assim, foram definidas as técnicas, como a habilidade na utilização de processos e preceitos que auxiliaram a alcançar os objetivos desta pesquisa,

¹ A fórmula estratificada aleatória simples, dá conta de integrar grande parte de confiabilidade de um universo de 453 jovens/alunos entre 18 a 29 anos. Onde significa dizer que: a = é a amostra parcial; e = corresponde o estrato de cada curso; Z = população total (universo) e z_e = total da população por estrato.

descritos nesta pesquisa como a pesquisa bibliográfica através de materiais como, livros, revistas, artigos científicos, dissertações, teses entre outros, focalizados em temáticas tais como: Juventude, Política Pública, Trabalho, Educação Profissional, Qualificação Profissional, que já publicados, não consistem na mera repetição teórica, mas permitiram a reflexão de novos enfoques e abordagens. (MARCONI e LAKATOS, 2010). Foi realizado ainda, uma breve pesquisa documental nas instituições de Educação Profissional (Ifam, Cetam e Senac) que auxiliaram na identificação dos jovens egressos e sua localização no município.

Durante a breve pesquisa documental, nos acervos e arquivos das instituições que contou com o auxílio administrativo de cada unidade educacional, foi realizado concomitante, a observação assistemática durante 2 (dois) dias de coleta de material documental. Também foi realizada a observação durante a visita nas redes de empregabilidade no período em que foram aplicados os formulários de entrevistas aos jovens egressos, “é o fato de o conhecimento ser obtido através de uma experiência casual, sem que se tenha determinado de antemão quais os aspectos relevantes a serem observados” (RUDIO, 1979, p. 35).

Quanto aos instrumentos de pesquisa, utilizou-se o formulário de entrevistas aos jovens egressos inseridos no mercado de trabalho no município de Parintins, com perguntas fechadas e abertas que permitiram obter informações diretas do entrevistado. A ainda contou com o diário de campo como instrumento pessoal para devidas anotações permitida a partir da observação assistemática realizada. Consistiu num instrumento importante durante a pesquisa e coleta de dados, sendo possível o registro das diversas observações que contribuiram para a qualificação da coleta de dados.

Nesta perspectiva, os dados coletados na pesquisa de campo seguiram os procedimentos básicos à luz da análise de conteúdo como proposta metodológica usada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos. (BARDIN, 1977). Essa análise, conduz à descrições sistemáticas, qualitativas ou quantitativas, que ajudam a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Assim, foram considerados:

Seleção: dos dados coletados de forma minuciosa, que tinham por essência informações precisas, para que se evitem falhas ou erros de interpretação, bem como, aqueles que possuíam informações confusas ou incompletas;

Classificação: dos dados em concatenação com as categorias de estudo – Juventude, Políticas Públicas e Trabalho – visando atingir os objetivos traçados e formulação de um diálogo teórico em consonância com os dados coletados;

Interpretação: de tudo o que foi coletado a partir das técnicas e instrumentos de pesquisa, visando dialogar de forma significativa com o que se pretendeu discutir. Propôs ainda, revisão na análise dos dados e ajustes para a definição e aportes teóricos que tornaram verdadeiros os dados na pesquisa, coletado e analisado.

CAPÍTULO I

TRABALHO EM QUESTÃO: REFLEXÕES SOBRE SUAS CONCEPÇÕES

*É triste ver meu homem, guerreiro menino
Com a barra de seu tempo por sobre seus ombros
Eu vejo que ele berra, eu vejo que ele sangra
A dor que tem no peito, pois ama e ama.
Um homem se humilha se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida e vida é trabalho
E sem o seu trabalho o homem não tem hora
E sem a sua honra se morre, se mata
Não dá pra ser feliz, não dá pra ser feliz.*

Um homem também chora (Guerreiro menino), Gonzaguinha

Neste capítulo, como aponta o item 1.1, discute-se a categoria trabalho com o objetivo de apresentar seus conceitos e implicações que só podem ser considerados historicamente, e, vem se modificando ao longo do tempo. Busca-se então, compreender a relação entre as concepções/ponto de vistas sobre trabalho e a vida de trabalhadores. No Brasil a essência pelo trabalho tem sido buscada como princípio da dignidade humana para garantia de sobrevivência de famílias no país, mas também qualidade de vida, por meio de trabalho digno.

1.1 SIGNIFICADO DO TRABALHO E SUA CENTRALIDADE

O trabalho no contexto em que se desenvolve, representa o fundamento para a vida em sociedade. É uma das formas mais importantes de socialização do ser humano, por seu intermédio o indivíduo inserido numa organização compartilha de crenças, valores, hábitos.

É por meio do trabalho que o ser humano tem procurado atender suas necessidades, atingir seus objetivos e realizar-se. Contudo, em decorrência de sua natureza ampla e complexa, influenciada pela cultura e momento histórico, o conceito de trabalho tende a modificar-se (OLIVEIRA, 2000).

Para Antunes (2007, p. 140), “renascendo das cinzas, o trabalho tornou-se novamente um dos temas mais relevantes da atualidade, muitas são as interconexões e transversalidades que apresentam o retorno do trabalho como questão central dos nossos dias”. Além disso, é um tema que tem despertado o interesse de estudiosos de diversas áreas como Filosofia, Sociologia, Economia, Psicologia, onde as reflexões sobre sua categoria, bem como seus significados e expressões variam de acordo as formas linguísticas, locais e globais de entender sua organização social.

As perspectivas sociológicas do trabalho expostas por Albornoz (1986) tomam como princípio a língua como mediadora para cada significado, no caso brasileiro não é diferente, as conjunturas sociais transformam os significados desta categoria de acordo com as atividades executadas na forma de ação, bem como, pelas particularidades diversas que se apresentam. Para a autora, a palavra “trabalho” origina-se do substantivo latino *tripalium*, cujo significado refere-se a um aparelho de tortura, que advêm desde os primórdios, que com as transformações sociais, evoluiu seu conceito para substantivos como esforço, labor, obra.

Mas há também o entendimento de estudos para quem a categoria trabalho ocupa o centro das atenções das ciências humanas há pelo menos duas décadas. Mas, bem antes, desde meados da década de 1950, as transformações nos processos de trabalho e sua relação com o destino do proletariado enquanto classe revolucionária tem sido investigada nas perspectivas mais diversas. Quanto a ideia de castigo, tortura e dor, trabalhada por Albornoz (1986), pode também ser visualizada por um dos mais antigos escritos, discutido nos conteúdos bíblicos:

[...] a terra será maldita por causa da tua obra: tu tirarás dela o teu sustento à força de trabalho [...] tu comerás o teu pão no suor do teu rosto[...] E a Eva também foi dada a condenação: [...] Eu multiplicarei os trabalho dos teus partos, tu parirás teus filhos em dor, e estarás debaixo do poder do teu marido, e ele te dominará. (GENESIS, 2004, p. 6)²

² Bíblia Sagrada. Traduzida em português por João Ferreira de Almeida. SBTB. São Paulo, 2004.

Trata-se de uma condição histórica que permite a compreensão do homem e o difere dos animais. Na perspectiva sociológica, por exemplo, essa concepção é discutida sob a identidade do materialismo histórico em considerar o trabalho como a atividade pela qual o homem produz os bens que necessita para sobreviver. Embora os animais produzam, sua produção tem caráter distinto da produção manual e intelectual do homem, conforme afirma Marx (1984, p. 112):

O animal constrói ninhos, casas, como as abelhas, os castores, as formigas, etc. Porém produz unicamente o que necessita imediatamente para si ou para sua prole; enquanto que o homem produz universalmente; o animal produz unicamente por mandato da necessidade física imediata, enquanto que o homem produz inclusive livre da necessidade física e só produz realmente liberado dela; o animal se produz somente a si mesmo, enquanto que o homem reproduz a natureza inteira; o produto do animal pertence imediatamente a seu corpo físico, enquanto que o homem se enfrenta livremente com seu produto. O animal forma unicamente segundo a necessidade e a medida da espécie qual pertence, enquanto que o homem soube produzir segundo a medida de qualquer espécie e sabe sempre impor ao objeto à medida que lhe é inerente [...].

Essa característica produtiva do homem que o difere dos animais perpassa pela capacidade intelectual de formular e produzir além daquilo que seu corpo precisa, mas convém garantir sua permanência constante nas atribuições que o fazem ser interessante no processo de trabalho.

Para Marx e Engels apud Lourenço (2009, p. 34), em um nível de efeito material desta categoria:

[...] “o trabalho põe os homens (e não o homem) em relação com a natureza, por meio da qual cabe aos seres humanos produzirem e reproduzirem a sua vida material. Essa dimensão do ser humano produtor, criador e histórico é a própria essência humana, que é prática e se manifesta socialmente”. [...] “é pelo trabalho que os indivíduos sociais tecem o aprendizado e o desenvolvimento da capacidade criadora, da produção coletiva e da generalidade humana”

Partindo destes pressupostos teóricos, consideramos aqui o trabalho como atividade central do desenvolvimento da vida humana, como objeto pelo qual o ser satisfaz suas necessidades básicas, através do resultado de sua ação. Aqui, dentro da perspectiva sociológica o trabalho ocupa uma centralidade na vida humana, em que há a relação de proximidade com a natureza, fazendo alusão ao criador (força/mão de obra) e criatura (trabalho/resultados) reciprocamente, que satisfaz a si próprio e aos outros.

Essa relação simbólica de transformação da natureza é a exigência do trabalho pela necessidade de se reconhecer enquanto sujeito social capaz de moldar sua história, de acordo com suas habilidades e condições sociais. Deste modo, Marx e Engels (1989) afirmam o trabalho como primeiro pressuposto de toda existência humana, que necessita que os homens vivam como condição para construir e “fazer história” numa relação dual de satisfação das necessidades humanas e fortalecimento de relações sociais que permitem a produção da própria vida material.

Em uma perspectiva ontológica, a categoria trabalho se constitui como fonte originária, primária de realização do ser social. Corroborando com a ontologia do trabalho de George Lukács, Antunes (2007), considera a importância da categoria trabalho como protoforma da atividade humana, fundamento ontológico básico da capacidade humana, afirmando que somente o trabalho tem na sua natureza ontológica um caráter claramente transitório, onde todas as determinações trazem consigo a essência do novo no ser social, que resultam num modelo/protoforma na/para transformação da natureza.

Assim, para Antunes (2000, p.136), trabalho:

“[...] é, portanto, resultado de um *pôr teleológico* que (previamente) o ser social tem ideado em sua consciência, fenômeno este que não está essencialmente presente no ser biológico dos animais”. [...] Sendo o trabalho a *categoria originária*, onde os nexos entre causalidade e teleologia se desenvolvem de modo substancialmente novo”.

No trabalho estão presentes as aspirações humanas, seja realizado em grupo ou individualmente, autônomo ou remunerado, com ele, busca-se a realização pessoal, uma finalidade para a própria vida, que está inserida no fruto do trabalho. Lessa (1997), ao falar desta categoria com base no mesmo pensamento de Antunes, diz que o trabalho é protoforma do agir humano, mas que os atos humanos não devem reduzir-se ao trabalho, mas vão além e para o fortalecimento das relações sociais, e é na relação dialética da teleologia e causalidade que o trabalho irá se estruturar como essência.

Para a compreensão entre teleologia e causalidade, há uma relação entre um sistema de relações entre meios e fins baseado, causa e efeito. Ambas representam a divisão social do trabalho, seguidas do ideal e real, ou seja, a finalidade de se produzir através do trabalho, e o resultado como ação do trabalho,

portanto, são intrínsecas, e não podem ser separadas, caso contrário são antíteses, e não se concretizam.

E, é nessa divisão social do trabalho que os trabalhadores estão inseridos, multifacetados pelos inúmeros conceitos e reflexões sobre o trabalho que muitas vezes o alienam e tornam escravos históricos. No quadro a seguir são apontadas reflexões conceituais sobre a categoria trabalho sob a ótica de alguns autores, vejamos:

AUTORES	ABORDAGEM
Albornoz (1988)	O trabalho como esforço físico, ou intelectual direcionado para a realização de objetivos, além de símbolo de liberdade do homem, para transformar a natureza, as coisas e a sociedade;
Antunes (2000)	Compreende o trabalho como expressão de ida e degradação, criação e infelicidade social e servidão. Está exposto na relação desigual do criador e sua criatura.
Bloch (2005)	O trabalho está na base das demais manifestações humanas porque é através dele que o homem cria as condições indispensáveis para sua existência, não é apenas um objeto particular de análise, mas o próprio ser, posto que a própria natureza torna-se reflexo da atividade humana, o ser no mundo é o mundo.
Marshall (1980)	O trabalho é um esforço do corpo e da mente, realizado parcial ou totalmente, com o propósito de obter algum benefício diferente da satisfação que se deriva diretamente do trabalho. Traz um entendimento que se aproxima de Albornoz (1988), da tensão que a causalidade do trabalho manifesta, tendo por essência a transformação pelo esforço físico.
Marx (1932)	Trabalho é o fundamento ontológico-social; é a primeira atitude histórica dos indivíduos em relação aos animais, não é o fato de pensar, mas de reproduzir, é ele que permite o desenvolvimento de mediações que instituem a diferencialidade do ser social em face de outros seres da natureza.

Nascimento (2004)	Entende a categoria trabalho como qualquer que seja a cosmovisão do intérprete, uma mediação entre o homem e a natureza, de transformação e de construção e fortalecimento das relações sociais;
Silva	O trabalho que hoje conhecemos é, em essência, uma atividade finalística e violenta, geradora de valores de uso, que transcendeu os limites da individualidade e passou a atingir a coletividade (do artesão aos operários).

Quadro 1: Abordagem conceitual sobre a categoria trabalho
Fonte: REIS, (2014)

Trata-se de uma leitura conceitual que se aproximam com o conceito de Marx (1932), na relação da transformação da natureza mediado pela força física, corpo e mente, que tem como resultado o significado e o valor como produção. São reflexões que convergem-se em desvelar os sentidos do trabalho em decorrência de suas transformações. É a necessidade imposta pela massa transformadora que a globalização provoca socialmente com as novas demandas trabalhistas e sociais que provocam a seletividade e usurpam a liberdade do trabalhador.

E é sobre estas implicações do processo de trabalho na vida dos homens trabalhadores, especialmente os brasileiros, que serão analisados os impactos do modelo de produção vigente, o neoliberalismo e a reestruturação produtiva no próximo item deste capítulo.

1.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E A OFENSIVA CAPITALISTA

O homem para sobreviver e reproduzir tem que garantir, antes de qualquer coisa, os bens necessários para suprir suas necessidades vitais que se realizam pelo trabalho e que antes, passa pelo processo de conversão da prévia-ideação em objeto concreto, transformando a natureza.

Neste tópico busca-se fazer uma breve contextualização da reestruturação produtiva incentivada pela política neoliberal e suas implicações ao mundo do trabalho que resultaram em transformações radicais para o cumprimento da exigência do capitalismo mundial.

Para esta discussão é preciso uma retomada à transição do trabalho escravo para o trabalho livre e assim, o desenvolvimento do mercado de trabalho no contexto brasileiro e as problemáticas de geração de emprego, em virtude da necessidade de mão de obra qualificada a partir da década de 80, que condiciona o problema atual de emprego e renda no Brasil.

Esse movimento de transição do trabalho escravo para o livre é o marco do primeiro aspecto da trajetória do mercado de trabalho a partir de meados do século XIX que descreve a abundância da força de trabalho disponível no processo de industrialização que se manifestaria pelo país durante o século XX.

Em *Da senzala à colônia*, Costa (1998), descreve a intensificação do tráfico de escravo a partir das demandas cafeeiras, pressões diplomáticas inglesas que levaram o governo brasileiro a proibir a importação de escravos em 1831. No entanto, a necessidade da mão-de-obra nas áreas produtoras em expansão acarretou a continuação do tráfico e a quebra das regras determinadas pelo governo. Certo é que, todas as pressões não foram suficientes para a queda do tráfico de escravos. O declínio desse ciclo de comércio escravista só foi visualizado no período de 1850 a 1880, quando o preço dos escravos subiu constantemente, chegando em certos casos a seis vezes mais do seu valor inicial.

Diante das circunstâncias do declínio do tráfico de escravos impulsionados pela superfaturação da mão de obra, uma série de transformações a partir da segunda metade do século XIX foi estímulo para a transição do trabalho livre. Uma dessas transformações, contextualizado na obra *Da senzala à colônia* de Emília Viotti da Costa (1998), deu-se pela acumulação de capitais oriundos da exportação do café e açúcar, que permitiu aos fazendeiros melhoramento na produção, redução de mão-de-obra, e especialização do trabalhador.

Segundo Costa (1998), o Novo Mundo³ foi a solução devido o grande número de imigrantes expropriados de suas propriedades pelo impacto do desenvolvimento capitalista, o que compreendeu mão de obra necessária aos fazendeiros. No entanto, nem todos conseguiam atrair imigrantes ou nacionais para

³ Novo Mundo é um dos nomes dados à América pelos europeus na época de sua descoberta. O continente era novo para os europeus, em comparação com o velho mundo que já conheciam: Europa, Ásia e África. A denominação está em uso desde o século XVI.

suas propriedades, algumas com baixo rendimento produtivo tinham mais dificuldades de aproximar esses trabalhadores

Partindo deste contexto histórico, registra-se o marco do mercado de trabalho no Brasil entre as décadas de 1940 e 1970 baseadas no emprego regular e assalariado advindo da implementação e consolidação do projeto nacional de industrialização e institucionalização das relações de trabalho que se difundiram na legislação trabalhista. No entanto, os anos de 1980 representaram um momento crítico da realidade do mercado de trabalho brasileiro, por conta da dívida externa e o colapso social.

Para Alves (2010), nos meados da década de 1980 e 1990, o neoliberalismo é a nova ofensiva do capital mundial que atingiu principalmente a classe trabalhadora. Segundo Pochmann (2002, p.71):

O colapso do padrão de financiamento da economia brasileira no início dos anos 80, por conta da crise da dívida externa, levou à adoção de um conjunto de programas de ajustes macroeconômicos, que até hoje inviabilizaram a retomada do crescimento econômico sustentado. No cenário de estagnação, de fortes e rápidas oscilações econômicas e num contexto hiperinflacionário, o país terminou rompendo com a tendência de estruturação do mercado de trabalho inaugurado ainda nos anos 30

A estagnação compreende um cenário histórico que se apresenta como consequência nos dias atuais para o desenvolvimento econômico do país. Fatores externos, como a escassez de recursos financeiros internacionais destinados aos países endividados, como o caso brasileiro, tem agravado a economia do país, ocasionando elevados superávits comerciais.

Essa inércia tem feito com que o país se torne essencialmente dependente e subordinado, onde o mercado de trabalho se constituiu em esferas precárias de produção e assalariamento, com poucos investimentos e baixa qualidade de produção. Fogaça (1992) afirma que o não financiamento da economia brasileira no início dos anos 80, justificado pela crise da dívida externa, decorre da não concorrência de mercado, o que tem levado grande parte da indústria a estagnar, e não avançar tecnologicamente, tornando-se, ao longo do tempo, uma indústria com níveis de produtividade e qualidade bastante inferiores aos característicos de economias desenvolvidas.

Benaion (2006), ainda completa:

O Brasil poderia muito bem ser outro país, se tivesse tomado, em determinados momentos decisivos, os rumos que o conduziram a um caminho bem distinto do que hoje estamos percorrendo. Na verdade, entretanto foi conduzido a tomar caminhos que o levaram ao mesmo tempo a promover um padrão de desenvolvimento que, em lugar de lhe assegurar autonomia e independência, enredou-o numa teia que o condicionou a permanecer dependente, subordinado, e, para algumas de suas regiões, a idéia de desigualdade e de atraso transformou-se em sua marca identitária.

Dessa forma, a proposta de desenvolvimento engendrou caminhos de desigualdades tanto econômicas, como políticas e sociais, com sinais mais visíveis nos anos 1990, onde a orientação da política econômica volta-se para a reinserção da economia brasileira na comunidade financeira internacional, passando a subordinar o desenvolvimento do mercado interno à competitividade do mercado externo.

O cenário da desestruturação do mercado contribuiu para o aparecimento desordenado do desemprego estrutural histórico, dada a necessidade de profissionais cada vez mais capacitados. Para Coraggio (1996), a crise do desemprego, o subemprego e as condições precárias de trabalho, eram indicadores mais expressivos de que o desenvolvimento estava longe de ressurgir no cenário contemporâneo, e trazia consigo, a necessidade da intervenção do Estado através de políticas sociais compensatórias que respondessem as exigências do mercado e da realidade que se apresentava.

Nos anos 90, as empresas brasileiras buscaram reduzir os custos de produção em detrimento das transformações ocorridas no mercado de trabalho, advindos do contexto da globalização, cujos impactos principais foram os cortes em massa de mão de obra, que passaram a imprimir novas relações de produção e conseqüentemente novas formas de alienação no trabalho, configurando a reestruturação produtiva.

De maneira geral, essa nova forma de gerenciamento teve forte influência dos procedimentos adotados do modelo japonês. Entre a década de 70 e 80 o Japão exportou diversos sistemas de produção e é este alcance mundial que permite o desenvolvimento da reestruturação produtiva, necessária após a crise dos anos 1970 que atingiu a econômica global. O sistema fordista-keynesiano, sustentado pelo modo de regulação do Estado de Bem-Estar Social (*WelfareState*) nos países

desenvolvidos, entra em crise provocando as desregulações de direitos firmados entre capital e trabalho; crise fiscal do Estado, inflação e instabilidade financeira.

Diante das circunstâncias do mercado, este modelo é substituído pelos novos padrões de gestão de força de trabalho e as inovações capitalistas embasadas no impulso da acumulação flexível que teve sua expressão maior no toyotismo – “é como se, a partir daí, o capital tivesse descoberto o ‘segredo’ – ou o “mistério” – de um novo padrão de acumulação capitalista (ALVES, 2010, p. 22). O toyotismo reinaugurou um novo patamar de intensificação do trabalho, que combinava a forma relativa e absoluta de extração da mais-valia. Objetivava a preservação de um número reduzido de trabalhadores na empresa mais qualificados multifuncionais. (ANTUNES, 2000). Para Ramalho (1997) não houve uma preferência em adotar o modelo japonês, mas uma imposição ideológica de suas estratégias com o objetivo modernizador e um discurso associado à civilização entre os trabalhadores.

Para Alves (2010, p.22):

[...] surge o que denominamos um novo complexo de reestruturação produtiva, uma ofensiva do capital na produção, que busca constituir um novo patamar de acumulação capitalista em escala planetária e tende a debilitar o mundo do trabalho, promovendo alterações importantes na forma de ser (e subjetividade) da classe dos trabalhadores assalariados.

Em linhas gerais, este modelo traz nuances do fim do Estado de Bem-Estar Social com expressivos cortes para os gastos sociais, a descentralização das decisões orientando a responsabilidade como local, competências e qualificações da força de trabalho direcionadas as tecnologias e a flexibilização, privatização e terceirização, manifestações latentes neste novo modelo. No entanto, traz consigo também a precarização do trabalho e a demobilização dos sindicatos como desdobramento deste novo processo e modelo de produção.

Tal modelo estaria longe de promover a harmonia nas relações de produção, mas o Brasil representava em si a maneira rígida e individual das prescrições das tarefas e a não autonomia dos operários. Salerno (1991, p.187) ressalta que para o Brasil:

[...] propõe chamar o processo de reestruturação das empresas no Brasil de '*just-in-time* taylorizado', em que a gerência tenderia a controlar a fábrica como uma máquina, numa estratégia que não exigiria envolvimento e compromisso, mas que resultaria em mais coerção e pressão sobre os trabalhadores.

Deste modo, a reestruturação produtiva pensada neste viés traz consigo novas formas de exploração do trabalho e alienação da classe trabalhadora, pois mecaniza cada vez mais a força de trabalho, e trata ao pé da letra concepções próximas às conceituais de Antunes (2000), que tem o trabalho como expressão desigual durante as transformações e modificações da natureza.

Passa a exigir do trabalhador a capacidade produtiva por unidade e tempo, retira os trabalhadores da forma coletiva de produção e lhe dá autonomia na formulação de seu trabalho, quanto mais produzir o que lhe foi ordenado, maior será o capital acumulado no final da produção.

A especialização do seu trabalho e a habilidade em desenvolvê-lo, é agora instrumento primordial na busca da qualificação no exercício de suas funções, e é também, mecanismo alienante que retira do trabalhador a capacidade técnica do reconhecimento total do objeto formulado.

Essa mudança na organização, tanto do processo de produção como do processo de trabalho, redimensiona as relações de trabalho e as exigências ao trabalhador, dando uma importância cada vez maior à formação profissional. Nesse novo paradigma, é passado ao trabalhador boa parte do controle do processo de produção, cabendo-lhe funções que exigem um conhecimento científico e tecnológico em níveis superiores aos exigidos no paradigma fordista⁴. Nas palavras de Fogaça (1992, p. 20):

[...] não se trata, então, pura e simplesmente, da eliminação de tarefas, simplificando a ocupação, como ocorreu no paradigma fordista, mas da substituição de um determinado tipo de tarefa, de modo geral de natureza mecânica, por outro, que se apóia principalmente em habilidades mentais e conhecimento técnico-científico.

⁴ Produção Homogênea, vinculada à demanda a partir do trabalho operário parcelar. A produção baseava-se na relação homem/máquina com tempo prolongado na produção a fim de garantir grande quantidade de estoque. As empresas tem uma estrutura verticalizada que valorizava o trabalho braçal, desprezava o intelectual e cognitivo, sendo o trabalhador especializado em uma única atividade.

Entende-se, portanto, que as novas condições técnicas e organizacionais do trabalho estariam exigindo a “formação do trabalhador polivalente, multi-habilitado, portador de conhecimentos mais elevados e de traços comportamentais requeridos pelo trabalho participativo, cooperativo”. (MORAES, 2001, p. 18).

No entanto, a transição do modelo fordista/taylorista ao da acumulação produtiva, em geral representa o processo de modernização que no caso brasileiro ainda caminha em passos lentos. [...] é certo afirmar, principalmente nas sociedades com economia dependente, [...] que grande parcela do setor produtivo ainda não se modernizou, tanto em termos tecnológicos como de gestão. (ANTUNES, 2000, p. 49)

Com isso, o tema relacionado ao emprego e desemprego vem sendo tratado com crescente destaque. Barbosa e Moretto (1998) destacam que, além da elevação do desemprego, o período atual caracteriza-se pela gradual perda de importância do contrato de trabalho por prazo indeterminado, a partir do qual o trabalhador participa dos benefícios e direitos da legislação trabalhista. “Estes são substituídos por formas particulares de emprego, como os contratos de trabalho por prazo determinado, por tempo parcial ou contratos específicos para jovens e trabalhadores com baixa qualificação” (IDEM, 1998, p.105).

De qualquer modo, essa estruturação e modificação do mercado se organizam sob o acirramento da competição, do individualismo e da perspectiva do mercado como força regulatória das relações sociais.

Em linhas gerais, no caso brasileiro, Alves (2010, p. 103), afirma que país sofre três surtos de reestruturação produtiva em decorrência das crises que assolaram o país e apresenta a seguinte descrição:

Após 1945, surge o primeiro surto de reestruturação produtiva no Brasil, vinculado à instauração da grande indústria de perfil taylorista-fordista. Ele se desenvolve a partir de meados dos anos 50, no governo Kubitschek, representando a época do desenvolvimentismo. Depois, o segundo surto de reestruturação produtiva ocorre na época do “milagre brasileiro”, na ditadura militar, na passagem para os anos 70. Na verdade, ele é decorrência dos impulsos da industrialização, constituídos em meados da década de 1950. Finalmente, o terceiro – e atual – surto de reestruturação produtiva vincula-se à época de crise do capitalismo brasileiro, com o predomínio de um novo padrão de acumulação capitalista – a acumulação flexível – cujo “momento predominante” é o toyotismo. Ele ocorre a partir dos anos 80, impulsionando-se na década seguinte – os anos 90, sob a era neoliberal. É o que denominaremos novo complexo de reestruturação produtiva, sendo vinculado à Terceira Revolução Industrial, à proliferação dos novos paradigmas de organização industrial.

Essa mudança do sistema em virtude do processo de industrialização para o "novo sistema", o neoliberalismo, foi uma escolha adotada pelas elites político-econômicas mundiais, especialmente as dos Estados Unidos e Grã-Bretanha, por estas acreditarem que esse processo melhor atenderia a seus interesses econômicos do momento turbulento que atravessam.

Segundo Sabel e Piore apud Antunes (2007) esse novos sistemas e modelo de produção trazem novas características à classe trabalhadora, exigindo portanto, um sujeito qualificado, participativo, multifuncional, polivalente, dotado de maior realização no espaço de trabalho. Enquanto no fordismo temos o trabalhador desempenhando única tarefa, de forma repetitiva e especializada, no toyotismo temos a polivalência do trabalhador, que passa a desempenhar múltiplas tarefas. Assim, a década de 1990 passa a representar a nova forma de reorganização, de reestruturação capitalista quanto às novas formas de padrões de acumulação do sistema vigente.

Para melhor compreensão, Pochmann (2002, p. 36-37) faz uma síntese das principais ideias da reestruturação capitalista e seus efeitos sobre o mundo do trabalho como apresentado no quadro a seguir:

Efeitos	Conteúdo
Declínio do trabalho na produção	A agricultura com o mínimo de ocupados, a indústria perde participação absoluta e relativa no emprego total, enquanto os serviços privados reduzem seu quadro de pessoal devidos aos investimentos em tecnologia, que são racionalizadores de mão-de-obra. O emprego público é comprimido pelas políticas neoliberais.
Modificações na natureza do trabalho	Drástica redução nas atividades manuais tradicionais e expansão do emprego com múltiplas especializações funcionais.
Modificações no significado do trabalho	As atividades tornam-se rapidamente obsoletas, cresce o individualismo e diminuem os laços de solidariedade entre os empregados e os desempregados.

Modificações no conteúdo do trabalho	Torna-se cada vez maior a contradição entre o trabalho como meio de satisfação das necessidades sociais coletivas e meio de subsistência individual. Aumento do terceiro setor, non profit sector, etc.
Mudanças no mercado de trabalho (insegurança no trabalho, no emprego e na renda)	Crescem os requisitos de qualificação na contratação, redução do emprego estável, emprego para poucos, maior desemprego e subemprego, ocupações atípicas, individualização do salário e associação às metas de produção e vendas.
Mudanças nas relações de trabalho	Movimento de descentralização das negociações coletivas e insegurança na representação sindical, com queda na taxa de sindicalização e nas greves.

Quadro 02: Reestruturação Produtiva e os efeitos sobre o mundo do trabalho

Fonte: Pochmann, 2002.

Portanto, diante destas reflexões sobre a reestruturação produtiva, identificamos a precarização do trabalho, tanto no que tange a sua organização quanto na fragmentação dos direitos aos trabalhadores. Os efeitos perversos de todas essas transformações levam a um cenário expressivo de desemprego e a possibilidade de contratação fica comprometida atingindo as condições de vida da classe trabalhadora, que tem que buscar novas estratégias para a sua sobrevivência na atual conjuntura.

Neste sentido, cabe ressaltar a necessidade de uma articulação, no âmbito das políticas públicas de emprego, tendo em vista aumentar as chances de reinserção no mercado de trabalho ou evitar a marginalização da força de trabalho, haja vista as transformações do mercado de trabalho.

“São assim necessários programas sociais de transferência de renda para a população desempregada, mas é igualmente importante que esteja integrada nos serviços de intermediação e que esteja participando do processo de educação e qualificação”. (AZEREDO, 1998, p. 44). Essa proposta é uma alternativa para o enfrentamento do desemprego no Brasil, e essencialmente trazendo para os efeitos no Estado do Amazonas, onde a incidência de desempregado e trabalhadores informais percorrem o universo desta população, é que será trabalhado no próximo tópico.

1.3 TRABALHO E (DES)EMPREGO NO BRASIL

As mudanças no mundo do trabalho e os efeitos da reestruturação produtiva, tem provocado um movimento na classe trabalhadora devido as novas exigências de mercado e especialidades técnicas para desempenhar funções. No Brasil, grande parte dos empregados contam como o nível salarial baixo, horas abusivas de trabalho, o que resulta na baixa qualidade do emprego gerado no país.

Alguns pesquisadores como Gonzaga (1998), defendem que de alguns anos para cá, o mercado de trabalho no Brasil e a incidência do trabalho informal tem crescido e evoluído, defendendo a idéia de que não é a falta de emprego, mas a baixa qualidade dos postos a serem ocupados que são preocupações econômicas.

Para o autor, a qualidade do emprego depende fundamentalmente de alta produtividade da mão de obra, que, por sua vez depende não apenas de alta qualificação geral da força de trabalho (Educação), mas também de capital humano específico desenvolvido através de treinamento no ambiente de trabalho. É certo que a qualidade de emprego é baixa no Brasil, e que é necessário capital humano qualificado para desenvolver funções, mas ainda assim, a geração de empregos não é suficiente para a absorção de capital ativo, daí a necessidade maiores investimentos nas políticas de geração de emprego no Brasil.

Se formos considerar a onda de jovens como capital humano ativo, será possível identificar um número expressivo de mão de obra qualificada ou qualificando-se, que está fora do mercado de trabalho. A inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido palco de discussões em torno da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que enfatiza a importância da formação profissional aos jovens como mecanismo para integração ao mercado laboral. Isso porque, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2010, 42,2% dos desempregados são jovens, acentuando a necessidade de se aplicar maiores investimentos nas políticas e programas que melhorem as condições de emprego.

No Brasil essa projeção não é diferente, também se verificou um aumento considerável da população jovem com esta faixa etária, porém o principal aumento está na faixa dos 15 a 19 anos, - aproximadamente 17 milhões de pessoas

CENSO/IBGE/2010, que concomitantemente representam um público significativo que tem buscado a inserção no mercado de trabalho.

Na realidade, o trabalho é uma instância crucial na vida das pessoas nas sociedades modernas, pois está vinculado à garantia de provimentos básicos, determinação da renda, status social e desdobramento da vida futura. Portanto, essa centralidade ímpar do trabalho na história das sociedades humanas se coloca como exigência para sua sobrevivência e inserção social. Com o desemprego crescente e a raridade do trabalho na forma de emprego assalariado regular, ainda assim o trabalho continua sendo fator estruturante na vida das pessoas (GARCIA, 2009).

No cenário atual da geração de jovens brasileiros, há em comum a busca pela construção de trajetórias de trabalho numa atualidade de transformações econômicas e sociais intensificadas nos anos 1990, tais como o baixo ritmo de crescimento econômico e a intensa presença do desemprego e do trabalho precário. Mesmo que o período mais recente aponte um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego e ocupações, os jovens experimentam um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso “o desemprego e o trabalho precário”.

Assim, dentro do contexto da globalização, podem-se observar mercados altamente competitivos, movidos por políticas econômicas agressivas, que têm evidenciado um ambiente com grandes e imprevisíveis mudanças. Sob este aspecto, a inovação tecnológica passou a ser um fator vital para a sobrevivência das organizações, pois ela determina o avanço da qualidade de produtos e serviços. (ZYLBERSTAYN e NETTO, 1999)

Dessa maneira, não é uma impressão vaga de que a globalização tenha também consequências negativas o que tem levado muitas pessoas a declarar-se contra ela. Principalmente quando se trata da relação desigual do acesso às inovações tecnológicas, bem como, da exigência imposta pela adequação ao novo, essencialmente no mercado de trabalho.

No Brasil, as informações mais completas sobre a situação do mercado de trabalho são fornecidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e também pelo Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE). O Instituto Brasileiro define “desempregada toda pessoa com 16 anos, ou

mais, que durante a semana em que se fez a pesquisa tomou medidas para procurar trabalho ou que procurou estabelecer-se durante a semana precedente” (MOCHON e TROSTER, 1994, p.350).

O Departamento Intersindical de Estudos Estatísticos e Socioeconômicos (DIEESE) define o fenômeno da forma mais abrangente possível, somando-se o desempregado com os empregados precários e os empregados desalentados. As comparações internacionais de taxas de desemprego apresentam ainda maior perigo, uma vez que essas não dependem apenas de definições, mas também de peculiaridades institucionais, culturais e econômicas literalmente incomparáveis.

Para Zylberstajn e Netto (1999) o desemprego tem diversas causas e parece não haver uma única teoria a explicá-lo. Assim, existem diversas abordagens para o fenômeno definidas para compreender a qualidade de vagas no mercado, conforme apresentadas no quadro a seguir:

ABORDAGEM	OBJETIVO
Job Search	Seu objetivo é explicar o desemprego onde trabalhadores e firmas têm informações incompletas e dispendiosas dentro de um mercado de trabalho competitivo.
Substituição intertemporal	A ideia básica é que tanto o lazer corrente quanto o futuro são substitutos, e em períodos em que a taxa de salários e juros forem baixos os trabalhadores trocariam trabalho por lazer presente voluntariamente.
Sinalização	Ocorre quando um trabalhador qualificado se recusa a aceitar empregos desqualificados com o receio de associar sua imagem profissional a ela.
Salários eficientes	Para evitar que os trabalhadores façam “corpo mole” (shirking), as firmas adotam o pagamento de salários-eficiência. Gera-se desemprego involuntário, pois é desestimulada desta maneira a contratação de mais trabalhadores.
Deslocamentos setoriais	Segundo este modelo, o desemprego é devido à realocação da mão-de-obra entre os setores econômicos, extinguindo muitos vínculos empregatícios.
Histerese	O modelo propõe que quanto mais a taxa de desemprego subir, mais elevada ela tende a se tornar,

	devido ao alto grau de correlação entre o desemprego passado e o corrente.
--	--

Quadro 3: Teoria do Desemprego

Fonte: Zylberstajn e Netto (1999,p.130-146)

Tais abordagens teóricas são fundamentos para a discussão de políticas de emprego para o Brasil, que supere a informalidade e os índices de oferta de vagas no mercado em períodos festivos, como a Copa de 2014, por exemplo, que o Brasil sediou e investiu em grandes números em marketing e propaganda.

Para Brenke e Wagner (2014), após a euforia da competição, milhares de brasileiros perderão seus empregos temporários, e ainda afirmam que, muitos dos empregos criados para atender o fluxo turístico, irão se mostrar desnecessários repetindo casos como o fechamento da Bering e o fim da Gama filho. Afirmam os autores:

A fábrica de doces Behring, em Santo Cristo, na capital fluminense, empregava mais de mil operário em uma área de 20 mil metros quadrados. O bairro mostrou-se incapaz de dar vazão a enorme logística da fábrica, que se mudou para Minas Gerais. [...] O prédio da Oi, depois de seu abandono, no entanto, protagonizou abusos e violência do governo estadual e municipal. A Universidade Gama Filho, por sua vez, além de deixar professores desempregados e ainda sem resposta do poder público, está abandonado e o comércio que tinha ao seu redor está quase extinto. (BRENKE E WAGNER, 2014, p. 2)

Esses são resquícios das festividades e da ilusão temporária do emprego no Brasil, que com a Copa do Mundo de 2014, tende a não ser diferente, ou repetir o cenário de desemprego e intensificação de precarização do trabalho no país. Segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2014), os empregos criados serão essencialmente temporários, e aqui no Brasil serão gerados, na maioria, em micro e pequenas empresas. Para o departamento, a média de desemprego no Brasil pós-copa deverá continuar acima da média mundial até pelo menos 2016 em todos os estados, e ainda mais precária será a situação trabalhista de muitos jovens no Estado do Amazonas, que tendem a impulsionar o inchaço populacional à capital do Estado em Manaus.

O estado do Amazonas está situado na Região Norte do Brasil e comporta a maior extensão territorial do país, em sua maior parte formada por florestas. Na atualidade, o Estado possui 62 municípios e uma população de 3.221.939

habitantes, sendo que um número de 1.646.602 habitantes residem na capital Manaus (IBGE, 2010).

A grande concentração de pessoas na capital é justificada pela maior absorção da força de trabalho em virtude das fábricas do Pólo Industrial e do acúmulo e concentração de capital, que sem dúvida está sendo impulsionado pela copa. Segundo Souza (2009) a concentração da população em Manaus, leva o crescente esvaziamento do interior do Estado, visto que os investimentos de grande porte estão localizados na capital, ocasionando o inchaço populacional e maior expressividade da questão social.

Souza (2009) afirma ainda que algumas iniciativas governamentais foram realizadas em alguns municípios para tentar alavancá-los economicamente, tais como a Zona Franca Verde, o Amazonas Sustentável, e a ampliação das universidades, porém, o esvaziamento no interior do Estado ainda é expressivo. Dados do IBGE (2006) também mostram que 24,17% da população amazonense entrevistada vive com o rendimento mensal de 1 salário mínimo, com destaque para a área rural onde as atividades desenvolvidas geram baixos salários.

O desemprego no Amazonas é uma problemática histórica, porém é no contexto dos anos 90 com a reorganização do mundo produtivo que identificamos um número crescente de desempregados. Para Scherer (2005), as indústrias da Zona Franca de Manaus são afetadas pelas mudanças tecnológicas e organizacionais, o que gerou a redução de postos de trabalho. A autora ainda afirma que no primeiro semestre de 1999, a oferta de emprego atingiu o nível mais baixo desde a implantação da Zona Franca de Manaus na década de 70.

Pesquisas do IBGE (2006) apontam que 34,30% dos entrevistados no Amazonas estão no mercado informal na categoria de trabalhadores por conta própria. Os índices de contribuição previdenciária são ainda mais alarmantes, pois totalizam que 63,11% dos entrevistados não contribuem com a previdência social. Para Souza (2009) os dados da ausência de contribuição demonstram o grau de precarização em que os trabalhadores são submetidos no estado do Amazonas.

Portanto, identifica-se que o alarmante número de desempregados e a precarização do trabalho no Amazonas é um sério problema que atinge tanto a área

urbana quanto o interior do Estado e os trabalhadores, por sua vez vêm buscando estratégias para a sua sobrevivência, principalmente no setor informal.

Sob esta ótica, é importante estabelecer uma correlação entre o novo contexto econômico mundial, o nível de desemprego no país e a estrutura de educação e formação profissional existente, associada aos investimentos do governo nos últimos anos. O aumento do desemprego tem sido objeto de diversos estudos e a necessidade de qualificação profissional tem sido um dos critérios para a inserção no mercado de trabalho. Essa discussão da empregabilidade e da qualificação profissional, será tratada no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Nessa terra de gigantes, trocamos vidas por
diamantes, a Juventude é um banda de uma
propaganda de refrigerante.*

*Música: Terra de Gigantes
Letra e Música: Humberto Jesinger*

As políticas públicas constituem-se importante instrumento do Estado *visando* conceder respostas às problemáticas vivenciada por diversos segmentos sociais. São inúmeros programas e projetos instituídos com o propósito de dar respostas aos problemas e demandas na sociedade.

Dentre as demandas do vasto segmento jovem, que percorrem pela sua heterogeneidade e necessidades peculiares, os públicos juvenis têm ganhado espaço gradativo como foco de políticas públicas no Brasil devido suas múltiplas especificidades e peculiaridades, o que torna as políticas diferenciais, haja vista o objetivo de contemplar as particularidades e necessidades de vivências dos sujeitos históricos, bem como a inserção social destes jovens no cenário contemporâneo.

São as particularidades deste grupo juvenil, anseios e desejos que fazem das políticas públicas um desafio para sua aplicabilidade e atenção social, pois requer além da focalização de ações, a necessidade de reconhecer esses jovens em sua diversidade, um público com realidade diversa distribuídos na sociedade brasileira.

Neste sentido, se faz necessário uma ampla reflexão visando a discussão dos desafios gerais para a formulação de políticas públicas e reconhecer os passos lentos, no entanto, firmes da instauração de políticas destinadas ao jovem como ser social e histórico. São diálogos frente às necessidades e demandas para este público, a partir, principalmente de seu forte desenvolvimento demográfico e necessidade de reconhecimento enquanto cidadão de direitos e deveres.

Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE/2011, o Brasil conta com uma população de 50 milhões de jovens entre 15 a 29 anos com necessidades e realidades sociais, econômicas, políticas diversas. Diante desta realidade, há necessidades no cenário das políticas, da incorporação deste grupo juvenil em ações de inclusão a programas na área social, saúde, educação, lazer, esporte e cultura. As políticas precisam ser reformuladas e garantidas conforme as peculiaridades deste grupo tão diverso socialmente pela vasta particularidade destes jovens inseridos em todo o país.

Daí a importância do viés político para inserção da juventude como prioridade na agenda governamental e da sociedade, que os reconheça nas suas particularidades enquanto sujeitos sociais históricos diferenciados por sua capacidade de mudança e influência social pautada nos desafios do reconhecimento cidadão deste grupo juvenil.

A discussão sobre o reconhecimento deste público juvenil, antes de adentrar na perspectiva política, faz necessário um diálogo frente a uma juventude cidadã, com direitos constitucionais adquiridos que os reconheça dentro de tais particularidades, e assim, compreender as determinações de suas características. Para esta abordagem teórica, o próximo item 2.1, traz breves fundamentações.

2.1. JUVENTUDE E CIDADANIA: DEFINIÇÕES E CARACTERÍSTICAS

É longo o caminho percorrido na tentativa de definir, conceituar, diferenciar e, sobretudo, limitar, onde iniciam e terminam os períodos caracterizados como adolescência e juventude. Trata-se, entretanto, não de uma busca recente, mas decorrida há séculos e assume dificuldades em obter resultados satisfatórios para sua definição.

É por volta do século VI e VII, na Idade Média, que as delimitações começam a assumir características etárias, definidas como: infância (de 0 a 7 anos), puberdade - de 8 a 13 anos -, adolescência - de 14 a 21 anos -, e juventude - de 22 a 30 anos. Só a partir dos 40 anos, os homens podiam participar dos cargos políticos, porque esta idade representava o fim da idade dos perigos.

O século XVIII, com J. J. Rousseau, surge com uma visão mais sociológica da juventude, e a principal característica atribuída aos jovens, neste período, é, segundo Ortega y Gasset (1987). Estão relacionadas aos princípios recebidos e a educação repassada que os identifiquem como seres capazes de “determinar” seus rumos para o futuro.

Somente ao fim do século XIX, surge, nas classes burguesas o termo adolescência, como o resultado de uma sociedade capitalista e industrializada, com a intenção de demarcar o início da segunda infância, definindo a idade para além dos 13 anos. Esta sociedade caracterizou uma juventude que almeja a maturidade precoce, pela sua inserção ao mercado de trabalho.

Para Leon (2009) a categoria juventude é algo que transmite uma construção social, histórica, política, econômica, cultura e relacional que dependem dos acontecimentos e movimentações históricas, devida sua autenticidade estrutural. É uma categoria que não data fielmente espaço e tempo, mas menciona-se os primeiros escritos por autores como Hegel e Marx, que propuseram manuscritos na descrição de uma dada categoria que buscava realização, no caso a maturidade intelectual. Ou seja, um público que mesmo que não apresentasse uma linha cronológica definida de tempo e espaço, apresentava uma singularidade de características exclusivas que os fazia ser diferentes de outras categorias. Um grupo que permeava pela essência do reconhecimento intelectual para fins de inserção nos diversos outros grupos e assim, sua realização.

Savage (2009) descreve relatos hitlerista onde apresenta seus estudos históricos pautados na apresentação do termo juventude a partir de Hitler, estudando fontes de notícia, folhetos, ou autobiografias como a de Melita Maschman. A frase emitida pela divisão Kiel da Juventude Hitlerista em 1932 divulga e dá o ponta pé inicial para a introdução do termo Juventude no mundo: “Com nossos estandartes hasteados, venha a nós Juventude do Operariado Alemão, lutem conosco contra o velho sistema, contra a antiga ordem, contra a velha geração” (SAVAGE, 2009, p. 277).

Nota-se a visão de poder da juventude frente aos movimentos de frente, fortalece-se um argumento que vincula a juventude à uma energia bruta por ser instrumentalizada e utilizada com objetivos de sustentar um discurso e prática

autoritária, o que pode ser perceptível na prática fascista. “Todo sistema social tende a desviar para seu proveito a violência adolescente, pudicamente chamada ‘energia juvenil’ – como o hino fascista que começa por “Giovinezza, giovinezza...” (Dadoun, 1998, p. 56).

Mas, há também quem acredite que o termo juventude tenha iniciado na década de 20, como Kehl (2004) que se fundamenta a partir das literaturas de Nelson Rodrigues, quando os escritos literários poéticos descrevem que *há jovens e velhos, com bigode e com cabelos presos para a festa, roupas pretas e vestidos sem decote*, o autor acredita se tratar de um jovem que buscava sua particularidade e representatividade social.

No entanto, para a formalização do termo, Kehl (2004) discorre este acontecimento somente a partir de 1950, quando a “cultura jovem” sofre influência dos Estados Unidos – grande nação que vence a guerra -, dispara como país dos sonhos e da prosperidade, que levam os jovens a gozarem de condições privilegiadas e experiências para a independência prosperada. A década de 50 marca a importância juvenil no país, a sua visibilidade de ação e força para conquistar espaços, torna-se símbolo na nova era.

No Brasil, a juventude ganha visibilidade na década de 1960. Segundo Canesin, Chaves e Queiroz (2002) ocorre pelo engajamento político da classe média, do ensino secundário e universitário na oposição ao regime autoritário. Salientam ainda que, é nos anos 80 que a imagem de juventude idealista dos anos 60 se transforma para uma juventude “individualista, consumista, conservadora e indiferente aos assuntos públicos, apática” (IDEM, 2002, p. 5)

Avançando para um melhor entendimento cronológico, o quadro exposto por Dick (2003) apresenta uma retrospectiva do termo juventude e sua particularidade histórica que contribui na compreensão da juventude hoje.

Anos 40	Jovens marcados pelas experiências chocantes vividas durante a Segunda Guerra Mundial e com as bombas atômicas no Japão
Anos 50	“Anos Dourados” - jovens mais autônomos.
Anos 60	Década onde o tema JUVENTUDE foi mais explorado, expansão do Movimento hippie como uma ameaça à ordem social.

Anos 70	“Anos de ressaca” - juventude insatisfeita, buscando mudanças para sair de uma sociedade estagnada, apática e viciada.
Anos 80	Defesa do protagonismo juvenil através da “Pastoral Juvenil” e redução dos avanços da liberdade sexual através da difusão da AIDS; jovens sem ideologia, individualistas, consumistas e conservadores.
Anos 90	Transição de uma geração que valorizava a organização, a articulação, a lógica e o raciocínio, para uma geração que valoriza o corpo, o prazer, o fragmentado e o individual. Surge a “geração zapping” (em constante mudança).

Quadro 4: Características dos jovens e sua representação nas décadas

Fonte: (Dick, 2003,).

A partir das representações e características expostas, pode-se aferir que a juventude é particularizada a partir das ideias de força, sentimento de inadequação, rebeldia, ruptura, hedonismo, que perpassam sob o mesmo pensamento de pesquisadores como León (2005), Sposito (2009) e Abramo (2005) que anunciam uma juventude a partir de uma categoria etária que se localiza entre os 15 aos 24 anos.

Essa faixa etária de 15 a 24 anos tende a ser antecipada principalmente no caso brasileiro para antes dos 15 anos, devido ao prematuro ingresso ao mercado de trabalho que provoca o amadurecimento precoce em diversos aspectos – área sexual, afetiva, social, intelectual, físico e moral – que segundo Sposito (2009) é uma transição consensual.

Embora ocorra um reconhecimento tácito na maior parte das análises em torno da condição de transitoriedade como elemento importante para a definição do jovem – transição da heteronomia da criança para a autonomia do adulto – o modo como se dá essa passagem, sua duração e características têm variado nos processos concretos e nas formas de abordagem dos estudos que tradicionalmente se dedicam ao tema (SPOSITO, 2009, p. 38).

Para Sposati (1997) a ideia de transição no conceito juventude na contemporaneidade ocorre de forma paradoxal, onde a sociedade faz um convite eterno à juventude de forma individualista pela corrida ao mundo adulto sem a preocupação com o outro. Isto é, o jovem paradoxal do mundo pós-moderno, é identificado pela sua autonomia sem precisar oferecer respostas ao outro e ao mundo.

Para autores como Calligaris (2000) e Galland (1991) a juventude idealiza perspectivas futuras e mais satisfação imediata com a entrada ao mundo adulto através da inserção ao mercado de trabalho. Para eles, na condição de não mais criança, esse sujeito pode desfrutar dos prazeres reservados aos adultos sem as dificuldades e as responsabilidades da vida adulta, “eles são adultos em férias, sem lei” (Calligaris, 2000, p. 69), daí a proposta do eterno jovem.

Mas há também que ressaltar que esta entrada no mundo adulto, tende a abarcar cinco dimensões, que segundo a sociologia são parte do cumprimento para deixar de ser jovem, a saber: terminar os estudos; viver do próprio trabalho; sair da casa dos pais e estabelecer-se numa moradia e tornar-se responsável ou corresponsável; casar; ter filhos. (FREITAS, 2005).

São elementos básicos para o jovem entrar em dois polos, a estagnação ou a generatividade, em que a psicologia através de Erick Erikson ([a950] 1998) determina que o ponto mais importante não é ter filhos, mas se responsabilizar pelo outro. Enfim, todos esses elementos dão conta da tão complexa juventude que hoje ganha espaço socialmente, na busca por direitos e reconhecimento social, e sua definição tá longe de ser algo claro e cronologicamente definido suas origens, para tanto, Abramoway (2006), arrisca definir juventude como:

[...] o período da vida em que as pessoas passam da infância à condição de adultos, e durante o qual produzem mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que se realizam em condições diferenciadas, segundo as sociedades, as culturas, as etnias-raça, as classes sociais e o gênero, bem como outras referências objetivas e subjetivamente relevantes para os que a vivenciam”. (ABRAMOWAY, 2006, p.112)

Atualmente, essa discussão tem tomado um novo rumo no que diz respeito as características de identidade desta categoria, pois trata-se, neste momento, da utilização ou troca de termos de: *juventude por juventudes*. Esta expressão utilizada no plural quer enfatizar as diversidades de juventude que podem ser analisadas, segundo alguns fatores tais como: classe social, cor, sexo e grupo social. Ou seja, toda pluralidade existente precisa ser levada em consideração como elementos que distanciam o termo de qualquer aproximação com a adolescência e ao mundo adulto. Daí a necessidade de entendermos esta juventude sob suas características únicas, singulares, que sonha com a vida adulta sem perder a vivência de fases, sem ultrapassar bruscamente.

Essa vivência de fases, e aqui especialmente ao “tempo da juventude” tem sido uma luta árdua para uma vida sem perseguição e pré-conceitos estabelecidos pela sociedade como “baderneiros”, mas tem sido a luta pelos direitos humanos e sua inserção na agenda pública governamental como reconhecimento cidadão de suas necessidades e particularidades frente a uma sociedade tão diversa, além de uma cidadania que tem em seu contexto histórico um marco analítico, ainda, em permanente construção.

Para que se entenda o real significado da cidadania na busca por uma definição jovem-cidadã é necessário que se compreenda o que é ser cidadão, no sentido de ter direitos e deveres na sociedade, garantindo a ordem dialética entre cidadão e cidadania.

Conforme Carta dos Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU) ano 1945, ser cidadão não é exclusivamente ter o direito ao voto como meio de demonstrar a conquista da democracia, mas ter plenos direitos e deveres que garantam a sua sobrevivência perante todos e de maneira igual. Estabelece ainda, que os homens são iguais ainda que perante a lei, sem discriminação de raça, cor ou credo. Possuem domínio a si mesmo, e devem ter acesso a um salário que promova a própria vida, como direito de acesso à educação, saúde, habitação e lazer.

Esses direitos referem-se ao cidadão, que por sua vez devem ser conscientes de seus deveres na fomentação de reivindicações pelos direitos quando estes não lhes são garantidos. Essa ideia tem sido pauta do público jovem enquanto luta histórica e diária para seu reconhecimento enquanto sujeito singular na conquista de políticas públicas que contemplem suas necessidades e realidade social.

No âmbito da cidadania, os direitos sociais são os mais dinâmicos, isto é, estão em plena atividade que conseqüentemente têm se multiplicado e se especializado como forma de atender a diversidade populacional no país. Tal diversidade de direitos atribuídos pelas diferenças concretas – crianças, mulheres, pessoas com deficiência, jovens etc – não podem ser confundidos com separação individual de direitos, mas devem ser entendidos como projetos específicos das políticas sociais, nas minúcias da problemática que a sociedade apresenta.

As conquistas são garantidas através da articulação entre os direitos civis e sociais, que condicionam a participação entre os grupos através do trabalho e suas relações sociais, assim como, pelas conquistas das necessidades básicas através das lutas que fortalecem ao cidadão sua liberdade de expressão e pensamento conforme prevê o direito político. Neste contexto MANZINI-COVRE (2007, p. 15) salienta que:

[...] esses três conjuntos de direitos, que comporiam os direitos do cidadão, não podem ser desvinculados, pois sua efetiva realização depende de sua relação recíproca. Esses direitos, por sua vez, são dependentes da co-relação de forças econômicas e políticas para se efetivar. Nesse contexto está a difícil reflexão: os direitos de uns precisam condizer com os direitos dos outros, permitindo a todos o direito à vida no sentido pleno – traço básico da cidadania.

O traço básico da cidadania para o público juvenil neste contexto, trata de englobar essa co-relação entre os direitos civis, políticos e sociais, articulado aos direitos comuns do grupo e da sociedade como um todo, de forma que políticas focalizadas para este grupo não os privem e nem os distancie da relação com outros seguimentos da sociedade – crianças, mulheres, idoso -, mas os tornem sujeitos participantes no processo de construção e desenvolvimento da sociedade, com voz ativa e participativa. Tais como: “o respeito pela dignidade das pessoas; a liberdade e a igualdade dos cidadãos perante a lei; o direito à propriedade individual; o direito de resistência à opressão política; a liberdade de pensamento e de opinião” (COTRIM, 1999, p. 294).

Para que todos esses aspectos sejam considerados em sua essência, é preciso haver uma educação para a Cidadania diante das profundas modificações no sistema capitalista vigente em que a luta mais ampla direciona-se para o Estado, capital e trabalho, que podem de certa forma conviver mutuamente, apesar dos conflitos existentes, e ainda, estabelecer normas que permitem construir o bem estar comum da sociedade e seus segmentos sociais, principalmente da população jovem que tem lutado historicamente para seu reconhecimento social e atendimento às suas demandas como cidadãos.

O reconhecimento social e histórico do público jovem foi refutado por muito tempo e ainda é um dos desafios da Política Nacional de Juventude em reconhecê-los como sujeitos heterogêneos além do reconhecimento como sujeito em risco

social. O estabelecimento da Cidadania requer informar as pessoas sobre seus direitos como cidadãos, que torna o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um Estado, ou no desempenho de seus deveres para com este.

Promove a organização social na criação de espaços para reivindicar seus direitos adquiridos conforme preconiza a Constituição, estendendo os conhecimentos a todos para que saibam da possibilidade de atenuar à construção de uma sociedade melhor. Conforme trata Potyara Pereira, é resultado da construção social do envolvimento de vários sujeitos, da participação direta e ativa. (ARCOVERDE, 2010)

Neste sentido, para a condição da Cidadania, devemos tomar como referência as políticas que se inscrevam num quadro de mudanças em prol a recuperação e transformação do Estado, tendo como horizonte uma estratégia que vá além dos direitos como postulação normativa respaldada no seguinte lema: “que o livre desenvolvimento de cada um, seja a condição do livre desenvolvimento de todos”. (MARX e ENGELS *apud* PEREIRA, 2008).

Na perspectiva jovem, a garantia de direitos é o que se busca junto as políticas públicas direcionadas a este grupo conforme o que preconiza as Nações Unidas desde 1965, e que ainda, se constituem num desafio, pois os programas e projetos se criam dentro de uma análise fechada de vulnerabilidade social e condições de risco social, com estereótipos de delinquência e violência, por exemplo.

Dai a necessidade e luta pela garantia de direitos, e olhar da agenda governamental para o jovem como foco de políticas públicas. Sob esta abordagem é que se desenvolve o próximo tópico.

2.2 OS DESAFIOS NO PROCESSO DE FORMULAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

Pensar em *Política Pública* é refletir na quantidade de ações e planos que estão sendo executados “mesmo que fragmentalmente” na sociedade, é também analisar a quantidade de planos de ação que ainda podem ser formulados como propostas de implementação às problemáticas sociais. Daí a proposta de investigar

os desafios na formulação de políticas públicas, quando as questões da sociedade se tornam importantes a ponto de chamar atenção do governo e passar a integrar a agenda governamental para possíveis discussões entre o poder político, econômico e sociedade civil.

O modo como os problemas são apresentados, e tornam-se importantes para o governo é um desafio que se instaura até a concretização em políticas, principalmente quando se pensa em formular política pública a partir da realidade da condição insustentável da maioria das cidades brasileiras.

O termo política pública parte do ramo do conhecimento denominado *Policy Science*, conceito surgido nos Estados Unidos e na Europa, com objetivo de compreender a dinâmica das relações sociais entre o governo e os cidadãos. (HOWLETT e RAMESH, 1955, p.2). Deriva do inglês “public policy”, que não se apresenta com definição única e precisa. É tratada como foco do poder público e da sociedade visando promover ações que se destinam a atender determinada demanda.

É possível definir também política pública como um programa, um projeto, uma decisão estratégica, ou seja, qualquer atividade governamental que tenha um impacto sobre a cidade. Essa ação governamental é construída ao longo de várias fases e envolve vários atores governamentais e não governamentais. É o chamado ciclo da política pública. (SILVA; MELO apud GATTAI & ALVES, 2011, p.164)

É neste ciclo que identificamos os desafios no processo de formulação das políticas públicas, onde os modelos que explicam como as agendas governamentais são formuladas e alteradas apresentam-se como ferramentas importantes na dinâmica do cenário que tornam as problemáticas alvo do governo sob a pressão da sociedade civil.

Quanto a perspectiva teórica do processo de formulação das políticas públicas, Capella (2006) diz que modelos como o de Kingdon – *Modelo de Múltiplos Fluxos* – e de Baumgartner & Jones – *Modelo de Equilíbrio Pontuado* -, representam teoricamente a trajetória de uma problemática até que ela se torne importante na agenda governamental. Esses modelos baseados em pesquisas de campo com a elite governamental e com participação direta em Congressos relacionados à política argumentam que a definição de uma questão e a mobilização da sociedade civil é

fundamental e impulsionam os influentes do governo e da comunidade em geral, pois chamam a atenção para as soluções.

No entanto, para que a política pública se torne plano de ação, um ciclo é criado até sua execução. Um ciclo que vai deste o pensamento e definição de uma questão, concepção, priorização e implementação, até seu plano de execução e fiscalização daquilo que se criou como proposta entre os integrantes envolvidos. Esses sujeitos envolvidos caracterizam-se pelo poder público, poder econômico e sociedade civil, que a partir do diagnóstico de um problema, buscam solucioná-los e embatem forças para instaurar seus interesses.

O maior desafio na formulação das políticas públicas é a fase de concepção que engloba várias forças e poderes com interesses diferentes e buscam que seus direitos sejam reconhecidos.

A divergência de consensos entre os grupos e a luta pela instauração de seus interesses gera segundo Gattai & Alves (2011) uma disputa simbólica na formulação das políticas públicas. Essa disputa se desenvolve a partir das realidades diversas que cada segmento envolvido neste processo vivencia, seja como aspecto social, econômico ou cultural. É a maneira como sobrevivem e se comportam em “seu mundo”, seja na periferia ou nos bairros nobres das cidades, com costumes, valores e necessidades diversas, a isso se instaura uma disputa simbólica, onde há necessidade de aprovação de políticas que satisfaçam suas necessidades e interesses, isso ocorre a partir da influência dos grupos por outros, afinando à sua cultura e aos seus valores.

Nessa fase de concepção da política pública, um dos maiores desafios é a instauração da capacidade de diálogo e influência que a sociedade civil pode fazer dentro do grupo, com o objetivo de garantir a partir da força participativa, fazer valer seus direitos e interesses. Outra fase que requer a participação ativa da sociedade é o momento da priorização, em que se devem valer os interesses de todos os envolvidos na formulação da proposta, daí a necessidade da pressão e mobilização popular.

A partir desse momento, se inicia o processo de implementação da proposta discutida na agenda governamental entre os grupos, aqui no plano de ação, os atores são os políticos que votam nos projetos para que se instaure o ciclo final da

execução da política pública, onde mais uma vez, a sociedade civil é protagonista no acompanhamento dos recursos, verbas, divulgação e monitoramento, para de fato se constituir uma política de caráter integrador entre todos os sujeitos envolvidos, é a garantia de melhor envolvimento nas atividades e participação no processo de decisão. Essa análise pode ser evidenciada conforme Hochman et al (2007, p. 127):

A existência de espaços públicos institucionalizados de participação é condição necessária para que participantes se envolvam em suas atividades. A constituição de canais participativos, é uma garantia para que os participantes preferenciais – na maioria dos casos, representantes dos movimentos popular e sindical e de grupos de interesses de usuários – participem de fato no processo de decisão política de determinada área da administração pública.

O teor dessa participação, na organização popular da pressão por políticas integradas de interesses comuns, oportunidades maiores de influenciar a formulação e a implementação de projetos que atendam as necessidades principalmente da sociedade civil quando engajada massivamente.

Pode-se afirmar que as políticas públicas que trazem benefícios ao bem comum são aquelas que surgiram com “ganhos conquistados em duras lutas e resultados de processos complexos de relações de força”. (FALEIROS, 1991, p. 63). São relações que requerem cada vez mais a participação da sociedade, com o teor da influência sob o ciclo da política até à sua implementação, garantindo assim, uma política pública integrada com o envolvimento e voz de todos os sujeitos.

O maior valor da política pública está no fortalecimento da participação, mobilização, na cooperação tanto da esfera pública governamental como grupos sociais organizados e participativos, que assim avaliem e monitorem o desenvolvimento das políticas em seu processo de execução, cujos objetivos estejam pautados na distribuição e construção da equidade.

Portanto, em se tratando da formulação das políticas públicas, um dos maiores desafios sem dúvida é o poder que se instaura entre os grupos envolvidos. As relações de poder, violência, imposição estão inseridos neste processo de influência e persuasão dos interesses culturais de determinados sujeitos. Para além desta problemática é necessário e primordial que se criem e fortaleça as relações de poder em sua forma coletiva, quebrando as artimanhas políticas, ou “jeitinhos” de

prevalecer os interesses de grupos fechados, mas que se estabeleçam princípios coletivos.

Em se tratando da coletividade, dos vários segmentos sociais - crianças, mulheres, idosos, jovens - este último integrou na agenda pública de forma complexa e contínua, que a passos lentos vem ganhando espaço nos debates governamentais. Os desafios para a instauração do público jovem nas políticas públicas se deu principalmente pela forma de conceber o jovem em seu conceito como cidadão integrado por diversos atores sociais, a exemplo, a família, a escola, as instituições, o Estado e a sociedade civil.

No Brasil o debate sobre as políticas públicas de juventude inseridas nas agendas nacionais, representado por 50 milhões da população no país, não é recente, mas data do século XX e seu fortalecimento vem caminhando a partir de novas iniciativas de programas e projetos voltados ao público juvenil.

As políticas existentes até 2000 contemplavam a juventude, mas sem considerar as especificidades do público. RUA (1998) analisa que as políticas setoriais, sobretudo no nível federal – educação, saúde e trabalho – naquela conjuntura, contemplavam ações que abrangiam os jovens e todas as demais faixas etárias, sem exclusividade de público alvo, políticas que não estariam sendo orientadas a partir da ideia de sujeitos com personalidade própria e em desenvolvimento. Jovens que representariam o futuro em uma perspectiva de formação de valores e atitudes das novas gerações.

O cenário atual discute as ações políticas e a inserção em torno da juventude na agenda governamental, embora recente na sociedade brasileira, como consenso em torno da necessidade de implementar políticas públicas de juventude, partindo do princípio de decisões voltadas à resolução de inúmeros problemas políticos (RUA, 1998).

Entende-se por *políticas públicas de juventude* o conjunto de princípios, estratégias e ações que estabelecem os direitos e as responsabilidades dos jovens, afirmando suas identidades e potencialidades na criação de condições para a participação na vida social, econômica e cultural do país. Esses conceitos são essenciais para entender o estudo que se faz ao longo das lutas sociais em favor do

reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos e merecedores de políticas que atendem suas peculiaridades.

Alguns fatores, tais como os indicadores relacionados à faixa etária, que exigem exclusividade de políticas para atender este grupo, além da multiplicação dos problemas que os jovens enfrentam em sociedade, resultante das transformações no mundo do trabalho e do movimento globalizante da contemporaneidade, movimentos e organizações de lutas em que os jovens se inserem, que pelo peso demográfico constituem força política e social que se fortalece cada vez mais, são essenciais no desdobramento das políticas públicas de juventude.

No campo dos compromissos internacionais em relação à juventude mundial, grandes avanços, como a criação de agendas específicas para juventude nas esferas governamentais, que são trabalhadas em conjunto com organismos nacionais e internacionais, que quase sempre engendram em ações que beneficiam o segmento jovem. (Leon, 2009), são conquistas registradas nos últimos 20 anos. Todavia, apesar dos avanços, os indicadores de acesso dos jovens aos direitos sociais, culturais e econômicos, contidos no Informe sobre a Juventude Mundial de 2005 da ONU, mostravam um quadro desolador da não concretização de direitos humanos para grande parte da juventude do mundo, que ainda constituem um desafio na luta pela garantia desses direitos. De acordo com este documento da ONU sobre Juventude Mundial/2005, de um total de 1,2 bilhão de jovens em todo o mundo, 200 milhões sobreviviam com menos de US\$ 1,00 *per capita* por dia, 88 milhões não tinham emprego e 10 milhões portavam o vírus da síndrome da imunodeficiência adquirida (AIDS).

Diante desta constatação, objetiva-se uma nova forma de pensar políticas de intervenção nas áreas de educação, saúde e emprego, que possa romper com o ciclo intergeracional da pobreza jovem em todo mundo e que possa considerar os aspectos singulares do público jovem no Brasil. Por muito tempo, principalmente até antes do século XX, as políticas eram direcionadas a todas as faixas etárias sem foco aos segmentos sociais. O jovem estava relacionado às políticas destinado às crianças e aos adolescentes, pois os conceitos eram trabalhados juntos.

O debate sobre juventude quando inicia e quando termina, nunca foi consenso entre os estudiosos, considerando a linha tênue que separa estes ciclos

de vida, ou seja, o adolescente é jovem, isso quer dizer que a adolescência faz parte da juventude, mas o jovem não é adolescente. No Brasil, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, considera-se adolescente a pessoa na faixa etária entre 12 anos e 18 anos incompleta e o jovem no Brasil, segundo a Política Nacional de Juventude, é definido pela faixa etária entre 15 a 29 anos de idade.

Em detrimento dessa correlação de faixa etária, as políticas e ações sociais sempre foram definidas ao público de criança e adolescente, mas segundo Kerbauy (2005), o tema juventude foi introduzido na Assembleia Nacional Constituinte de 1988, ao ser encaminhada a Emenda Popular “Criança Prioridade Nacional”, que resultou na criação, naquele mesmo ano, do Fórum Permanente de Entidades não governamentais de defesa dos direitos da criança e do adolescente que culminou, anos mais tarde, na aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Em 1990 foi aprovado no Congresso Nacional e considerado como marco histórico-institucional importante para a questão juvenil, mesmo que seus avanços se aplicassem apenas aos jovens até a faixa etária de 18 anos incompletos, foram os primeiros passos para atenção especial à juventude no Brasil.

Segundo Bango (2008), as políticas públicas para juventude começaram a ser pensadas a partir dos anos 80 pela via dos problemas, quando a juventude teve destaque com participação maciça nos debates políticos e nos movimentos estudantis, a exemplo das “Diretas Já”⁵, vistos mais ainda como sinônimos de baderna, que segundo o autor essa aglomeração formava uma visão negativa que a sociedade tinha a respeito dos jovens que perdura até hoje.

Essa visão foi mais assistida nas últimas décadas do século XX nos movimentos culturais com a participação de jovens de classe média, representando os “hippes”, que participavam de manifestações estudantis e grandes viagens psicodélicas das drogas e o amor livre. Por outro lado, os jovens de baixo poder aquisitivo criaram o grupo chamado “skinheads” (cabeças raspadas), formado por jovens da classe operária oriundos da periferia. Esse momento da história da juventude no Brasil fortaleceu mais ainda a ideia dos jovens como causadores de problemas na sociedade.

⁵ Movimento realizado em Brasília pelos jovens caras pintadas que resultou no IMPEACHMENT do presidente Fernando Collor de Melo. (BANGO, 2008).

Embora tenha sido de forma polêmica, é neste período que a juventude começa a ganhar espaço no cenário político brasileiro nas esferas federal, estadual e municipal, sobre o qual o Estado passa a ter preocupações, sobretudo, no que se refere às questões de trabalho, doenças sexualmente transmissíveis, gravidez, drogas e especialmente violência. A partir daí, foram criadas as assessorias, coordenadorias, secretarias e os programas que têm como desafio desenvolver políticas considerando as especificidades da juventude brasileira, sem perder de vista sua acentuada diversidade (ALVES, 2006).

Há também um momento relevante do jovem como foco de políticas, representado pela morte do índio Galdino de Jesus⁶, um fator decisivo que culminou na emergência de ações voltadas para juventude. Todavia, a visão estigmatizada a respeito da juventude associada à violência, a comportamentos de risco e à transgressão é que influenciou a maioria das ações destinadas a atendê-la. É a partir desta ótica que surge entre os anos 80 e 90 inúmeras iniciativas públicas que, segundo Sposito (2009), foram representadas pelo controle das doenças sexualmente transmissíveis, programas e campanhas em prol a redução do índice de violência desenvolvidos em parceria com as Organizações Não Governamentais (ONGs) e fundações empresariais das diversas áreas do poder executivo.

É a partir de 2004 que se inicia um amplo debate e discussão em torno da necessidade de instaurar políticas públicas de juventude no país, cujo objetivo era garantia dos direitos e proteção frente à vulnerabilidade e risco social apresentadas pelo grupo juvenil, mas também favorecer a integração e participação dos jovens nas várias esferas sociais. Dessas discussões emergiu a compreensão dos jovens como sujeitos de direitos, definidos não pelos seus desvios ou incompletudes, mas por suas particularidades e necessidades de grupo que devem ser reconhecidas no espaço público como demandas cidadãs legítimas. (ABRAMO, 2008).

Partindo dessa premissa para com a consolidação dos direitos aos jovens, intensifica a proposta da política de juventude no Brasil e em fevereiro de 2005 é criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), ligada à Secretaria-Geral da Presidência da República com o objetivo de articular os programas federais de

⁶ A repercussão nacional do assassinato em Brasília do índio Pataxo, Galdino Jesus dos Santos, que foi incendiado enquanto dormia em uma parada de ônibus, por cinco jovens de classe média, constitui elemento importante uma vez que a sociedade cobrou do Estado medidas punitivas para os jovens e de uma opinião pública sensível ao tema juventude (SILVA, 2009).

juventude e fortalecer o viés político da consolidação de ações para o público jovem tanto no aspecto de proteção social em virtude da vulnerabilidade, como políticas de inserção social na esfera pública governamental.

A partir deste momento, sob o respaldo técnico do diagnóstico da situação do jovem no Brasil e dos programas existentes e sua aplicabilidade, a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) agrupou e fomentou a elaboração de políticas públicas voltadas aos jovens brasileiros, aliada ao Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e Programa de Inclusão de Jovens – Projovem, que intensificaram o foco ao jovem brasileiro e sua heterogeneidade, particularidade e necessidade inerentes ao grupo. Precisamente no dia 1º de fevereiro de 2005, o Governo Federal por meio da medida Provisória 238 assinada pelo Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, implementa a Política Nacional de Juventude.

Vale ressaltar, que o Brasil, embora tenha caminhado a passos lentos para a implementação desta política, muitos foram os obstáculos superados descritos principalmente pelo reconhecimento do jovem em sua totalidade, estabelecendo não mais a ideia do adolescente ou do sujeito que está “de passagem” para a vida adulta. Hoje, a política visa atender um público definido socialmente e com características próprias.

A exemplo destas conquistas na área da Juventude, o século XXI contempla no Brasil o PLC 98/2011 do Estatuto da Juventude que após várias emendas desde 2004 apresentada por Benjamim Maranhão (PMDB-PB) foi finalmente sancionada em 05 de agosto de 2013 pela presidente Dilma Rousseff. A lei trata dos direitos de pessoas entre 15 a 29 anos e reúne atender ao que já está assegurado como direito, a exemplo a saúde, a cultura, a educação, e aprofundas demandas e recursos para o público juvenil. Também prevê 50% em descontos em eventos culturais e esportivos e mais ainda, estabelece que seja criada uma Rede Nacional de Juventude e de Conselhos de juventude responsáveis por operar políticas públicas voltadas a esse público.

No entanto, há um desafio na desmitificação de que o jovem por si só é um sujeito de direito, pois as ações voltadas a este público constituem cunho focalizado para os jovens excluídos das zonas periféricas ou na condição que se tornou usuais conceituarem como de risco social, que em muitos casos é visto como problemático

que demanda enfrentamento guiado pela ideia de prevenção de controle ou de efeito compensatório (SPOSITO, 2009).

Todavia, não se pode negar que embora a passos largos o Brasil nas últimas décadas do século vinte, avançou significativamente na criação de programas e políticas voltados para a juventude. Com base nos escritos de Leon (2009) junto com a Secretaria Nacional de Juventude, é possível destacar as conquistas históricas no processo de criação de políticas públicas de juventude no Brasil, destacadas no quadro a seguir:

1927	1ª Legislação específica sobre jovens e adolescentes no Brasil (Código do Menor)
1940	Marco na formulação de políticas públicas de juventude (convivência entre repressão e controle social). Durante o governo Getúlio Vargas, foi criada uma estrutura nacional, vinculada ao Ministério da Educação, chamada Juventude Brasileira, e uma rede de instituições escolares (Centros Cívicos), regidas pelos diretores das instituições de ensino.
1985	Ano Internacional da Juventude
1988	Proteção da criança, adolescente e juventude preconizada na Constituição Federal.
1990	Criação do Estatuto da Criança e do adolescente – ECA, normatizou o artigo 227 da Constituição Federal de 1988. Surge a partir da mobilização social que deu origem ao Fórum Nacional de Entidades Não-Governamentais de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (Fórum DCA).
2002	Agenda Jovem – movimento social de luta da juventude que deu conta da criação da Carta - Jovem 2002, com propostas específicas para criação de políticas.
2003	Institucionalização das políticas públicas de juventude no âmbito federal. - Criação do Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE). - Criação do Grupo Interministerial de Juventude, ainda em 2003, pelo governo federal, e a instituição da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude - Criação pela Câmara dos Deputados do Grupo Interministerial da Juventude para identificar caminhos e formular a política nacional de juventude, refletindo o compromisso governamental com os jovens brasileiros e contou com a participação de 19 ministérios, sob a coordenação da Secretaria-Geral da Presidência da República.
2004	Fortalecimento dos mecanismos de participação por meio de consulta pública as organizações da juventude.
2005	Criação: do Índice de Desenvolvimento de Juventude (IDJ), do Projeto Juventude, da Secretaria Nacional de Juventude, do Conselho Nacional de Juventude e do Programa - Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).

2007	Lançamento do Projovem Integrado e 1ª Reunião Especializada da Juventude do Mercosul no Rio de Janeiro
2008	1ª Conferência Nacional de Juventude; 1º Pacto pela Juventude e o Brasil sedia a 4ª sessão da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul
2009	2º Encontro de Parlamentares Ibero-Americanos de Juventude no Brasil
2010	<ul style="list-style-type: none"> - Brasil assume presidência da Reunião Especializada da Juventude do Mercosul – REJ; - 2º Pacto pela Juventude - Aprovada a PEC da Juventude - Brasil sedia Pré-Conferência das Américas e Caribe sobre juventude. - 1ª Mostra do ProJovem Urbano. - Brasil passa a integrar a Organização Íbero- Americana de Juventude-OIJ - Brasil assume vice-presidência da OIJ na 15ª Conferência Ibero-Americana de Ministros e Responsáveis de Juventude.
2011	Aprovação do Estatuto da Juventude pela Câmara Federal -2ª Conferência Nacional de Juventude
2013	Aprovação do Estatuto da Juventude no Senado Federal

Quadro 5: Conquistas históricas: Políticas públicas de juventude no Brasil
Fonte: Leon (2009)/ Secretaria Nacional de Juventude

Com base nesses dados, o que se percebe é uma conquista gradativa do jovem brasileiro no reconhecimento da efetivação dos direitos sociais e reconhecimento como agente participante através dos movimentos de grupos que se instauram em favor do reconhecimento de um grupo heterogêneo com peculiaridades que requer atenção, assim como, qualquer outro segmento da população brasileira.

Essa rede de responsabilidade com a juventude brasileira deverá aproximar-se do propósito da inclusão desses jovens como atores participativos no processo de decisão democrática. Sabe-se que as políticas, programas e projetos desenvolvidos em prol à juventude, ainda assumem o caráter da ótica dos problemas, das carências, das necessidades que necessitam de intervenção pública, um olhar sob viés da questão social. É preciso ir mais além, olhar o jovem sob a ótica daquilo que fora definido pelas Nações Unidas desde 1985, “*da garantia de direitos, da valorização da participação do jovem na esfera pública*”, e não, tão somente engendrar políticas que visem suprir ou amenizar os riscos que a juventude possa vir a representar socialmente.

Trata-se de uma juventude que caminha para a vida adulta em passos lentos e de constantes desafios, principalmente naqueles voltados ao seu reconhecimento

enquanto sujeito, bem como sua emancipação social através do trabalho e concomitantemente à educação, uma *educação profissional* estabelecida como viés necessário para a ultrapassagem do jovem ao mundo adulto de forma “independente” e estável ao qual o próximo tópico se destina a desenvolver.

2.3 CONSELHO NACIONAL DA JUVENTUDE E ESTATUTO DA JUVENTUDE BRASILEIRA

A juventude brasileira, após longas e árduas lutas sociais frente ao reconhecimento dos direitos civis e políticos, conta com dois instrumentos que tem contribuído para garantir a proteção e a promoção da juventude nos dias atuais: o Conselho Nacional de Juventude (2005) e o Estatuto Nacional na Juventude (2013).

O Conselho Nacional de Juventude criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República, e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). O Conselho tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

Segundo a Secretaria Nacional de Juventude (2014), o Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil. A representação do poder público contempla, além da Secretaria Nacional de Juventude, todos os Ministérios que possuem programas voltados para os jovens; a Frente Parlamentar de Políticas para a Juventude da Câmara dos Deputados; o Fórum Nacional de Gestores Estaduais de Juventude; além das associações de prefeitos. Essa composição foi estruturada para que as ações sejam articuladas em todas as esferas governamentais (federal, estadual e municipal), o que contribuirá para que a política juvenil se transforme, de fato, no Brasil, em uma política de Estado.

O Conselho conta com representantes dos movimentos juvenis, organizações não governamentais, especialistas e personalidades com reconhecimento público pelo trabalho que executam nessa área. Os integrantes do

Conselho vão desde membros do movimento estudantil à rede de jovens ambientalistas; de jovens trabalhadores rurais e urbanos a negros, indígenas e quilombolas; de jovens mulheres a jovens empreendedores; de representantes do hip hop a integrantes de organizações religiosas, entre outros. (CONJUVE, 2014)

Os membros do Conselho são escolhidos para mandato de dois anos, mediante eleição direta, e os cargos de presidente e vice-presidente são alternados, a cada ano, entre governo e sociedade civil. Atualmente, segundo fontes da Secretaria Nacional de Juventude, grupos de trabalho desmembram a forma de compreender a particularidade dos jovens em suas diversas esferas sociais, determinando grupos como: Juventude Negra, Relações Internacionais, Meio Ambiente, Pacto pela Juventude. (CONJUVE, 2014)

O intuito é criar mecanismos para fortalecer o jovem em diversos campos de atuação e inserção desta “onda”, promovendo ações de cunho teórico e didático na descrição deste jovem em cada grupo. Essa iniciativa de proteção e promoção da juventude vem somar com o estabelecido no Estatuto da juventude (2013) como protoforma da garantia de direitos deste público juvenil.

O Estatuto da Juventude é o instrumento legal registrado a partir da Lei 12.852/2013, que determina os direitos dos jovens que devem ser garantidos e promovidos pelo Estado brasileiro, independente de quem esteja à frente da gestão dos poderes públicos. Para a secretária Nacional de Juventude, Severine Macedo (2014):

O que faz o Estatuto é detalhar, dentro das garantias já previstas pela Constituição, quais são as especificidades da juventude que precisam ser afirmadas. O desafio agora é popularizar o Estatuto para que os jovens conheçam seus direitos e vejam nele um instrumento legal de reivindicação para melhorar suas condições de vida.

Ou seja, é um instrumento importante garantido após longas lutas de auto definição da categoria juventude e dos desafios para sua inserção na agenda pública governamental que precisa fazer parte do mundo jovem como instrumento para sua caminhada a vida adulta. Ao todo, são 11 os direitos previstos no Estatuto, conforme aponta o quadro abaixo:

DIREITO À DIVERSIDADE E À IGUALDADE;
<p>Garantir que o jovem não seja discriminado por sua etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade, orientação sexual, idioma, religião, opinião, condição social ou econômica. Cabe ao poder público assegurar a igualdade de direitos entre todos os jovens no acesso à educação, saúde, segurança, cidadania e justiça.</p> <p>Para isso, o direito à Diversidade e à Igualdade aponta a necessidade de capacitar profissionais da educação, da saúde e da segurança pública para enfrentar qualquer forma de discriminação em seus ambientes de trabalho.</p>
DIREITO AO DESPORTO E AO LAZER;
<p>O Estatuto demanda, a adoção de leis de incentivo fiscal para o esporte, a oferta de equipamentos comunitários para prática esportiva, cultural e de lazer, e a valorização do esporte praticado por jovens com deficiência. Todas as escolas deverão buscar pelo menos um local apropriado para a prática de atividades poliesportivas</p>
DIREITO À COMUNICAÇÃO E À LIBERDADE DE EXPRESSÃO
<p>O Estatuto reafirma o direito dos jovens de se informarem e de se expressarem e também define medidas para que os pontos de vista dos jovens sejam difundidos. Assim, cabe ao poder público incentivar programas educativos e culturais voltados para a juventude nos meios de comunicação de massa; a inclusão digital, as redes e plataformas dos jovens; e os equipamentos públicos que promovam o seu direito à comunicação.</p>
DIREITO À CULTURA
<p>Cabe então ao poder público valorizar os coletivos de jovens no desenvolvimento de atividades artístico-culturais diversas. Além disso, é de suma importância que todos os jovens possam fruir em plenitude os bens e serviços de cultura em todo o país. Portanto, a meia-entrada cultural é um direito garantido a todos os estudantes e jovens de baixa renda, mesmo que não estejam matriculados em instituições de ensino.</p>
DIREITO AO TERRITÓRIO E À MOBILIDADE
<p>Todos os jovens têm direito ao território e à mobilidade, incluindo a promoção de políticas públicas de moradia, circulação e equipamentos públicos, no campo e na cidade, garantindo acessibilidade e adaptações necessárias aos jovens com deficiência. Este direito reserva também a gratuidade do transporte público aos jovens de baixa renda. O acesso a esse benefício será regulamentado pelo Governo Federal.</p>
DIREITO À SEGURANÇA PÚBLICA E AO ACESSO À JUSTIÇA
<p>Este direito prevê que os jovens possam viver em um ambiente seguro, sem violência e com garantia na sua integridade física e mental, asseguradas a igualdade de oportunidades e facilidades para o seu aperfeiçoamento intelectual, cultura e social. As ações de segurança pública voltadas para a juventude deverão articular ações da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios.</p>
DIREITO À CIDADANIA, À PARTICIPAÇÃO SOCIAL E POLÍTICA E À

REPRESENTAÇÃO JUVENIL
<p>A participação juvenil nos espaços públicos é compreendida a partir da inclusão dos jovens como pessoas ativas, livres, responsáveis e dignas de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais. O Estatuto também prevê a participação do jovem na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude. É dever dos governos incentivar a livre associação dos jovens e a sua inclusão efetiva nos espaços de decisão com direito à voz e voto.</p>
DIREITO À PROFISSIONALIZAÇÃO, AO TRABALHO E À RENDA
<p>Este direito garante que todo jovem possa ter acesso à profissionalização, ao trabalho e à renda, em condições de liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social. Prevê também a promoção de formas coletivas de organização para o trabalho, de redes de economia solidária e da livre associação. O Estatuto prevê incentivos ao jovem trabalhador rural em sua organização na produção da agricultura familiar e dos empreendimentos familiares rurais. A formação e a qualificação profissional também devem estar garantidas aos jovens com deficiência.</p>
DIREITO À SAÚDE
<p>Isso significa que o poder público tem que garantir aos jovens o acesso aos serviços públicos de saúde de maneira integral e com qualidade. Considerando as especificidades da faixa etária compreendida entre 15 e 29 anos, os atendimentos devem ser humanizados, com trabalho de prevenção aos problemas que são mais presentes entre a juventude.</p>
DIREITO À EDUCAÇÃO
<p>Todo jovem tem direito à educação de qualidade, em todos os seus níveis, adaptando-se às necessidades e especificidades da juventude, inclusive no período noturno. Esse é um direito garantido pelo Estatuto da Juventude. A educação básica é obrigatória e deve ser oferecida gratuitamente a todos, inclusive para aqueles que não tiveram acesso na idade adequada. O Estatuto ressalta a importância das políticas afirmativas e da expansão: da educação superior nas instituições públicas, do financiamento e da assistência estudantil, das bolsas de estudos e do transporte escolar.</p>
DIREITO À SUSTENTABILIDADE E AO MEIO AMBIENTE
<p>Todo jovem tem direito à qualidade de vida. Para isso, viver em um ambiente plural, ecologicamente equilibrado e protegido é fundamental. Ao mesmo tempo em que o jovem tem direito a uma vida sadia que preze a qualidade de vida, ele também tem o dever de protegê-la para as futuras gerações. Para isso, cabe ao Estado promover a educação ambiental para as juventudes de acordo com a Política Nacional do Meio Ambiente.</p> <p>O poder público também deve incentivar organizações de jovens que atuem defendendo as pautas ambientais.</p>

Quadro 6: Direitos previstos no Estatuto da Juventude
 FONTE: Secretaria Nacional de Juventude/2014

Além destes benefícios diretos, o Estatuto também define dois outros de suma importância para jovens de baixa renda: os descontos e gratuidades em transporte interestadual e a meia-entrada em eventos culturais e esportivos para estudantes.

Além dos benefícios, o documento ainda demanda a criação do Sistema Nacional de Juventude (Sinajuve) que deve organizar, em todo o país e de maneira participativa, o planejamento, a implementação, o acompanhamento e a avaliação das ações, planos e programas que constituem as políticas públicas de juventude, que hoje, após quase dez anos de tramitação e de muita mobilização social, o Estatuto da Juventude foi aprovado, precisamente em julho de 2013 pelo Congresso Nacional e sancionado pela presidenta Dilma Rousseff em agosto do mesmo ano. Depois de 180 dias de sua publicação no Diário Oficial da União, o Estatuto entrou em vigência a partir do dia 2 de fevereiro de 2014.

2.4 JUVENTUDE E TRABALHO: CAMINHOS PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A participação dos jovens no mercado de trabalho aparece a partir do século XX quando se manifesta o processo de industrialização e o aparecimento das máquinas nas indústrias, isto é, as grandes transformações no processo de trabalho passaram a exigir trabalhadores com mais habilidades aos trabalhos delicados das indústrias, o que configurou no primeiro ensaio para a inserção do jovem neste espaço.

Marx (1987) chama atenção para o processo de Revolução Industrial e aponta que o surgimento das máquinas na indústria foi fator determinante para a inserção dos jovens no mercado de trabalho. Segundo seus escritos, a maquinaria permitia o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com pouco desenvolvimento físico, mas com habilidades de membros mais flexíveis e delicados. Por isso, a ideia foi de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças, transformando-se um espaço de intensas contratações de assalariados, isso incluía todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade.

Um marco deste processo é que as crianças, adolescentes e jovens inseridos no mercado de trabalho, recebiam salários bem menores do que os

adultos, o que era interessante e lucrativo para o capital. Em meados do século XIX as empresas já preferiam contratar mais jovens que adultos, pois custava mais baratos, o que levou gradativamente a nivelar os salários de todos os trabalhadores, com uma redução significativa de custos para o capital, e obtenção favorável nos lucros empresariais.

Embora os escritos de Marx tenham sido realizados na Inglaterra, ainda hoje no Brasil se vivencia condições semelhantes impostas pelos donos dos meios de produção, que por sua vez, só estão interessados em obter lucros, e contratam ou utilizam grande parte dos jovens e estagiários das suas empresas como mecanismos de exploração.

A inserção do jovem no mercado de trabalho tem sido palco de discussões em torno da Organização Internacional do Trabalho – OIT, que enfatiza a importância da formação profissional aos jovens como mecanismo para integração ao mercado laboral. Isso porque, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD/2010, 42,2% dos desempregados são jovens, acentuando a necessidade de se aplicar maiores investimentos nas políticas e programas que melhorem as condições de emprego.

O que se observa, baseado no relatório de OIT, é que a América Latina constitui o segmento mais numeroso de jovens com idade para trabalhar entre 15 a 24 anos, e que segundo projeções desta organização, estamos vivendo o topo demográfico juvenil, isso porque os estudos indicam que em 2015 haverá uma significativa queda de crescimento da população jovem.

No Brasil essa projeção não é diferente, também se verificou um aumento considerável da população jovem com esta faixa etária, porém o principal aumento está na faixa dos 15 a 19 anos, - aproximadamente 17 milhões de pessoas CENSO/IBGE/2010, que concomitantemente representam um público significativo que tem buscado a inserção no mercado de trabalho.

Para o grupo juvenil, a questão do trabalho é uma das grandes preocupações, isso porque eles vivenciam, de modo sofrido e dramático, o que alguns estudiosos têm chamado de “medo de sobrar”⁷ (NOVAES, 2007). Mas também tem sido preocupação no campo das políticas públicas para a juventude, e

⁷Considera que os jovens passam por marcos geracionais de inquietude na sociedade. Para a autora, jovens negros e pobres moradores da periferia, e também as mulheres, por serem mais vulneráveis constituem os jovens que partilham do medo de sobrar.

por isso há uma convicção generalizada de que é necessário desenvolver programas e ações que melhorem a situação atual, levando-se em conta o aumento da vulnerabilidade deste grupo social, a limitada oferta de oportunidades, e as especificidades da condição juvenil contemporânea. (ANDRADE, 2008).

Especificidade essa que deve ser a chave para a formulação de políticas públicas de juventude e trabalho, pois os jovens mais pobres apontam maiores dificuldades, principalmente suas desvantagens educativas na ocupação de cargos no mercado de trabalho capitalista, tendo, portanto poucas oportunidades. (CAMARANO, et. al., 2009). Para os jovens o trabalho ou a falta dele, aparece como categoria primordial em suas vidas, tanto pelo aspecto econômico, como cultural e societário. É elemento produtor de sua identidade na vida adulta, relacionado tanto com sua trajetória escolar quanto com a promoção da cidadania.

O autor ainda salienta que os baixos níveis de renda e a capacidade de consumo imposta pelo capital redundam e intensificam a necessidade do trabalho como condição de sobrevivência para a maioria dos(as) jovens, diferindo do conceito ideal daquele jovem que se libera da necessidade do trabalho para dedicar-se aos estudos, à participação organizada e ao lazer, mas é um grupo significativo que busca ocupar ou já ocupa postos de trabalho “quaisquer” que por muitas vezes não permite (ou pouco) a possibilidade de progredir na carreira profissional.

Na realidade, o trabalho é uma instância crucial na vida das pessoas nas sociedades modernas, pois está vinculado à garantia de provimentos básicos, determinação da renda, status social e o desdobramento da vida futura. Portanto, essa centralidade ímpar do trabalho na história das sociedades humanas, se coloca como exigência para sua sobrevivência e para sua inserção social. Com o desemprego crescente e a raridade do trabalho na forma de emprego assalariado regular, ainda assim o trabalho continua sendo fator estruturante na vida das pessoas (GARCIA, 2009).

No cenário atual da geração de jovens brasileiros, há em comum a busca pela construção de trajetórias de trabalho numa atualidade de transformações econômicas e sociais intensificadas nos anos 1990, tais como o baixo ritmo de crescimento econômico e a intensa presença do desemprego e do trabalho precário. Mesmo que o período mais recente aponte um contexto de aumento da atividade econômica e das oportunidades de emprego e ocupações, os jovens experimentam

um mundo do trabalho em mutação e sobre eles recai o maior peso, “o desemprego e o trabalho precário”.

O desemprego é o problema mais agudamente manifesto como aquele que está a afligir especialmente os jovens entre 18 a 20 anos, notadamente os rapazes (claro que não exclusivamente) com mais baixa escolaridade e menor rendimento; essa confluência de traços alia as piores condições de competição no mercado, num segmento etário em que é mais sentida a pressão que decorre do estatuto (e as necessidades) de novo demandante em busca de inserção (GUIMARÃES, 2008, p. 161). Não está nas referencias..

Assim, é o emprego ou a falta dele a faceta problemática do trabalho aos jovens com maior magnitude. Dados apontam que entre 24% e 28% dos jovens colocam o desemprego em primeiro lugar como problemática, superando subtemas centrais como violência, que é representado por 18% dos casos segundo fontes da pesquisa (IDEM, 2008).

Essa onda da falta de emprego tem adiado a inserção de muitos jovens no mercado de trabalho, daí a importância da formulação de políticas que atinjam diretamente estes jovens que se encontram sujeitos às influências e mudanças societárias. Aqui se faz referência àqueles jovens concludentes do Ensino Médio entre a faixa etária de 18 a 20 anos, que já podem pensar em ingressar no mercado de trabalho, pois não há interrupção do processo de escolarização em nível educacional básico, mas que não estão diplomados o suficiente para ocuparem posto de trabalho com boa remuneração.

Entende-se, portanto, que o ingresso no mundo do trabalho constitui-se, tradicionalmente como o principal marco de passagem da condição juvenil para a vida adulta. No entanto, os últimos 20 anos vêm mostrando significativas mudanças ocorridas nos ambientes produtivos da dinâmica do mercado interno e externo, tendo como efeitos sociais a seletividade, precariedade e exclusão. O diagnóstico dominante aponta para as enormes dificuldades dos jovens em conseguir uma ocupação, principalmente em obter o primeiro emprego, dado o aumento da competitividade, da demanda por experiência e por qualificação no mercado de trabalho (ANDRADE, 2008, p. 26).

Com isso, a transição para a vida adulta tem sido retardada. Tradicionalmente, os estudos que buscam definir a condição juvenil assinalam que a passagem da escola para o mundo do trabalho, ao lado da independência em relação à família de origem e da constituição de um novo núcleo familiar, constitui-se

como marco fundamental no processo de transição para a vida adulta. A juventude, aqui compreendida como construção social e histórica, pode ser considerada um dos mais significativos momentos do ciclo da vida que se desenvolve em diversas mutações que tomam forma na contemporaneidade em diferentes esferas do social, em especial, no mundo do trabalho (ANTDJ-TEM, 2011).

Ao se falar de juventude como fase de transição para a vida adulta, temos por referência o universo da escola, *lócus* prioritário onde há a formação desses sujeitos. Historicamente, é nesse espaço o marco da elevação da juventude como categoria social, a partir da passagem das atribuições de formação das crianças das famílias para a escola moderna. Apresentadas com objetivos e demandas reconfigurados ao longo do tempo, a escola permanece sendo uma das grandes responsáveis pela inserção dos jovens no mundo adulto, seja na acepção da escola como propulsora de cidadania, seja com a finalidade de preparação para o mercado de trabalho (CAMARANO, et. al., 2009).

O retardamento ao ingresso no mercado de trabalho pelos jovens representa sinônimo de melhor preparo profissional a fim de ocupar ofícios compensatórios na determinação da vida futura. Isto é, a definição do tempo e da qualificação profissional adquirida será determinada por escolhas e prioridades, como a garantia de um diploma universitário, e/ou, a busca por cursos técnicos de qualificação profissional, que requerem menos tempo para a conclusão e acesso mais rápido ao mercado de trabalho, tendo sempre como base a Educação como propulsora de cidadania e garantia da tão sonhada ascensão profissional.

No entanto, diante da situação de vulnerabilidade que se encontra grande parte dos jovens, a Educação vem sendo encarada por eles como perspectiva para melhoria da qualidade de vida, e quanto mais amadurecem é nela que se apoiam. Por esse motivo, debates vêm ocorrendo sobre a importância da educação e, particularmente, da educação profissional, como umas das exigências do mercado em transformação, e a possibilidade de absorção no mercado de trabalho. A elevação da escolaridade e da capacitação profissional não garante a ocupação de postos bem remunerados, mas dá condições de competir entre os sujeitos qualificados e garantir espaço para o crescimento profissional.

A ampliação da educação paira para além da elevação da escolaridade, mas permeia na necessidade de mudanças teóricas e aprofundamentos pedagógicos que

vão além de um aprendizado técnico e maquinário para serem operados nas indústrias.

É em meados dos anos 90 que dissemina um discurso da necessidade da ampliação de educação básica nas agendas de empresários e governos. Defendendo em caráter de urgência o aumento da escolaridade e de universalização das habilidades básicas de aprendizagem como condição para implementação de inovações tecnológicas e operacionais capazes de recuperar a economia nacional e torná-la competitiva. O aumento da escolaridade e da qualificação dos trabalhadores passa a ser visualizado como requisito crucial para tornar as indústrias brasileiras mais competitivas (NOGUEIRA, 2009, p. 80).

Tais mudanças conduziram a educação ao compromisso com a formação de um novo perfil profissional a ser realizado por meio de planejamento e acompanhamento dos novos modelos de produção, ou seja, das novas demandas e exigências impostas pelo sistema capitalista vigente, em que a capacitação profissional e a elevação da escolaridade são essenciais na disputa por espaço no mercado de trabalho, portanto, exige a reformulação de uma educação comprometida com a totalidade social.

Dessa maneira, as categorias básicas indicam o desenvolvimento das potencialidades subjetivas como: conhecimento técnico, compreensão integral, reflexão crítica, interação comunicativa e participação cooperativa em planejamentos, decisão e ações profissionais, organizacionais e sociais (MARKERT, 2004, p.149,)

Nesta direção, entende-se que a escola está sendo chamada a repensar suas pedagogias e práticas de ensino, objetivando a formação de um novo homem/profissional que possa responder aos desafios da sociedade capitalista contemporânea do mundo do trabalho.

Essas mudanças é a garantia de um ensino universal, como base para o desenvolvimento de uma sociedade. Para uma educação inserida no novo modelo de produção capitalista, é possível qualquer desempenho de qualidade, mas para isso é necessário equipar os estudantes com meios para que eles realizem, contribuam e sejam empregáveis, é o primeiro dever de qualquer sistema educacional. (DRUCKER, 1993).

Enquanto as empresas continuarem a desenvolver constantemente novas formas de tecnologias e metodologias eficientes para atender as necessidades de rentabilidade do capital cabe, à educação o papel de propagadora dos valores que estão sendo gestados na sociedade, acompanhamento e constantes modificações

no perfil profissional a que tende ofertar, instaurando-se como tônica que gera o desenvolvimento e que o conhecimento especializado de alto nível possa propor a empregabilidade.

São os efeitos do processo de reestruturação produtiva sobre o trabalho que demarcaram a nova forma de se pensar a educação e, por consequência, a consolidação de uma educação profissional. Isso porque as inovações tecnológicas e organizacionais poupadoras de mão de obra ampliaram de forma exacerbada o chamado *exercício industrial de reserva*, pois o aumento da produtividade e lucratividade empresarial não é acompanhado da elevação do nível de emprego (NOGUEIRA, 2009).

Por este motivo, a seletividade ganha foco nas indústrias e conseqüentemente fator primordial na garantia de manter principalmente jovens entre 15 a 29 anos inseridos no mercado de trabalho. Diante dos impactos da reorganização dos processos produtivos sobre o conteúdo do trabalho, o que se busca no cenário contemporâneo é um novo perfil da força de trabalho, em que a qualificação profissional passa a ser fundamental para os processos produtivos flexíveis.

Observa-se que aquele perfil tradicional do trabalhador demandado pela produção taylorista/fordista, em que o trabalho parcelizado, fragmentado e repetitivo era operacionalizado por uma força de trabalho que não exigia tanta qualificação ou sem nenhuma, vem sendo substituído, agora, diante do processo de reestruturação produtiva e das exigências da empregabilidade por um perfil de força de trabalho que exige cada vez mais qualificação profissional (NOGUEIRA, 2009, p.76).

Esse novo perfil mais qualificado responderá às exigências das mudanças estruturais do mundo do trabalho, as exigências postas pelas inovações tecnológicas necessitam de um novo conceito articulado com a qualificação profissional dos trabalhadores, ou seja, a competência profissional de acionar tarefas com mais habilidades e competência é o que determinará a permanência de muitos trabalhadores, principalmente os jovens no mercado de trabalho.

Ramos (2006) entende que no atual contexto capitalista vem ocorrendo, na verdade, um deslocamento conceitual da noção de qualificação para a de competência, articulado com as mudanças que se verificam na arquitetura social. Nesse processo, o lugar da qualificação profissional, enquanto conceito central na

relação trabalho-educação, estaria sendo, pouco a pouco, ocupado pela noção de competência necessária para o novo perfil de trabalhadores que as empresas necessitam.

[...] necessitam não só de um alto nível de aptidão, mas também de um alto grau de conhecimento formal e, acima de tudo, de uma alta capacidade para aprender e adquirir conhecimento adicional. Os técnicos não são sucessores dos operários de ontem. Eles são basicamente os sucessores dos trabalhadores altamente qualificados, ou melhor, eles são trabalhadores altamente qualificados que também possuem grande conhecimento de educação formal e a capacidade de aprender continuamente (DRUCKER, 1993, p.104).

Nesse contexto, o Brasil vem desenvolvendo programas como os do Governo Federal – *Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem)*, *Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM)*, *Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec)* –, visando qualificar os trabalhadores e seus filhos para esse novo mundo do trabalho.

Esses objetivos de qualificação aos trabalhadores, incorporados pelo governo brasileiro, tem reforçado, de acordo com Dedeca (1998), um debate no contexto internacional de que a qualificação ou competência profissional é uma solução para os problemas do emprego e da competitividade no mercado de trabalho, que impulsionou a partir da década de 1990 a materialização de programas como o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor⁸ e o Plano Nacional de Qualificação - PNQ.

A política do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – Planfor, traz como princípio a empregabilidade no sentido de “não apenas obter um emprego, mas tornar-se empregável, manter-se competitivo em um mercado em constante mutação. Prepara-se, inclusive, para várias carreiras e diferentes trabalhos, às vezes, até simultâneos” (LEITE, 2002, p. 4). Quanto ao Plano Nacional de Qualificação – PNQ, este busca uma integração entre a Política de Qualificação, de Trabalho, Emprego e Renda, Educação e Desenvolvimento como princípios contidos no PNQ/2008 e na Resolução nº575/2008 do Conselho Deliberativo do Fundo do Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, com o objetivo de fundamentar uma

⁸Implementado em todas as regiões do país a partir de 1996, sob a direção do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE e com recurso do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. (BULHÕES, M. G. P. São Paulo Perspect. vol. 18).

perspectiva de controle social, descentralização administrativa e participação dos envolvidos alinhados como política pública.

Para Goes e Carvalho (2010), em um artigo sobre formação/qualificação profissional da juventude no contexto do desemprego estrutural, o discurso entre universidade e cursos iniciais de curta duração são polemizados pelos jovens, pois os cursos técnicos de curto prazo tem dado mais chances de absorção no mercado, pois são específicos em determinada área e contam com a prática e técnica mais desenvolvida, além do tempo cursado, enquanto que a universidade requer quatro anos de estudo, e em alguns casos, até três anos, os cursos técnicos exigem no máximo 2 anos de aprendizagem.

[...] o noticiário do dia 18 de maio de 2010, no New York Times intitulado Plano B: esqueça a faculdade. A notícia divulga algumas recomendações mais recentes da academia norte-americana para a qual seria necessário "...desenvolver alternativas para alunos que não serão bem-sucedidos em um curso de graduação". Acadêmicos da Universidade de Ohio, da Universidade Americana e da Universidade Northwestern, Richard Vedder, Robert Lerman, James Rosenbaum e Charles Murray estariam defendendo a necessidade de orientar alguns estudantes para os cursos intensivos de curta duração e treinamento profissional, por meio da expansão de cursos técnicos de ensino médio e programas para formar aprendizes. A recomendação seria justificada haja vista a ausência de mercado para absorção de profissionais com cursos superiores. Ainda de acordo com o jornal, o Prof. Richard Vedder, teria enfatizado que alguns desses alunos "... poderiam ter comprado uma casa com o dinheiro que gastaram em educação" (GOES & CARVALHO, 2011, p. 115)

Não cabe aqui discutir a hierarquia do curso superior sobre os cursos técnicos, mas para o entendimento de que as transformações no mercado de trabalho têm exigido qualificação e treinamento profissional para a ocupação de cargos que exigem capacidade técnica. Nas palavras de Al-Mulfti (2006, p.13):

Estamos num momento histórico em que o mundo é palco de inovações científicas e tecnológicas fundamentais. [...] estas alterações que irão, com certeza, acelerar-se no futuro criam tensões enormes, em especial no campo da educação, a qual terá de dar respostas as necessidades crescentes e enfrentar novos desafios de um mundo que muda rapidamente. [...] para dar respostas a esta situação os planos nacionais ou internacionais de reforma de educação não devem se contentar com uma boa planificação ou aplicação racional dos recursos financeiros. Em matéria de educação as políticas de reforma devem ter como objetivo a excelência.

Portanto, ainda é a escola/educação que dá suporte para a formação de profissionais capacitados. Aqueles jovens que desejam ingressar mais rapidamente

no mercado de trabalho capitalista precisam essencialmente de formação profissional qualificada em curto prazo, haja vista o pouco espaço empregável e competitivo que se forma rapidamente. Devem estar preparados para qualquer momento serem avaliados por sua competência e garantir seu espaço profissional.

É nas instituições de ensino que fornecem cursos de qualificação profissional pelas instâncias governamentais e não governamentais que constituirão os espaços em que os trabalhadores e a juventude excluída terá oportunidade de adquirir competências comportamentais. Fazer um paragrafo apresentando o item seguido.

Isso não quer dizer que maior escolarização garanta automaticamente aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o incremento na oferta de mão de obra qualificada não segue necessariamente o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados (CASTRO e AQUINO, 2009). Mas quer dizer que, quanto maior se possa qualificar e atender as exigências do mercado na sociedade capitalista de produção, maiores as chances de competir por um espaço e um emprego, garantindo melhoria nas condições de vida principalmente de uma população jovem em formação e desenvolvimento pessoal, social e político.

CAPÍTULO III

JUVENTUDE E MERCADO DE TRABALHO

*A gente não quer só comida,
A gente quer comida, diversão e arte.
A gente não quer só comida,
A gente quer saída para qualquer parte.
A gente não quer só comida,
A gente quer bebida, diversão, balé.
A gente não quer só comida,
A gente quer a vida como a vida quer.*

Titãs, Comida

3.1. O MERCADO DE TRABALHO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS

Parintins é um município que ocupa 0,3789% do estado do Amazonas, com uma população total de 102.033 habitantes segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE do censo 2010. Sua área territorial é de 5.952,378km² e possui uma densidade demográfica de 17,14, considerada como a segunda maior cidade do estado e um dos pontos turísticos mais importantes da Amazônia⁹ visto a realização do Festival Folclórico de Parintins¹⁰ considerado patrimônio cultural da América Latina.

Em se tratando das políticas públicas, Parintins já desenvolveu junto às Universidades e comunidades, estudos a respeito das Políticas Públicas voltadas ao turismo local, educação indígena e outros. Quanto à questão da juventude, o município de Parintins pouco enfatizou o público juvenil e tem tratado historicamente esse público dentro da dimensão “família”, sem considerar as particularidades dos

⁹ A Amazônia apresenta relevante potencial geopolítico e econômico, pois representa 85% da região em território brasileiro, 61% do território brasileiro, 5 milhões de km quadrados, 22% da reserva florestal do planeta, 20% da água doce disponível na terra e 45% do potencial hidrelétrico brasileiro. (TAVARES, M. Goretti da Costa. *A Amazônia brasileira: formação histórico-territorial e perspectivas para o século XXI*. Espaço e Tempo, n. 29, GEOUSP:São Paulo, 2011)

¹⁰ O Festival Folclórico de Parintins é o maior espetáculo de ópera a céu aberto da América Latina e o maior de folclore no mundo. Tem em sua história a batalha travada na arena pelas cores vermelha do Boi Garantido e azul do Boi Caprichoso, as apresentações de cada agremiação ocorrem sempre nas três noites do último final de semana de junho no Bumbódromo. (Diana carvalho, 2011 – in: Jornal Festival de Parintins).

jovens parintinense, um exemplo, é a desativação da Secretaria de Juventude em Parintins, que não recebe recurso para sua manutenção e desenvolvimento local integrando-a à Secretaria e Educação com poucos ou quase nenhum incentivo para o fortalecimento de políticas à juventude.

A Secretaria Municipal de Educação, Juventude, Esporte e lazer – SEMEJEL tem utilizado o recurso educacional do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FUNDEB, especialmente para fins de uma só secretaria, a de Educação, ficando as ações juvenis voltadas essencialmente a projetos sociais de cunho esportista e lazer, voltados aos alunos das escolas municipais, portanto, as crianças e adolescentes, logo, o público jovem em Parintins não é beneficiado. Isto é, as mínimas ações sociais/eventos implementados, geralmente estão atrelados a questões educacionais e que não envolvem os jovens, mas as crianças e adolescentes que são atendidos pelas escolas públicas municipais.

Quanto ao mercado de trabalho, a grande movimentação no município é oriunda dos eventos realizados pela Prefeitura Municipal, logo, a grande massa de emprego também é gerado por ela, através de uma estrutura empregabilística das secretarias municipais ao qual a prefeitura local dispõe. São secretarias que abarcam inúmeros profissionais dos mais variados cargos, desde os comissionados, aos contratados e concursados¹¹, a partir de 18 anos de idade, e, inclusive aposentados.

Quanto aos concursados, o município até os dias atuais, só abriu concurso da área da educação, as outras secretarias, segundo dados do RH de Parintins, no site da Prefeitura Municipal de Parintins – *“Parintins dos nossos sonhos”*, só há funcionários de Processo Seletivo, contratos temporários e cargos comissionados. A Secretaria Municipal de Educação constitui-se no departamento da prefeitura que

¹¹O último concurso realizado no município de Parintins ocorreu em 2010 para a Educação na gestão do prefeito municipal Frank Luiz da Cunha Garcia. Desde então, foi anunciando em abril de 2012 o próximo concurso com abertura de mais de 2.252 cargos efetivos e provisórios. Os cargos seriam ocupados na administração municipal e na Secretaria Municipal de Saúde, no entanto, não foi realizado em virtude da identificação de 11 falhas pelo Tribunal de Contas do Estado, , entre elas a "não especificação da data prevista para publicação do resultado da 2ª etapa do certame", a "falta correspondência entre os cargos dispostos pelo edital e os constantes das Leis Municipais", e "percentual de vagas destinadas aos portadores de necessidades especiais", entre outros.

mais oferece vagas de emprego em Parintins, logo considera-se a principal responsável pelo movimento do comércio local.

Segundo dados do Setor de Recurso Humanos, a Prefeitura emprega cerca de 2.402 (dois mil quatrocentos e dois) profissionais concursados e cerca de 5.000 (cinco mil) funcionários contratados.

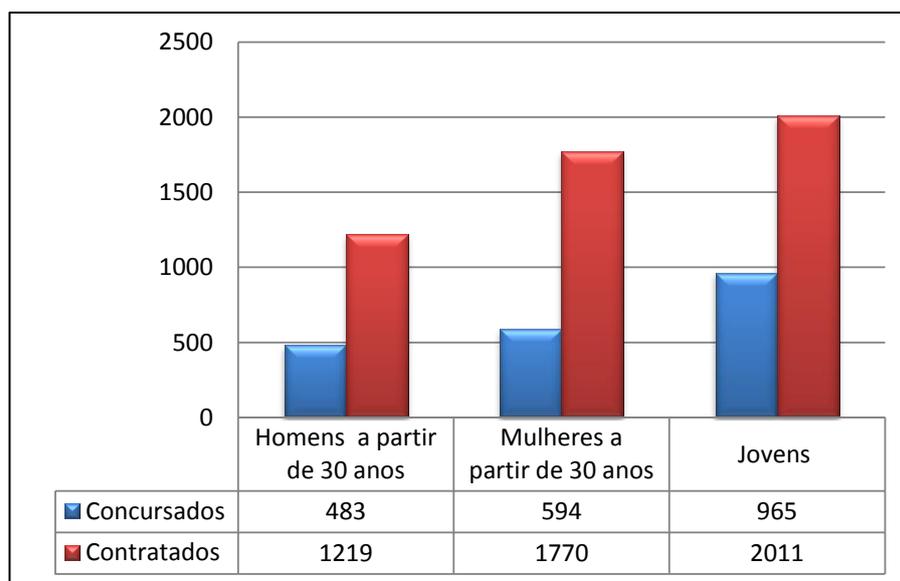


Gráfico 1: Vínculo contratual na Prefeitura Municipal de Parintins
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

A disparidade é evidente quanto ao número expressivo de funcionários contratados, logo a relação de contrato no município gira em torno da instabilidade de trabalho. Durante a visita nas instituições também pôde ser contatada a precarização das condições de trabalho, diante das observações realizadas tais como, a estrutura física e material a que grande parte dos funcionários estão sendo submetidos.

Em uma entrevista na Rádio Globo Tiradentes Local, o Promotor de Justiça André Belota Seffair, enfatiza que o vínculo de trabalho é uma investigação do Tribunal de Contas do Estado – TCE, tanto pela carga horária que ultrapassam o requisito das leis trabalhistas segundo denúncias dos próprios funcionários que excedem até 10h, e ainda pela má qualidade que os setores apresentam – prédios cedidos, falta de equipamentos, materiais e recursos -, e ainda, pelas péssimas remunerações.

Para o Ministério do Trabalho e Emprego (2014) a jornada de trabalho é o espaço de tempo em que o empregado deverá prestar serviço ou permanecer à

disposição do empregador. Nos termos da CF, art. 7º, XIII, sua duração deverá ser de até 8 horas diárias, e 44 horas semanais.

Mas esse é apenas um dado da realidade do mercado de trabalho pela Prefeitura Municipal de Parintins. No ano de 2013 com a troca de gestor municipal cerca de 4.500 (quatro mil e quinhentos) funcionários contratados foram demitidos no decorrer do ano até abril de 2014, os que permaneceram e os que foram admitidos posterior, não realizaram nenhum tipo de acordo contratual de vínculo trabalhista. (GARCIA, 2014)

Durante a pesquisa de campo e aplicação de formulário de entrevista, o jovem J. P. C. (2014) lotado na Secretaria Municipal de Educação enfatiza:

Eu coloquei meu curriculum através de uma amiga pra ser vigia, pois fiz o curso técnico de segurança e não havia conseguido. Eles me chamaram com dois dias e simplesmente me pediram as documentações e só, não assinei nada e nem teve contrato, já disseram que não vai ter contrato porque o prefeito não quer problemas mais tarde.

Dados dos Recursos Humanos da Secretaria de Educação durante as visitas nas redes de empregabilidade, apontam que desde o ano de 2013 os funcionários nesta secretaria estão sendo admitidos sem assinatura contratual, justificado pela necessidade de rever cláusulas e pontuações descritas no Contrato pela antiga administração. Daí a forma verbal pelo qual esta secretaria vivencia. Tais argumentos evidenciam ainda mais a instabilidade dos funcionários neste município.

Como todo processo de mudança de governo, os cargos comissionados oscilam, e o quadro funcional também, muitos são demitidos e outros admitidos. Na fala do Prefeito Municipal de Parintins, em uma entrevista gravada e cedida pelo Programa de Rádio Tiradentes (maio/2014), relata tal abordagem:

Na verdade tivemos que realizar muitas demissões pois encontrei a folha do município encharcada, muita gente sem necessidade e por isso dessa grande demissão, mas foi demitido para ajustar os gastos, até porque o Fundo de Participação Municipal foi reduzido, ou seja, o repasse diminuiu o que não condiz com nossa realidade devido os gastos excessivos que temos com a subida das águas, por isso não está entrando ninguém, só sai se for preciso, é uma dor ao trabalhador que é minha também, mas é uma dor que é preciso. (TIRADENTES/FM/9.0, 2014)

Como todo esse processo de admissão e demissão o município enfrenta sérios problemas na economia local, assim como, escassos espaços profissionais

principalmente ao público juvenil, isso porque, a maioria dos cargos ofertados perpassam por Processo Seletivo Simplificado (PSS), logo, análise de curriculum e experiência profissional, No entanto, muitos destes jovens são recém formados e qualificados estão na corrida do primeiro emprego e inserção nas redes de empregabilidade.

Deste modo a empregabilidade passa ser alvo destes jovens, uma inserção a partir do prisma de que constituem qualificação para ocupação de cargos. Nos anos 90 se amplia o discurso de educação básica na agenda oficial governamental e empresarial, fazendo referência ao aumento da escolaridade e da qualificação das habilidades básicas frente às inovações tecnológicas. Assim, o aumento da escolaridade e da qualificação dos jovens trabalhadores passa a ser visto como requisito para que as indústrias se tornam mais competitivas pela qualidade do trabalho especializado.

Deste modo o discurso da empregabilidade dissemina o entendimento de que cada individuo trabalhador deve buscar relação entre o aumento da escolaridade e de suas habilidades (qualificação) como capacidade de se inserir ou manter-se empregado nas redes de mercado disponíveis. Para maior evidência, quanto a realidade do mercado de trabalho e as redes de empregabilidade disponíveis no município, a pesquisa destacou as principais formas para a inserção no mercado de trabalho parintinense, distribuídas a seguir:

Redes de Empregabilidade	Forma de Admissão
Universidade Federal do Amazonas	Concurso Público
Distrito Mobiliário de Parintins	Associação/Cooperativa
Instituto Federal do Amazonas – IFAM	Concurso Público
Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM	Processo Seletivo
SENAC	Processo Seletivo
Hospital Regional Jofre Cohen	SUSAM/ Convênio Prefeitura-Contrato
Hospital Pe. Colombo	SUSAM/Convênio Prefeitura-Contrato
Centro de Atenção Psicossocial Adolfo Lourido–CAPS	Concurso Público/ Convênio Prefeitura-Contrato
Comércio Local –Lojista	Análise de Curriculum e entrevista

Quadro 7. Identificação das Redes de Empregabilidade no Município de Parintins.
Fonte: REIS, 2014

Não podemos deixar de mencionar o trabalho informal, que sem dúvida contempla parte significativa das ocupações no município, isso devido a inexistência de políticas públicas eficazes, que fazem com que a massa de trabalhadores desempregados busque novas estratégias para a sua sobrevivência que geralmente são desenvolvidas no âmbito do trabalho informal, sob condições precárias, considerando a ausência de proteção social.

Segundo Tavares (2004) a informalidade cumpre o papel de mascarar o nível de desemprego e manter a legitimação do capital visto que esta forma de trabalho que é ilusoriamente identificada como independência e autonomia, constitui-se na verdade mecanismos pelos quais os trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e são lesados em seus direitos.

O mercado de trabalho no município de Parintins está concentrado em aproximadamente 10 (dez) redes de empregabilidade, que constituem as chances de mercado para o número de universitários e técnicos profissionais que estão concluindo seus respectivos cursos para a busca de oportunidades. Em entrevista com dois jovens, um universitário e outro aluno de curso técnico em informática, a preocupação quanto ao primeiro emprego é a mesma:

Eu sou formando de pedagogia e pretendo assumir aqui mesmo se Deus quiser, pois tenho uma família, uma filha, minha casa é aqui e acredito que seja possível uma vaga. O problema é que na hora de procurar emprego eles sempre levam em consideração os profissionais de muitos anos contratados e quase nunca tem vaga para quem sai da universidade. (M. A. S.S, 2014)

Eu finalizo o curso técnico agora esse mês e quero logo conseguir um emprego e vou esperar o processo seletivo, já que a prefeitura nunca lança concurso público. Mas como a gente não tem experiência sei que vai ser difícil, e as condições salariais aqui são muito baixas e muitas vezes a gente forma como Técnico em Informática e acaba assumindo a função de administrativo. (J. A. R S, 2014)

A dúvida do (des)emprego no município aflige muitos daqueles que estão sendo capacitados e criam a expectativa de conseguir uma vaga no mercado de trabalho. E a sua não inclusão neste espaço, ocasiona muitas vezes, a saída para outros municípios e até estados.

Neste cenário de formação profissional, há uma preocupação principalmente do público jovem, que está na Universidade e em Cursos Técnicos profissionais e pretende competir para conseguir uma vaga no mercado e sofre pelo concorrido espaço profissional. Nessa perspectiva de entender o jovem no mercado de trabalho, é o que discute o próximo tópico com ênfase na educação profissional.

3.2. Educação Profissionalizante e Juventude Parintinense

A Educação Profissional assume eixos de discussão que perpassam em duas gestões de planejamento nos Governos Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva. É importante verificar se houve uma mudança estrutural nesta transição, haja vista que, observa-se, em grande parte dos textos sobre qualificação profissional no Brasil, a constatação por alguns autores de que na organização da educação profissional, coordenada pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, que as modificações foram somente de ordem nominal, a exemplo do Plano Nacional de Formação Profissional - Planfor, para Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ.

O Plano de qualificação profissional – Planfor foi elaborado pela Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional do Ministério do Trabalho em 1995 e financiado com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT. Apesar de ter sua estruturação iniciada em 1995, passou a vigorar a partir de 1996, passando a tratar a questão da qualificação profissional como política pública, integrada ao conjunto de ações destinadas a estimular oportunidades de geração de trabalho e renda.

A proposta do Planfor era dinamizar a qualificação profissional por meio de uma articulação e integração entre a qualificação profissional e as demais políticas públicas de geração de trabalho e renda, procurando manter um caráter complementar em relação à educação básica como direito constitucional do cidadão (BRASIL, 2001).

O Planfor teve como objetivo principal o desenvolvimento de ações de educação profissional, buscando contribuir para a redução do desemprego e subemprego da População Economicamente Ativa (PEA), combater a pobreza e a

desigualdade social, assim como, elevar a produtividade, a qualidade e a competitividade do setor produtivo. (BRASIL, 2001).

Dentre os objetivos gerais que o Planfor se propôs a alcançar destacam-se:

- A qualificação ou requalificação de trabalhadores, a partir do desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, propiciando assim, a inserção ou reinserção no mercado de trabalho, melhoria da produtividade, bem como elevação da renda pessoal e familiar e melhoria geral na qualidade de vida das comunidades a que pertençam;
- Elevação do nível de escolaridade, tendo em vista a erradicação do analfabetismo e a ampliação do número de pessoas com, pelo menos, o nível básico de escolaridade;
- Contribuir para a redução das desigualdades sociais e regionais, bem como para a preservação da natureza e a construção da solidariedade e cidadania;
- Combate a todas as formas de discriminação, com ênfase para a discriminação de gênero, idade, raça e cor, buscando assim, a garantia do respeito à diversidade;
- Estímulo à ampliação da oferta de empregos e oportunidades de geração de renda, assim como a busca por alternativas de trabalho autogestionado, associativo ou micro e pequenos empreendimentos. (BRASIL, 2001)

Sobre a educação profissional no Brasil, é importante ressaltar que, por meio do Decreto N.º 2.208 de 17 de abril de 1997, a Educação Profissional passou a ser estruturada como um sistema de educação paralelo ao regular, mas articulado ao ensino médio no nível técnico. Como segmento distinto à educação regular, a educação profissional passou a se dividir em três níveis:

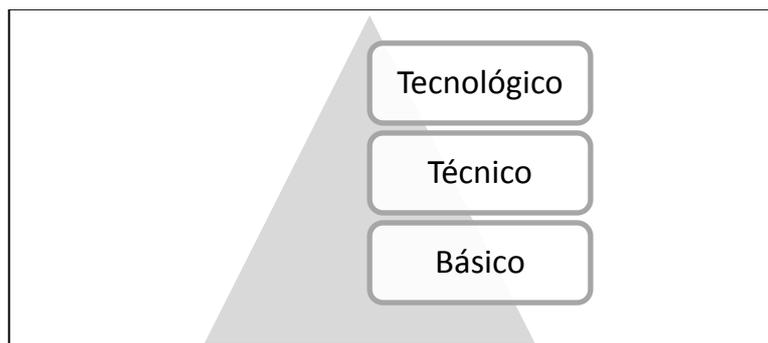


Figura x: Níveis da Educação Profissional
Fonte: REIS, 2014

No nível básico encontra-se a qualificação e requalificação de trabalhadores sem que seja levado em consideração sua escolaridade prévia, já o nível técnico destina-se a proporcionar habilitação profissional para alunos matriculados ou egressos do ensino médio, para o nível tecnológico, corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinado a egressos do ensino médio e ensino técnico.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005), chamam a atenção para o fato de que os cursos superiores de tecnologia passariam a exercer o papel dos antigos cursos técnicos de nível médio, enquanto o nível técnico teria como papel formar operários qualificados.

(...) na verdade, com as mudanças de base técnica da produção e com os novos modelos de gestão do trabalho, os níveis técnico e tecnológico da educação profissional formariam, respectivamente, operários (com o título de técnicos) e técnicos (com o título de tecnólogos) para o trabalho complexo, enquanto no nível básico seriam formados os operários para o trabalho simples. (FRIGOTTO, CIAVATTA e RAMOS, 2005, p.47).

A Educação Profissional é vista meramente como requisito para garantir uma vaga ao mercado, o que não tem exatamente ocorrido no mercado. Com isso, torna-se importante buscar um melhor entendimento das relações entre as transformações no mercado de trabalho e Educação Profissional. Segundo Pochmann (2002), as recentes transformações no mercado de trabalho, a qualificação, a requalificação, o treinamento e a educação profissional passaram a ganhar maior importância nas decisões governamentais de financiamento das políticas compensatórias de emprego, isso ocorre em resposta às exigências de formação de um perfil do trabalhador mais flexível, que saiba desenvolver suas atividades, que saiba fazer.

Deste modo, o contexto acaba por influenciar o sistema educacional que passa a ter que se adequar às novas exigências de capital em detrimento das transformações do mundo do trabalho. Conforme é demonstrado por Fogaça (1992, p.15) que destaca a:

(...) necessidade de adequação do sistema educacional brasileiro a uma nova fase do desenvolvimento econômico, particularmente do desenvolvimento industrial, num paradigma tecnológico que muda substancialmente o papel da educação e confere aos sistemas de ensino maior responsabilidade no que se refere à inserção dos indivíduos na esfera produtiva. Esta adequação, tal qual como já ocorreu em outros países, pressupõe a construção e adoção de novos conceitos pedagógicos que acabam por determinar amplas reformas educacionais.

Tudo isso acaba por desarticular a formação escolar para o trabalho, transformando programas de qualificação profissional, como o Planfor e o PNQ, não em políticas educacionais, mas em propostas de geração de trabalho e renda vinculadas ao Ministério do Trabalho. A qualificação passa a se caracterizar como política ativa de emprego, partindo-se do pressuposto de que é necessário qualificar parte da População Economicamente Ativa, atendendo à demanda do mercado de trabalho por mão-de-obra qualificada.

Para o Plano Nacional de Qualificação Profissional – PNQ, a concepção de qualificação profissional se desdobra além de preparar tecnicamente ou profissionalmente a população para uma demanda economicamente ativa, mas define eixos centrais como direito social:

Em primeiro lugar, a qualificação profissional é afirmada na perspectiva do direito social. Devendo, nesses termos, ser objeto de uma política nacionalmente articulada, controlada socialmente, sustentada publicamente e orientada para desenvolvimento sustentável, a inclusão social e a consolidação da cidadania. (Oliveira, 2007, p. 54).

Entende-se, portanto, que a Educação Profissional que há muito tempo vem sendo consolidada como princípio, como direito social e proposta cidadã, e como políticas de emprego pode elucidar altos índices de desemprego com sua ausência.

Em síntese, as políticas de Educação Profissional formuladas a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, a partir do segundo período de governo do presidente Fernando Henrique Cardoso e durante o primeiro governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, embora pautadas no discurso da inclusão

dos trabalhadores no mundo do trabalho por meio da qualificação profissional, não só não surtiram o efeito anunciado como ainda tornaram mais precarizadas as ofertas educativas, por consistirem muito mais numa forma mecanizada no aperfeiçoamento dos ofícios em prol da produtividade, do que em uma proposta de formação cidadã.

As consequências desses efeitos educacionais, a partir do Decreto n. 2.208/97, revogado pelo Decreto n. 5.154/04 expressam a frágil qualificação profissional ofertadas pelas diretrizes da LDBEN, numa forma mecanizada em tratar muito mais habilidades na execução das atividades, do que a proposta educativa e cidadã da formação. As políticas de Educação Profissional do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, revelam que já há um número expressivo de estudos que avaliam seus resultados e apontam suas limitações, o mesmo, contudo, ainda não ocorre com as políticas e os programas do governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva, dado o seu caráter recente, em razão do que os resultados apenas começam a se dar por conhecer.

Tal disparidade entre os governos, colocam em cheque a ampla discussão que há em torno da Educação Profissional no Brasil, em que a formulação de políticas e a implantação de programas de Educação Profissional no último governo são muito recentes para que se possa levar a efeito uma avaliação com dados primários e secundários exaustivos. Será preciso historicamente uma análise mais aprofundada dos rumos que esta educação irá tomar.

Além de fornecer os fundamentos para o Planfor, esse decreto apresentou as concepções e normas sobre as quais se desenvolveu o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), vinculado ao Ministério da Educação. Esse decreto, atendendo ao acordo realizado entre o MEC e o Banco Mundial, teve como principal proposta a separação entre o ensino médio e a Educação Profissional, que a partir de então passaram a percorrer trajetórias separadas e não equivalentes. E que foi por meio dele que se criaram as condições para a negociação e implementação do PROEP, em atenção às exigências do Banco Mundial.

O Planfor propôs como meta qualificar, por meio da oferta de Educação Profissional, pelo menos, 20% da População Economicamente Ativa (PEA), que segundo dados do programa, o que significou aproximadamente 15 milhões de pessoas com idade superior aos 16 anos, tendo em vista a inclusão no mundo do

trabalho. Esse programa envolveu 15,3 milhões de trabalhadores nos Planos de Qualificação Profissional, havendo uma crescente disponibilização de recursos nesse período, que passou de R\$ 28 milhões, em 1995, para R\$ 493 milhões, em 2001. (PEA/PLANFOR, 2010). Ao mesmo tempo, a carga horária média dos cursos oferecidos passou de 150 horas para 60 horas médias, indicando a priorização da quantidade da oferta sobre a sua possível qualidade.

Já para o último ano de governo, os recursos foram reduzidos para R\$ 153 milhões, aproximadamente 30% dos valores do ano anterior, para 2003, primeiro ano do novo governo, o orçamento da União, definido ainda no governo anterior, destinou apenas R\$ 186 milhões para a Qualificação Profissional. (MTEGOV, 2012).

Com relação à gestão, a grande novidade trazida pelo Planfor foi o tripartismo, que estabeleceu a participação dos trabalhadores, dos empresários e do Estado nas decisões e no controle das ações relativas à Educação Profissional nos âmbitos da União, das unidades federadas e dos municípios por intermédio do Conselho Nacional do Trabalho¹². Os resultados desta prática já foram objeto de estudos que apontaram seus limites em sociedades organizadas pelo modo capitalista de produção. (FIDALGO, 1999).

No âmbito do Planfor foi criado o Serviço Civil Voluntário, a partir do qual se estruturou a Juventude Cidadã no Governo Lula, ainda neste período de governo, deu-se a criação do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), como política do Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir da mobilização dos trabalhadores do campo em articulação com universidades na I Conferência Nacional: por uma educação básica do campo, realizada em Luziânia (GO), em 1997.

A partir do desenvolvimento do Planfor no governo FHC, o governo do presidente Lula apresentou nova proposta de política pública de Educação Profissional, expressa no Plano Nacional de Qualificação (PNQ), para o período

¹² Ao Conselho Nacional do Trabalho cabe exercer as competências estabelecidas no art. 1º do Decreto nº 1.617, de 4 de setembro de 1995 : I – participar da formulação de políticas públicas da área do trabalho; II – propor diretrizes a serem observadas na elaboração dos planos, programas e normas de competência do Ministério do Trabalho; III – acompanhar e avaliar, para promover-los, os desempenhos dos planos e programas do MT, IV – avaliar as propostas de medidas legislativas e complementares no âmbito do MT; V – exercer a função de conciliação no âmbito das relações entre capitais e trabalho; VI – acompanhar o cumprimento dos direitos constitucionais dos trabalhadores; VII – fortalecer as ações como a geração de emprego, o amparo ao trabalhador, entre outros; [...] (DECRETO, nº 5. 063 de 3 de maio de 2004)

2003/2007, com três grandes objetivos: inclusão social e redução das desigualdades sociais, crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais, e, promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia (PNQ, 2003/2007).

A nova proposta fundamenta-se em seis dimensões principais: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional, cujas concepções são em síntese:

- O reconhecimento da Educação Profissional como direito, como política pública e como espaço de negociação política;
- Exigência de integração entre educação básica e profissional, para o que a duração média dos cursos passe a ser estendida para 200 horas;
- Reconhecimento dos saberes socialmente produzidos pelos trabalhadores;
- Exigência de formulação e implementação de projetos pedagógicos pelas agências contratadas;
- Garantia de investimentos na formação de gestores e formadores;
- Implantação de um sistema integrado de planejamento, monitoramento, avaliação e acompanhamento dos egressos;
- Integração das Políticas Públicas de Emprego, Trabalho e Renda entre si e destas com relação às Políticas Públicas de Educação e Desenvolvimento: transparência e controle no uso dos recursos públicos (PNQ, 2003/2007, p. 20-21).

Partido do princípio dessas dimensões, a análise do PNQ aponta avanço conceitual significativo com relação ao Planfor, no que diz respeito às categorias relativas às relações entre trabalho e educação, a partir da ótica dos trabalhadores.

O que a realidade tem mostrado, contudo, na opinião de muitos jovens egressos dos cursos técnicos de qualificação profissional, é a dificuldade de efetivação dessas políticas a partir de vários fatores, com destaque principalmente a oferta de vagas para assumir as funções ao qual se qualificou, ou seja, inúmeros jovens reclamam de estarem qualificados e assumirem funções transversais com salários mínimos que não lhes é vantajoso.

Em Parintins esta demanda é notória, os cursos de qualificação profissional ofertados no município acabam por formar e capacitar alunos que quando concluídos deslocam-se para outros municípios, em especial à Capital do Estado – Manaus, que abarca grande parte de oferta de trabalho pela estrutura dos Distritos instalados na cidade.

Segundo dados da Superintendência da Zona Franca de Manaus (2014), o Polo Industrial de Manaus (PIM) tem dado sequência aos bons resultados e encerrou novembro de 2013 com novo recorde de empregos: 129.663 trabalhadores, entre efetivos, temporários e terceirizados. O faturamento acumulado do PIM no período de janeiro a novembro do ano passado também avançou, totalizando R\$ 76,6 bilhões (US\$ 35.7 bilhões) e registrando crescimento de 12,40% (2,04% na moeda americana) em relação ao mesmo período de 2012.

Os dados fazem parte dos Indicadores de Desempenho do PIM, os quais são apurados mensalmente pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) junto às empresas incentivadas do parque industrial da capital amazonense, tais informações e recordes fortalecem ainda mais a saída dos jovens parintinenses à capital, mesmo desconhecendo as condições de subsistência ao qual irão se submeter.

Deste modo, o investimento municipal caba sendo transferido para outro lugar, uma vez que os egressos acabam contribuindo e fomentando a renda de outras cidades, isso porque o mercado de trabalho é restrito a vínculos contratuais e a demanda de vagas e ofertas de emprego quase não existem. Em síntese, o gráfico abaixo apresenta a realidade da educação Profissional no município de Parintins e sua corrida pelo primeiro emprego pós qualificação:

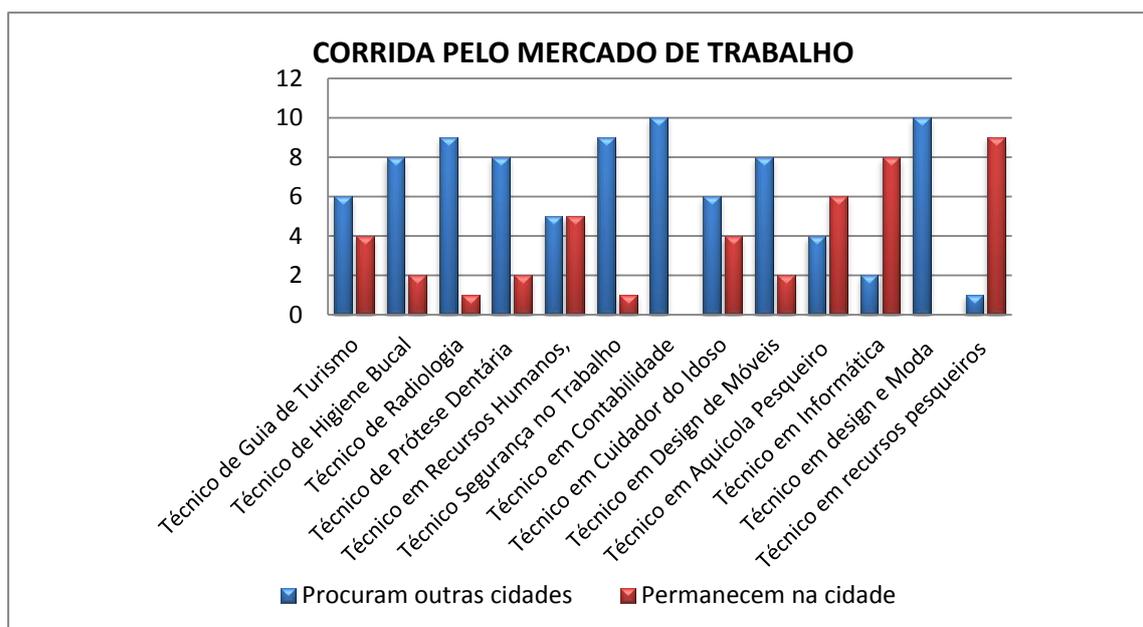


Gráfico 2: Vínculo contratual na Prefeitura Municipal de Parintins
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014

O dados apontam um levantamento de cargos ocupados no município, definidos principalmente a partir da abertura de editais de concursos e processos seletivos. No entanto, é notório que alguns os cursos de qualificação técnica profissional como Técnico em Radiologia, Segurança no Trabalho, Contabilidade, Higiene Bucal, Design e Moda, são aqueles que mais apresentam ausência de oferta de emprego e trabalho no município, o que leva a saída para outros municípios ou estados.

O município em parceria com as instituições educacionais promovem os cursos, no entanto não absorve a mão de obra qualificada. É importante ressaltar que cursos como os Técnicos em Recursos Pesqueiros e Informática são aqueles que mais conseguem vaga no mercado local, isso se deve a demanda de ofertas sempre presente nas secretarias e redes de empregabilidade da cidade.

Falar de educação profissional e cursos técnico de qualificação profissional, é um discurso que gira em torno da empregabilidade, ou seja, da qualidade do qualificado ser inserido no mercado de trabalho após investimento educacional profissional. Neste sentido, o tema do emprego vem sendo tratado com crescente destaque, levando-se em consideração várias características do mercado de trabalho no Brasil, tais como o grau de informalização das relações trabalhistas, uma grande precariedade dos postos de trabalho e baixos níveis de qualificação da força de trabalho. Aliado a isso, tem-se o fato das políticas de emprego, por um longo

período de tempo, terem sido voltadas especificamente para a industrialização, buscando, com isso, o crescimento econômico.

Para tanto, as mudanças no mercado de trabalho e sua relação com a educação são abordadas por Ferreira (2006, p.133), que destaca:

Certamente, em uma sociedade onde o nível de escolarização era muito baixo, desenvolveu-se a ilusão de que esse fato era responsável pelo desemprego na era da tecnologia avançada. Essa premissa é reforçada constantemente nos relatórios do Banco Mundial sobre a desigualdade no País, nos quais os técnicos desprezam intencionalmente as razões de ordem estrutural e apontam o déficit educacional como o problema a ser enfrentado. Transformam, dessa maneira, o que é parte de um problema muito mais amplo em algo absoluto.

É interessante perceber que o debate sobre a educação como elemento fundamental para explicar o desenvolvimento econômico teve grande destaque no mundo capitalista, principalmente na segunda metade do século XX.

Em um contexto marcado pela ideologia do nacional desenvolvimentismo, a Teoria do Capital Humano (TCH) surge como uma forma de embasamento do discurso da educação como meio de distribuição de renda e ajuste social, tornando-se um instrumento de grande importância para que os países subdesenvolvidos possam alcançar o desenvolvimento desejado.

A Teoria do Capital Humano partia da suposição de que o indivíduo na produção era uma combinação de trabalho físico e educação ou treinamento. Considerava o indivíduo produtor de suas próprias capacidades de produção, por isso denominava investimento humano o fluxo de despesas que o próprio indivíduo devia efetuar em educação para aumentar a sua produtividade. (OLIVEIRA, 2000, p.223).

Nesta perspectiva, a educação é vista como potencializadora da capacidade de trabalho, de renda e de produtividade, sendo concebida, portanto, como um fator de desenvolvimento social e econômico de um país. Esta visão é destacada também por Ball (2002, p.109), apontando que:

Cada vez mais, as políticas sociais e educacionais estão sendo articuladas e legitimadas explicita, direta e, muitas vezes, exclusivamente em função do seu papel em aumentar a competitividade econômica por meio do desenvolvimento das habilidades, capacidades e disposições exigidas pelas novas formas econômicas de alta modernidade. Paralelamente, esses agentes da economia continuam agindo para influenciar o Estado a que este se responsabilize por e suporte os custos de seu interesse por uma

mão de obra devidamente preparada, ainda que a repartição desses custos varie entre os países.

Com isso, torna-se importante buscar um melhor entendimento das relações entre as transformações no mercado de trabalho e a Educação Profissional, que influenciam o sistema educacional necessita se adequar às novas demandas apresentadas. Conforme é demonstrado por Fogaça (1992, p.15) que destaca a:

(...) necessidade de adequação do sistema educacional brasileiro a uma nova fase do desenvolvimento econômico, particularmente do desenvolvimento industrial, num paradigma tecnológico que muda substancialmente o papel da educação e confere aos sistemas de ensino maior responsabilidade no que se refere à inserção dos indivíduos na esfera produtiva. Esta adequação, tal qual como já ocorreu em outros países, pressupõe a construção e adoção de novos conceitos pedagógicos que acabam por determinar amplas reformas educacionais.

Dessa forma, o tratamento a ser dado à educação profissional, anunciado pelo Ministério da Educação no início do Governo Lula, seria de reconstruí-la como política pública e corrigir distorções mecanizadas educacionais, de conceitos e de práticas decorrentes de medidas adotadas pelo governo anterior, que de maneira explícita dissociaram a educação profissional da educação básica, aligeiraram a formação técnica em módulos dissociados e estanques, dando um cunho de treinamento superficial à formação profissional e tecnológica de jovens e adultos trabalhadores. (Brasil, MEC, 2005)

Não obstante essas declarações favoráveis à integração, a política de educação profissional processa-se mediante programas focais e contingentes, a exemplo dos seguintes: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) e do Inclusão de Jovens (Projovem).

No Amazonas o incentivo à educação Profissional vem aumentando a cada ano, segundo dados do Plano Estadual de Educação do Amazonas – PEE (2010), a Educação Profissional representa 11.533 matrículas, sendo 7.282 na capital e 4.251 no interior, dessas 2.064 são na dependência administrativa federal, 5.813 estadual e 3.656 particular. Constata-se um crescente aumento da oferta de profissionalização aos jovens do interior, considerando o aumento da oferta, porém é necessária que esta profissionalização esteja voltada para a especificidade do desenvolvimento sustentável dos municípios do interior.

Em Parintins, as instituições de educação profissional em parceria com o município que promovem os cursos técnicos, são em sua maioria do Instituto Federal do Amazonas – IFAM, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC e Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM, onde o perfil institucional, bem como, o perfil dos egressos serão melhor evidenciados no próximo tópico.

3.3. O perfil dos jovens egressos de cursos técnicos

Atualmente o grande desafio dos jovens que terminam o ensino médio, cursos de graduação, e em especial cursos técnicos de qualificação profissional é o ingresso no mercado de trabalho. As ofertas são poucas e a concorrência é grande. Assim, a inserção está cada dia mais disputada e exigindo muitas vezes um currículo com prática e experiência. Assim desenvolver estudos que permitam evidenciar a relação dos recém-formados com o mercado de trabalho é importante para fornecer subsídios às instituições de ensino na sua prática formativa.

Em se tratando de Educação Profissional o estado do Amazonas considera fortes os investimentos por parte das parcerias entre governo local e Federal, sendo capaz de anualmente oferecer ao mercado cerca de 25.000 mil mão de obra qualificadas segundo dados do banco de dados do Ministério e Planejamento Humano. Ano do MPH...por nas referências..

Em Parintins a responsabilidade pela mão de obra oriunda da Educação profissional desenvolvida pelo município é de 3 (três) instituições que determinam o perfil dos jovens egressos, a saber:

INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL – POLO PARINTINS		
Instituição	Descrição do <i>Lócus</i> da Pesquisa	Cursos Oferecidos
Instituto Federal do Amazonas – IFAM	<p>O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – IFAM/Campus Parintins é uma Instituição Pública Indireta, com natureza jurídica de autarquia, integrante da Rede Federal de Ensino, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógico e disciplinar definidas em estatuto próprio, está vinculada ao Ministério da Educação e é supervisionado pela Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec). A autorização de funcionamento do Campus Parintins, se deu através da Portaria Nº 687, de 27 de maio de 2010, do Ministério da Educação, publicado no Diário Oficial da União em 28 de maio de 2010.</p>	<p>Atualmente o IFAM/Campus Parintins possui 09 turmas na modalidade integrado ao nível médio: Técnico em Administração 1a ,2a e 3a séries, Técnico em Agropecuária 1a , 2a e 3a séries e Técnico em Informática 1a , 2a e 3a séries; 04 turmas na modalidade subsequente: Técnico em Administração, Técnico em Informática, Técnico em Meio Ambiente e Técnico em Recursos Pesqueiros e 03 turmas de ensino a distância, sendo 01 turma de Agentes de Saúde, 01 turma de Eventos e 01 turma de rede de computadores.</p>
SENAC	<p>O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC é a maior organização de formação profissional do país no setor de comércio de bens, serviços e turismo. É uma entidade nacional, autônoma, de direito privado, criado através do Decreto Lei nº 8.621, em 10 de janeiro de 1.946, presente nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal. No Amazonas, o Senac foi implantado em janeiro de 1947 e hoje conta com 10 Unidades Operativas - entre Centros de Formação Profissional, Centros Especializados, Empresa Pedagógica e Salões-escola - instaladas em Manaus e nos municípios de Manacapuru, Itacoatiara, Parintins e Tefé. No município de Parintins cursos em parceria com o Governo Federal são ofertados beneficiando alunos egressos da Educação Básica e trabalhadores empregados ou não de baixa renda.</p>	<p>Técnico em Informática, Técnico em Enfermagem, Técnico em Recursos Humanos, Técnico em Segurança no Trabalho.</p>
Centro de Educação Tecnológica e Profissional do Amazonas	<p>O CETAM é uma autarquia vinculada à Secretaria de Ciência e Tecnologia cuja missão é promover diretamente a Educação Profissional no âmbito estadual, nos níveis básico, técnico e tecnológico, como instrumento de cidadania para gerar ocupação e renda, em articulação com os programas de governo. Funciona no município de Parintins desde 2003 em parceria com o Governo do Estado do Amazonas, promovendo cursos técnicos e de especialização.</p>	<p>Técnico de Turismo, Técnico em Informática, Técnico em Enfermagem, Técnico em Recursos Humanos, Técnico Segurança no Trabalho, Técnico em Contabilidade, Técnico em Cuidador do Idoso, Técnico em Design de Móveis, Técnico em Aquícola Pesqueiro e Especializações em Urgência e Emergência e Instrumentação Cirúrgica</p>

Quadro 8. Identificação do Lócus da Pesquisa.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2014.

A conclusão dos cursos técnicos profissionalizantes, duram em torno de 1 ano e meio há 2 anos. Após concluído os jovens alunos iniciam a árdua corrida pela absorção no mercado de trabalho local ou em outros estados ou municípios.

Daí a relevância desta pesquisa, que se orienta no estudo da efetividade dos cursos técnicos profissionalizantes na inserção dos jovens no mercado de trabalho no município de Parintins/AM, que por muitas vezes faz referência crítica à adequação da inserção dos jovens no mercado de trabalho em relação ao curso técnico profissionalizante realizado. Ou seja, a ocupação de jovens em outros cargos pela ausência de emprego local.

A pesquisa realizada no período de junho e julho de 2014, identificou os jovens egressos e contou principalmente com a logística do banco de dados das intuições educacionais. No entanto, grande parte deles não foi localizada por conta de inúmeros fatores, como: mudança de endereço, mudança de cidade, telefone impossibilitado de contato e ainda, registros de óbitos.

No total a pesquisa se dispôs a envolver cerca de 154 jovens/alunos egressos, a partir de uma amostra definida por $A = a^1 + a^2 + a^3$, distribuídos nas redes de empregabilidade no município de Parintins, contando com alguns critérios classificatórios, a saber:

- Ter concluído curso técnico nas instituições: IFAM, CETAM, SENAC;
- Ser finalista no intervalo de 2011 a 2013
- Ter diploma de Curso Técnico reconhecido legalmente
- Ser jovem entre 18 a 29 anos;
- Estar inserido no mercado de trabalho no município de Parintins.

Em síntese a pesquisa contou com a participação de 62 jovens/alunos que estão dentro dos critérios que foram estabelecidos na pesquisa, sendo:

- Instituto Federal do Amazonas - IFAM (Campus Parintins) - 19
- Centro de educação Tecnológica do Amazonas - Cetam (Polo Parintins) - 28
- Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - Senac Parintins - 15

A partir da coleta e análise dos dados temos, portanto o perfil dos jovens egressos distribuídos da seguinte forma: diga qual é a pergunta antes de cada gráfico..

Quanto a questão da distribuição pelo sexo, identificamos um percentual masculino de 66%, caracterizando um público superior ao feminino, conforme apresentado no gráfico abaixo:

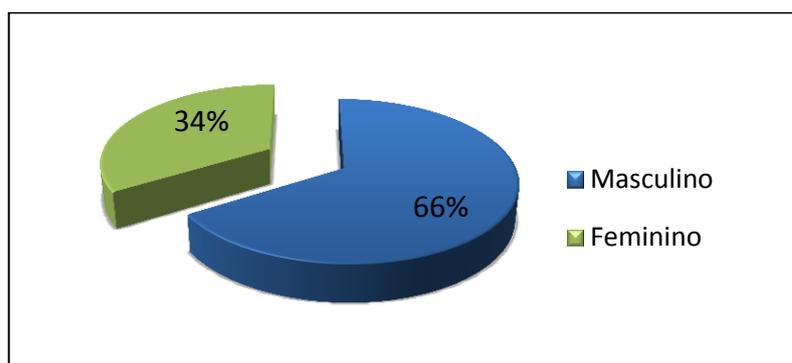


Gráfico 3: Distribuição percentual por sexo
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Muitas questões podem ser evidenciadas neste contexto, tendo por referência principalmente a busca pela autonomia financeira e a imagem de chefe de família como proposta de garantir melhores condições de trabalho no mercado e ainda melhor condição familiar.

No entanto, também identificamos através da coleta de dados, que o índice de mulheres que retornaram à sala de aula, e que hoje buscam os cursos técnicos de qualificação profissional como emancipação social e estabilidade financeira são visíveis, justificado pela questão do apoio educacional aos filhos, uma vez que grande parte são mães e necessitam auxiliar seus filhos educacionalmente e financeiramente. Isso pode ser evidenciado na fala da Entrevistada 12 (2014):

Eu parei de estudar por um bom tempo, depois que tive meu filho, com Judá da família e também pensando nele, voltei e concluí o ensino médio, depois ingressei no curso técnico de informática e hoje estou trabalhando graças a qualificação que busquei. Com certeza as coisas melhoraram bastante, mas meu sonho ainda é entrar numa universidade pública por aqui mesmo.

No Brasil segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, em 2009, 10,7% da população brasileira, era representada por meninas entre 15 a 19 anos que já eram mães. As possíveis explicações segundo esta pesquisa,

estão atreladas às mudanças nos valores e nas atitudes da sociedade brasileira, incluindo maior liberdade sexual, relativização do valor da virgindade, início precoce da vida sexual, falta de programas apropriados de planejamento familiar aos adolescentes e jovens e outros, estes fatores interrompem a trajetória escolar desses jovens. Para Castro (2009, p. 152) a conclusão que se tem para esta problemática é que:

A percepção de que as meninas cada vez mais jovens interrompem suas trajetórias, escolar e profissional, para se dedicar a um filho é bastante difundida e tende a vir acompanhada pela afirmativa de que a gravidez na adolescência é um retrocesso, um atraso, não só na vida destas mães precoces, mas também do ponto de vista social, uma vez que o fato é associado a crianças pouco acompanhadas no processo de formação educacional, criadas fora de um contexto de um lar estável, por mães e pais despreparados [...].

A maioria destes pais e mães jovens têm uma estrutura familiar monoparental, estrutura esta que vem sendo constatada nas sociedades ocidentais e vem se transformando e mudando tanto no tamanho quanto na forma, onde a maioria dos casos, tem a mãe como a principal responsável.

Outro aspecto a ser considerado é o Estado Civil dos sujeitos pesquisados. O gráfico 2 aponta que pelos 45% dos jovens são solteiros, porém 37% vivem em União Estável, o que constitui uma responsabilidade maior, visto que estes possuem família para sustentar e filhos que requerem cuidados.

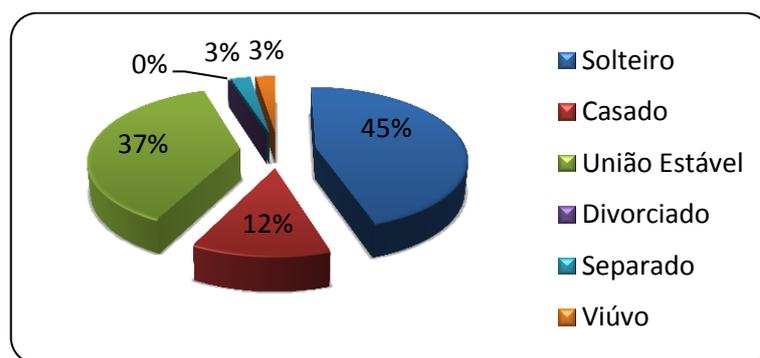


Gráfico 4: Distribuição percentual do estado Civil
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Embora grande parte esteja “solteira”, a união estável é relevante, e a preocupação familiar é bastante evidente. Apresentamos assim os gráficos a seguir para análise da distribuição de renda do jovem egresso.

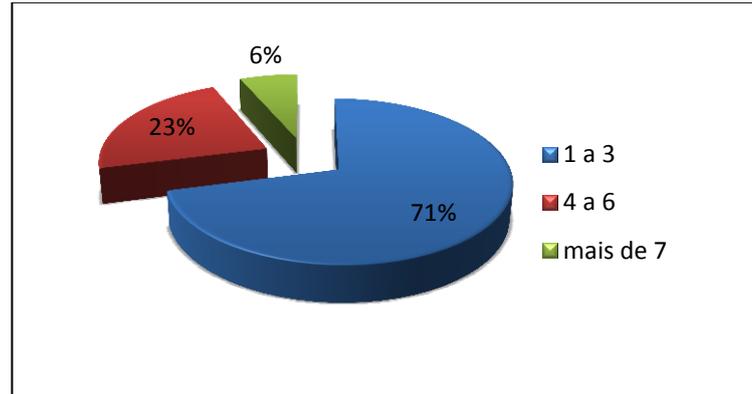


Gráfico 5: Percentual de número de filhos
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

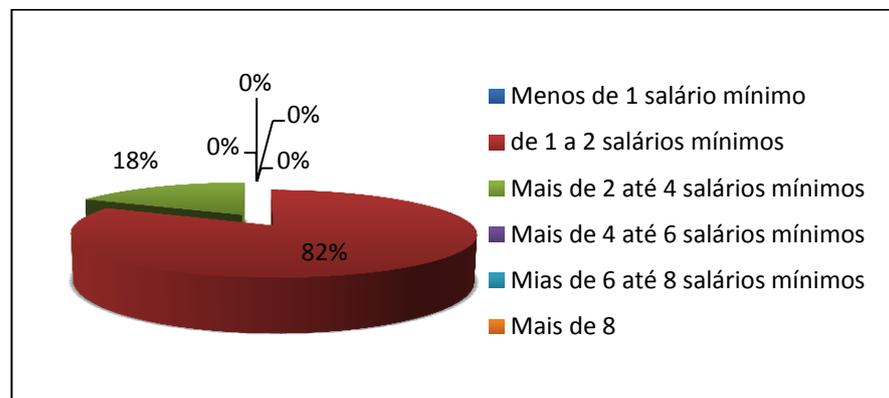


Gráfico 6: Percentual da Renda
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

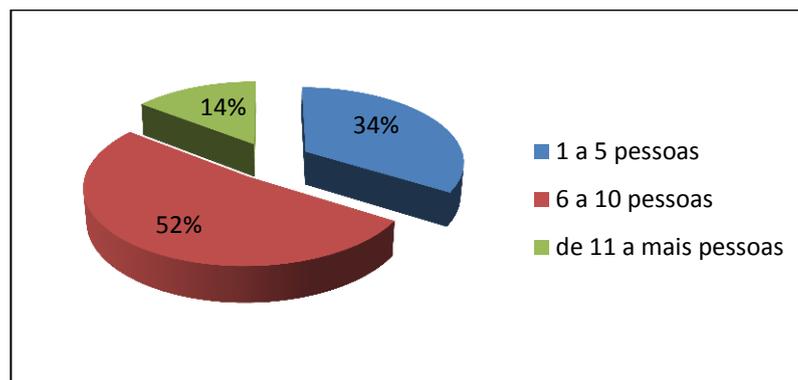


Gráfico 7: Percentual número de residentes
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

O gráfico 5, aponta que desses 62 jovens, 71% tem entre 1 a 3 filhos, daí a preocupação com a renda e qualidade de vida da família. Há também a visualização de 82% dos jovens com uma renda em torno de 1 a 2 salários mínimos representando a garantia de pelo menos os mínimos sociais necessários à família do jovem egresso, isso porque, o gráfico 7, torna ainda mais agravante o quadro da

distribuição da renda, uma vez que, 52.% possuem outros dependentes em sua moradia, identificados por irmãos, sobrinhos, primos, mãe, pai e conhecidos.

O discurso dos mínimos sociais por Potyara A. Pereira em sua obra. “*Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais*”, que define e discorre que o Estado não deveria oferecer proteção social aos indivíduos, garantindo tão somente, benefícios, um mínimo de subsistência e ainda apenas para aqueles realmente necessitados, afim de inibir qualquer manifestação dos trabalhadores que rompesse com a ordem vigente.

Assim, no cenário em que o *Welfare State* teve origem, no pensamento Keynesiano, e surgiu como resposta a chamada Grande Depressão, ocorrida em decorrência de uma alta recessão econômica, o que gerou desemprego em massa e conseqüentemente o aumento das problemáticas sociais, na onda neoliberal este disseminou-se como benemerência, caridade aos pobres dos pobres.

Para tanto, os programas existentes guiam-se, em regra, pelos seguintes critérios; focalização na pobreza; subjetividade do direito (deve ser demandado pelo interessado); condicionalidade (admite prerrogativas e contrapartidas); subsidiariedade (é renda complementar); e sujeição do interessado a testes de meios e comprovações de pobreza (PEREIRA, 2002, p. 115)

Retoma-se a concepção e a redução de mínimos sociais à renda mínima, adotando-se a conotação de menor, de menos, oferecida para os mais pobres, ou seja, trata-se de mínimos sociais caracterizados, sobretudo pela seletividade e pelo focalismo, (PEREIRA, 2008) apenas para aliviar a pobreza e prestar serviços sociais básicos que as instituições privadas não têm interesse em produzir. Porém tal benefício não deveria inibir/desestimular o indivíduo a adentrar no mercado de trabalho pois, no capitalismo o lucro está na mais-valia, portanto, podemos resumir que o lucro capitalista depende diretamente do trabalhador.

E este trabalhador, cujo perfil está entre os sujeitos que detém dos mínimos sociais necessários estão distribuídos na seguinte faixa etária:

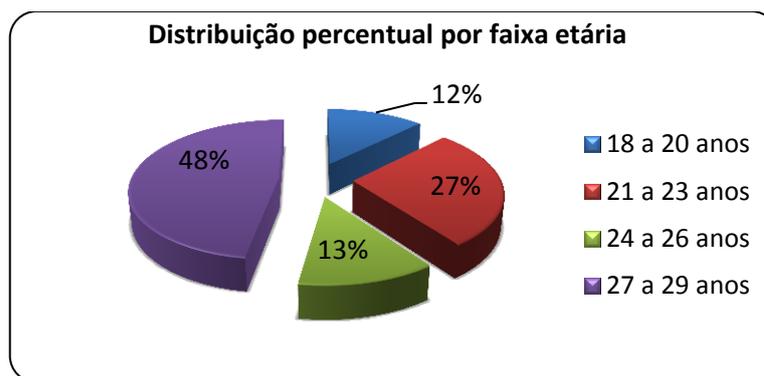


Gráfico 8: Distribuição percentual por faixa etária
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Considerando o período de 2 a 3 anos que estes jovens alunos passaram realizando os cursos técnicos, temos um percentual de 48% que já estão passando para a categoria adulta e que enquanto jovens garantiram somente a qualificação profissional que hoje é fruto do trabalho/emprego que estão assumindo. Há que se considerar que os 12% por estarem no início da juventude, considerando a faixa etária estabelecida pela Política Nacional de Juventude, tem mais chances de continuar qualificando-se e especializando-se em busca de ocupar melhores cargos, bem como, a inserção na Universidade pública pelo qual almejam.

Em se tratando das instituições de Educação Profissional, a escolha dos alunos seguiu critérios distintos, um deles principalmente pela disponibilidade de horário e identificação com o curso técnico.

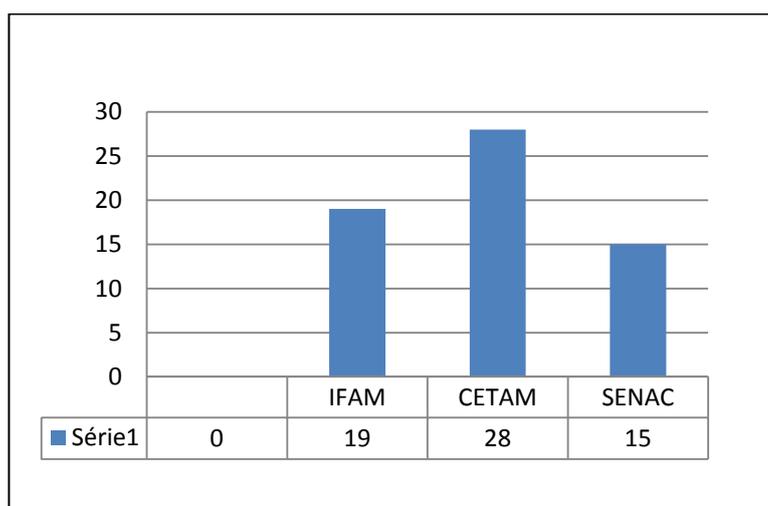


Gráfico 9: Distribuição dos jovens nas instituições de Educação Profissional
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Dos 28 jovens do CETAM, 16 destes, afirmam que a escolha partiu principalmente dos inúmeros cursos que a instituição promove a cada ano, dando mais possibilidade de ingresso futuramente no mercado de trabalho. Além do horário

dos cursos técnicos que são exclusivamente em turno noturno e facilitam outras atividades no período diurno. Os outros 4 (quatro) responderam que a instituição tem mais reconhecimento para inserção no mercado local, 8 (oito) não tiveram motivos específicos, e escolheram aleatoriamente.

Aqui o Cetam é mais reconhecido, as pessoas são empregadas logo, além de que é gratuito e tem ofertado bastante vagas, acredito que temos mais facilidade em conseguir um emprego quando tivermos nosso diploma técnico. (C. E. S. S, 23 anos, 2014)

Preferi o Cetam pelo curso, e pelo reconhecimento local. Os professores são capacitados e o material didático é muito bom. Os cursos são muito bons. (M. A. G, 26 anos, 2014)

Bom abriu o edital para a prova do Cetam e resolvi fazer, mas não tive nenhum motivo específico, mas gosto da instituição, e aqui em Parintins, o número de formandos nessa instituição é maior. (A. P. C. P, 19 anos, 2014)

Para os jovens do Ifam – Instituto Federal do Amazonas, o gráfico 8, acima, evidencia que 12% entre 18 a 20 anos são daquela instituição. É um público diferenciado que ao término do Ensino Fundamental (9º Ano) optam pela instituição na forma integrada para a realização do Ensino Médio Técnico, com o curso profissional concomitante, daí a causa de serem tão jovens frente aos outros.

Quanto a instituição Senac – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, foi possível identificar que dos 15 sujeitos, 9 (nove) tem por referência a instituição pelo Curso Técnico de Enfermagem, um dos cursos de excelência.

Tais aspectos identificados podem ser constatados nos seguintes relatos, quando perguntado: **Por que você escolheu essa instituição para cursar o Curso Técnico Profissional?**

O Cetam todo ano traz novos cursos e eles não se repetem e tem muitas possibilidades de ingresso, e além disso eu podia fazer outras atividades de dia, costumava fazer salgados e crochê e estudava a noite, dava pra conciliar. (J. A. R. S, 21 anos, 2014)

Eu fui pro Ifam porque na época eu fiz o processo seletivo de lá e passei, ai mamãe me tirou da escola e me transferiu pra lá. O bom é que já sai com uma profissão e ai ficou mais fácil realizar os processos seletivos pra emprego que tem aqui em Parintins. (W. L. R, 29 anos, 2014)

Na verdade eu fui para o Senac porque eu queria fazer enfermagem, todo mundo faz enfermagem lá. É um dos cursos mais procurados, tem turmas pela manhã, tarde e noite, a maioria dos jovens que estudam lá fazem enfermagem, os outros cursos não são tão procurados. (F. G. R, 26 anos, 2014)

Assim, constatou-se, que cada instituição tem suas particularidades para estes jovens que se adequam às suas perspectivas educacionais e profissionais. Quanto a formação técnica dos jovens participantes, hoje inseridos no mercado de trabalho, temos a seguinte estrutura gráfica:

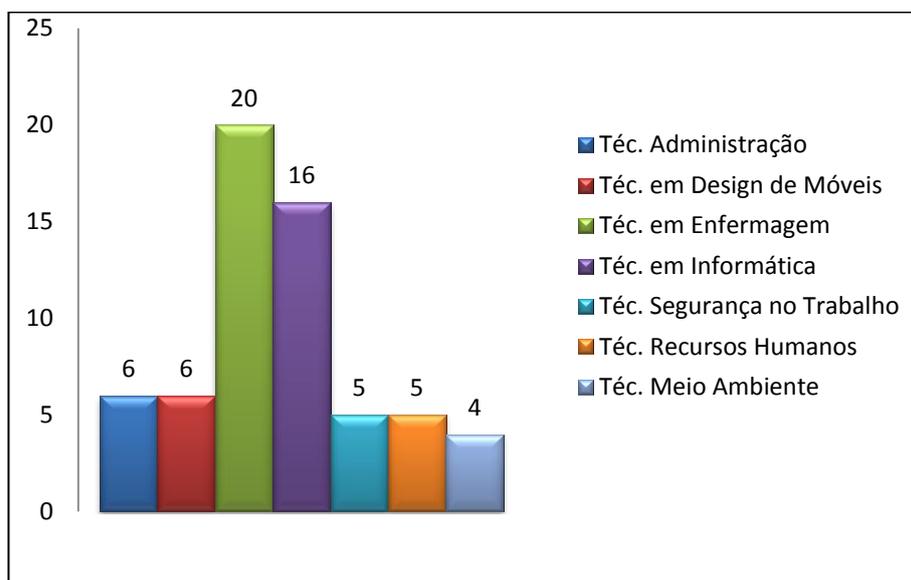


Gráfico 10: Formação Técnica profissional dos Jovens
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Deste modo, finalizamos o perfil dos jovens egressos da educação profissional, apresentando sua formação e particularidades em seu perfil. Embora identificado e traçado o perfil desses jovens, a pesquisa identificou que 61% deles estão assumindo seus respectivos cursos e demandas de trabalho conforme sua formação, mas há ainda 39% que estão na condição de transversais, ocupando cargos com funções diferenciadas ao qual sua formação compete. Tais fragilidades e condições de trabalho serão evidenciadas no próximo tópico.

3.4. A inserção do jovem no mercado de trabalho no município de Parintins

Escolhas fazem parte do ser humano e decidir o que fazer ao término de qualquer formação profissional é uma decisão que requer reflexão e, neste processo, muitas informações são necessárias, tornando impossível não pensar sobre os motivos que influenciam esta importante decisão. Segundo Oliveira (2009) estar qualificado, dentre outros aspectos, encontrar-se em uma zona limítrofe bastante conflituosa enquanto jovem, a saber, a proximidade da uma iminente

decisão – a inserção profissional –, e o abandono definitivo de um mundo onde as contingências sociais mais amplas é uma decisão conflituosa pelo qual nossos entrevistados vivenciaram.

Inúmeras mudanças ocorreram na vida dos egressos, com a conclusão dos cursos técnicos de qualificação profissional, principalmente o amadurecimento psicossocial da juventude para uma vida adulta muita vezes precoce pelo desejo a estabilidade financeira.

Quando perguntado aos jovens: **Após a conclusão do curso técnico, você foi logo inserido no mercado de trabalho?** 20% dos jovens responderam que não procuraram se inserir no mercado de trabalho de imediato. 35% conseguiram inserir-se imediatamente; 16% conseguiram em menos de três meses; 15% levaram até 6 meses; e 14% levaram mais de seis meses para conseguir se inserir. O gráfico 11 ilustra esses resultados.

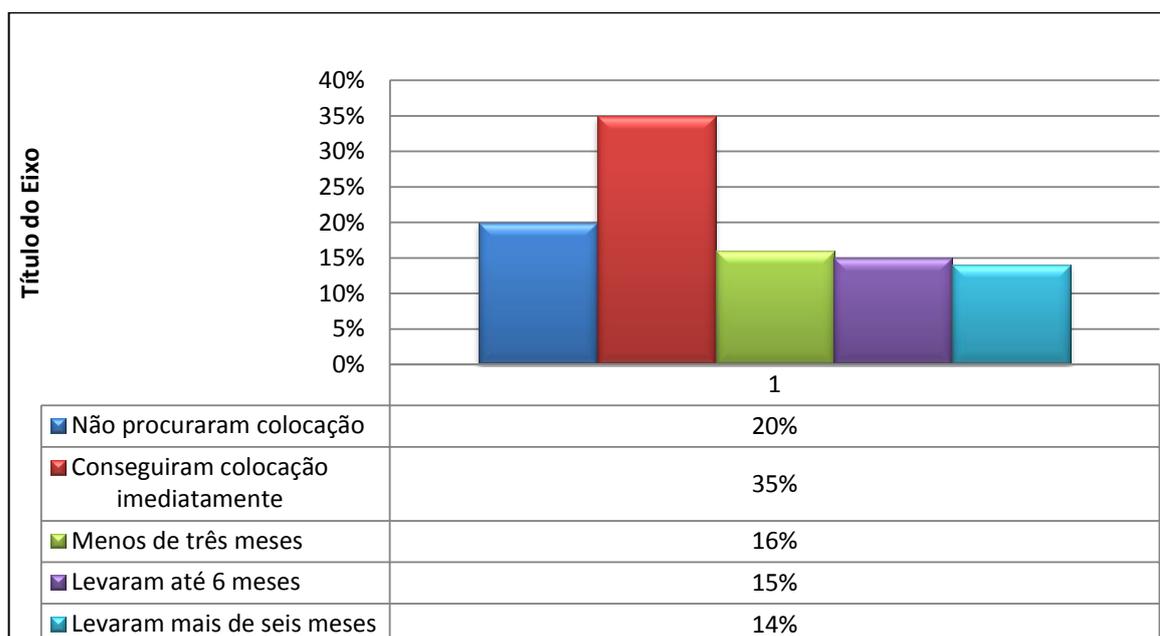


Gráfico 11: Tempo de inserção no Mercado de Trabalho
Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Esses números revelam as condições favoráveis de emprego para os egressos dos cursos técnicos, que de certo modo foram logo absorvidos pelo mercado de trabalho no próprio município. Assim, vale descrever a forma de

contratação para suas devidas ocupações, quando formulada a seguinte pergunta:
Aqui nesse trabalho, qual foi a forma de contratação?

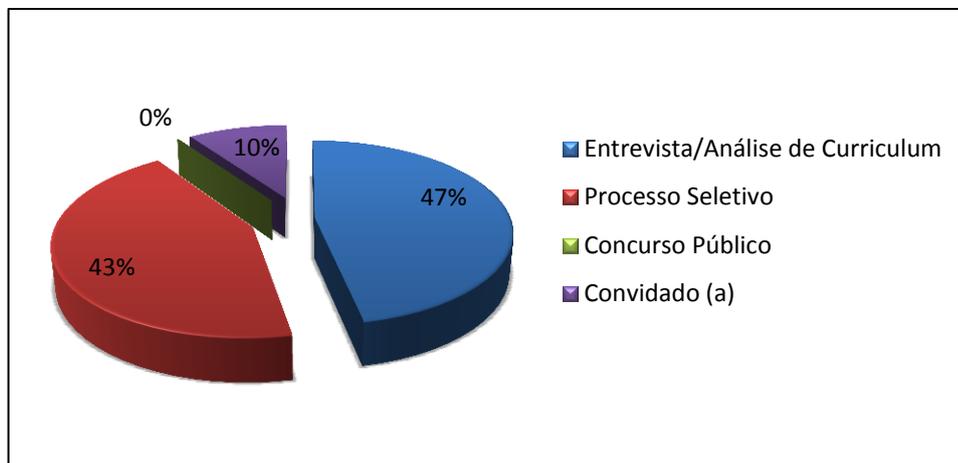


Gráfico 12: Modo de ingresso no Mercado de trabalho
 Fonte: Pesquisa de campo, 2014

Este dado é bastante relevante, pois embora os jovens estejam empregados, a tão sonhada estabilidade no mercado é incerta, pois consideremos os 47% que foram inseridos através de entrevistas e análise de currículo, que embora admitidos, podem ser demitidos a qualquer momento, bem como, os 43% de processo seletivo, que tem duração de 1 (um) ano e a após esse tempo, a corrida continua.

Embora empregados, muitos dos jovens afirmaram a dificuldade de conseguir emprego no município, e alegam que os motivos são devidas as exigências e apadrinhamento, ainda muito forte no município. Para a análise, foi realizado o seguinte questionamento: **Existe muita dificuldade em conseguir emprego em Parintins? () Sim () Não - Por quê ?**

Aqui em Parintins, a gente tem que conhecer alguém lá de dentro pra poder entrar, isso se você quiser assumir a função ao qual qualificou, até porque, aqui a grande maioria dos empregos é da prefeitura e a troca de prefeito dificulta muito, fica um entra e sai de funcionários. (F. S. G, 19 anos, 2014)

Eu não demorei muito pra me empregar porque eu conhecia gente da secretaria, sinceramente quando o prefeito sair acho que irei sair também, porque aqui é sempre assim, então tenho que aproveitar. (W. G. D, 22 anos, 2014)

Eu submeti meu curriculum, mas foi uma amiga minha que me indicou, fiz a entrevista e tudo e hoje estou aqui, mas sei que ela me ajudou muito e sou grata a ela por isso, ela assume um cargo comissionado e sempre indica, só

que ela sempre avalia se tem curso e se é capacitada, não entra assim qualquer um sem capacitação. (K. R. S. S, 17 anos, 2014)

A ultima jovem deixa claro que a qualificação nas secretarias é importante, e que é um critério durante as entrevistas de emprego, mas todos os jovens declararam que os “Q.I” no município tem sido a porta de entrada para muitos jovens no mercado de trabalho local. Portanto, as indicações acontecem principalmente no interior do estado, como Parintins, onde a absorção de funcionários é pelas secretarias municipais, logo, as indicações e apadrinhamentos são inúmeros.

Mas a qualificação profissional como proposta da empregabilidade, na relação Educação – Formação – Técnica, é reconhecida por estes jovens. Quando questionado sobre a importância dos cursos técnicos para a empregabilidade, os jovens foram unânimes ao dizer que facilitou e facilita bastante a absorção pelo mercado, que é um destaque nas entrevistas, no entanto, ainda sonham com universo acadêmico, e pensam em ingressar numa Universidade Pública.

Você acha que sua formação técnica foi importante para conseguir estar empregado?	
I. B. G, 23 anos	Com certeza, ajudou muito, é a primeira coisa que eles perguntam na entrevista, e acaba sendo uma isca para o emprego, pois muitos jovens desistem e acabam não se qualificando.
A. C. P. S, 19 anos	Pra mim foi, pois a função que exerço tenho domínio do que faço e produzo, pois me preparei e me qualifiquei pra isso.
A. B. M, 24 anos	Olha, com toda certeza, eles empregam porque eles veem que a gente tem qualificação pra desempenhar as funções, só que muitas vezes eles acabam explorando demais ou então, acabamos assumindo outras funções.

Quadro 9: Importância do Curso Técnico
Fonte: REIS, 2014

Os relatos dos jovens evidencia a importância da Educação Profissional em Parintins para a inserção destes no mercado de trabalho local. No entanto, algumas fragilidades foram identificadas principalmente no que diz respeito às condições

adequadas no trabalho, quando questionado: **Você considera suas condições de trabalho adequadas? () Sim () Não.** Por quê?

Não. Na maioria das vezes falta material de expediente, quando se quer imprimir tem que depender de outros setores. A internet aqui em Parintins já não funciona, e aqui no setor pelo fluxo de pessoas acessando é pior ainda, pois é uma única rede. (I.B.T. 23 anos, 2014)

Não. Como você está vendo os prédios do município não são próprios geralmente são casas como essas grandes que são alugadas e viram secretarias e coordenadorias. Aqui o teto tem filtração, quando chove a gente sofre empurrando os moveis para não molhar os arquivos. (D. G.B, 24 anos, 2014).

Sim. É tranquilo aqui, sou atendente, tudo é limpo, só que eu sou técnica em informática e só consegui trabalho aqui como atendente, já estou aqui há 1 ano. Mas estou tentando concurso quando abre. (F.T.S.S, 27 anos, 2014).

E ainda quando perguntado: **Você trabalha quantas horas por dia? () 6 horas/dia - () 8 horas/dia - () Mais de 8 horas/dia.** Por quê?

Diante de tais questionamentos, contatou-se que cargos que não são comissionados ou “confiança” nos setores, desenvolvem 8h/dia, e muitas vezes chegam a extrapolar até 9horas/dia, no entanto, quanto aos cargos comissionados, chegam quase 12h/dia, que está totalmente fora da legislação trabalhista.

Eu sou coordenadora do meu setor, e tem dias que eu entre 6h30 min e saio 20h, recebo comissão mas não compensa, aqui é muito trabalho, só ainda não sai porque não tenho outro emprego em vista no momento, até porque não dá pra estudar pra concurso, nem pra vestibular, e nem pra ir atrás de outra coisa, não tenho nem vida social. (F. P. F, 25 28 anos, 2014)

Além da problemática das horas trabalhadas há também a transversalidade dos cargos ocupados, onde jovens estão assumindo funções que não são de sua competência e sentem dificuldades para realizar atividades de habilidades específicas, pois estão em funções das quais não foram habilitados. Para esta análise foi realizado o seguinte questionamento:

Você acha que o trabalho que você exerce tem haver com a sua formação técnica Profissional? () sim () não Por quê?

Eu sou técnica de enfermagem e aqui faço parto devido a ausência de médicos, tem dias que não aparece um sequer, e a gente acaba fazendo os partos, geralmente so aparecem quando são pacientes das suas clínicas particulares, é por isso que há muitos casos de negligência. (L. S. N, 28 anos, 2014)

Eu fiz técnico em design de móveis, mas estou aqui na biblioteca, totalmente fora do que me especializei, fui contratado para ser artífice e

realizar a montagem dos móveis e adequações, mas nunca fiz isso, pois nunca chegou móveis novos e por isso assumo o caderno de empréstimos de livros. (F. T. G. J, 27 anos, 2014)

Eu sou técnica de informática e assumo como monitora de educação infantil, gosto do que faço mas queria assumir minha função, pois amo a área de informática. (I. B. S, 24 anos)

Eu sou técnico em segurança no trabalho, mas aqui não tem cargo para o que fiz, ai submeti meu curriculum e hoje estou como professor no interior, na zona rural de 1º ao 5º ano. (D. S. V, 24 anos)

Sou monitora de Educação Infantil, mas sou técnica de informática. Aqui desenvolvo todas as atividades de um professor regular, no entanto ganho menos de um salário mínimo, R\$ 500,00 e quando tem eventos do dia do professor nós monitores não somos convidadas. Além dos trabalhos e confecção de material para as aulas que acabam sobrando pra mim. (E. M. S, 19 anos, 2014)

Cabem inúmeras críticas à inserção dos jovens em cargos aos quais não estão habilitados conforme sua qualificação profissional. Os jovens estão assumindo funções que comprometem suas atividades pois sua qualificação profissional difere do trabalho realizado, e ainda, o atendimento e compromisso com o serviço à população local tende a ser fragmentado, uma vez que a adequação e afinidade profissional é um fator primordial para a garantia adequada dos serviços públicos. O que se vê é casos de precarização do trabalho, quando se tem qualificação e exerce uma inferior à qualificada pelo não acesso ao cargo desejado devido a ausência de vagas ou concorrência. Tudo isso porque não há fiscalização por parte do Ministério do Trabalho, embora algumas secretarias, como a Secretaria Municipal de Educação, que tem seu plano de cargos e salários, e não cumpre.

Há também aqueles, que acreditam que o curso técnico serve para ingressar logo no mercado de trabalho. **Em sua opinião é mais fácil conseguir emprego em Parintins quem tem curso técnico ou curso superior? () Curso Técnico () Curso Superior. Por quê?**

Olha, eu acho que o curso técnico abre logo a porta para o emprego. Até porque ele é curto, dura menos e a gente tem mais chances de concorrer a vagas do que aqueles que estão na universidade, pois passam cerca de 4 a 5 anos. (J. J. F. S, 22 anos, 2014)

Curso técnico com certeza. O mercado quer gente qualificada o mais rápido possível. É preferível cursar um curso técnico aqui em Parintins e depois tentar uma faculdade. (A. E. J, 27 anos, 2014)

Quem tem curso técnico é mais fácil por causa da fonte de renda em Parintins que é basicamente os setores da prefeitura. E a qualificação é mais fácil para garantir um trabalho mesmo que seja temporário, porque aqui o que temos é as Universidades formando professor e não tem concurso então é melhor qualificar-se. (A. P. C. P, 26 anos, 2014)

Diante dos relatos a partir dos formulários, identifica-se a instabilidade contratual, principalmente pela forma como ocorre no município, em sua maioria por análise de curriculum/entrevista e processo seletivo.

Considerando as questões expostas, o caminho para a Juventude no Mercado de Trabalho é desafiador pela fato das inovações tecnológicas e organizacionais demandarem um perfil de força de trabalho mais qualificado, também pelo fato, que muitos jovens trabalhadores qualificados ou requalificados não conseguem inserção ou manutenção no mercado de trabalho formal, entretanto, acredita-se que a proposta teórica sobre a temática é de vital importância, principalmente quando trata da realidade da juventude parintinense que vivencia as dificuldades de cargos, vagas, capacitação, experiência, habilitação profissional como fundamentos para a inserção no mercado de trabalho local.

Os dados apontam as dificuldades para a empregabilidade dos jovens, mas ajudam a atenuar a discussão em torno de políticas públicas de juventude para este município que se apresentam ausentes quando se trata de políticas de geração de emprego e renda, pela estrutura de gestão que se encontra. É árduo o processo de investigação, mas é possível que se crie uma rede de luta pelo reconhecimento das particularidades juvenis e da luta por reconhecimento profissional e cidadão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando o objetivo desta pesquisa, em analisar os impactos dos cursos técnicos profissionalizantes na inserção dos jovens no mercado de trabalho, as dificuldades enfrentadas no decorrer do processo de pesquisa foram muitas, entretanto, a *pesquisa exploratória* para a identificação das redes de empregabilidade foi o que mais exigiu tempo e disposição física para conhecer e catalogar os locais que mais os jovens se encontram inseridos no mercado e assim determinar o *locus* da pesquisa.

O contexto da Empregabilidade foi aprofundado dentro do discurso preconizada por Nogueira em *Trabalho, Empregabilidade e Gênero*, que traz o entendimento das relações estruturais provenientes da reestruturação produtiva e da imposição da qualificação profissional empreendida pelas empresas brasileiras na última década do século XX, condicionadas aos fatores macro-socioeconômicos dos processos de globalização no Brasil.

Neste cenário, a empregabilidade como proposta para a inserção dos jovens no mercado de trabalho, é predominante quando se trata de Educação Profissionalizante, pois inclui o discurso sob o prisma da política nacional de educação profissional implementada pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC e pelo Ministério do Trabalho em 1995 que tem como proposta aqui desenvolvida sobre o discurso da juventude, como a capacidade não só de garantir um emprego, mas de se inserir e se manter nos cargos ocupados que enfrentam profundas mutações e exigências.

Durante o período de observação de campo, verificou-se que a inserção dos jovens no mercado de trabalho no município de Parintins, partindo do entendimento da efetividade dos cursos técnicos de educação profissional como requisito para inserção deste público está sujeito a várias fragilidades. Dentre elas, vale destacar que os cursos técnicos profissionalizantes tem garantido cerca de 97% deste jovens no mercado de trabalho, outros 3% estão na contrapartida dos que não buscam por enquanto, a inserção, mas a qualificação.

No entanto, há aqueles jovens que se qualificaram, propuseram a busca pela inserção no mercado de trabalho, adentraram este espaço, todavia, ocupam cargos e funções transversais das quais fora habilitados. Isso compromete não só o desenvolvimento profissional dentro de suas capacidades profissionais, como assola a qualidade dos serviços oferecidos.

Outro ponto em questão, ainda são as indicações e apadrinhamentos muito comuns no município, isso porque a maioria das redes ocupacionais que dispõem de vagas para o mercado local é oriundo das secretarias municipais, logo, as análises de curriculum e entrevistas nem sempre são requisitos profissionais estabelecidos conforme determinam os editais de Processos Seletivos, mas constituem mero instrumento que desvaloriza a capacidade intelectual e habilitação profissional dos jovens.

Outro aspecto é a desvalorização profissional, pois dos jovens que participaram da pesquisa, 17% enfatizaram estarem submetidos a condições de trabalho precárias em relação à estrutura física e principalmente a exaustão por conta da carga horária de trabalho, que os deixam cada vez mais impossibilitados de dar segmento aos estudos e garantirem seu espaço no ensino superior, conforme muitos almejam.

Em síntese, cabe ressaltar que os resultados da pesquisa, mostram-se desfavoráveis às particularidades da juventude parintinense. O que está evidente no mercado local é a qualificação profissional e não às especificidades dos sujeitos e suas habilitações específicas, mas mão de obra qualificada para atender o mercado ou tornar as empresas competitivas e valoradas. Mas, há também o retorno positivo aos jovens que estão inseridos no mercado de trabalho conforme sua qualificação profissional, pois garantiram seu espaço e evidenciaram que há impactos positivos para a empregabilidade no mercado local. A educação profissional constitui uma exigência de mercado que por ser competitivo absorve os que estão mais qualificados.

No entanto, todos esses grupos de jovens têm suas especificidades, mas, do ponto de vista psicossocial e cultural, tendem a sofrer um processo de adultização precoce, principalmente quando inseridos no mercado e habilitados a outras

funções. Tendem a correr pela adequação ao trabalho e garantir-se nos cargos ocupacionais.

A solução para a problemática da precarização do trabalho e das condições de vida dos jovens e dos sujeitos em desenvolvimento, dependem de três fatores essenciais a serem almejados: educação de qualidade, políticas de juventude e valorização profissional. Uma educação que fuja dos princípios mecanizados, mas uma formação cidadã educativa para o desenvolvimento dos jovens. Além disso cabe o fortalecimento do público juvenil na luta por políticas públicas de juventude mais conceituadas e que levem em consideração suas particularidades e necessidades, que não os privem da cultura e do lazer. Antes de pensar no desenvolvimento do Brasil, temos que nos preocupar com o desenvolvimento das pessoas, onde a questão da responsabilidade social-educacional está no topo da questão.

É preciso avançar para além das doutrinas de segurança pública e de assistência social no trato com as políticas públicas federais orientadas para os jovens. O desafio maior é inscrever as políticas de juventude em uma pauta ampliada de direitos públicos de caráter universal. Essas orientações devem pressupor os jovens como sujeitos dotados de autonomia e interlocutores ativos na formulação, execução e avaliação das políticas a eles direcionadas.

A questão do trabalho é uma das grandes preocupações da juventude e também é no campo destas políticas públicas que as particularidades deste público devem ser discutidas e dialogadas. Existe uma convicção generalizada de que é necessário desenvolver programas e ações que melhorem a situação atual, levando-se em conta o aumento da vulnerabilidade deste grupo social, a limitada oferta de oportunidades, e as especificidades da condição juvenil contemporânea.

Mas é visível que o desemprego entre os jovens brasileiros é significativamente superior ao do restante da população. Ainda que, ao longo dos anos, tenha havido aumento das médias de escolarização dos jovens e uma melhora nas condições de trabalho – com alta da formalização –, não se observou aumento correspondente na oferta de empregos. É o caso de Parintins, que tem uma super oferta de instituições de Educação profissional, mas que não contempla

mercado de trabalho para grande parte da juventude qualificada que não seja ocupações de cargos instáveis.

Isso não quer dizer que maior escolarização garanta automaticamente aos jovens o ingresso em bons postos de trabalho, pois o incremento na oferta de mão de obra qualificada não segue necessariamente o mesmo ritmo do aumento na demanda por profissionais qualificados, conforme os resultados que esta pesquisa apresentou.

Contudo, diante de um cenário de altas taxas desemprego, e de desestruturação e precarização do trabalho, a juventude tem reagido hoje com inseguranças e angústias ao falar das expectativas em relação ao trabalho, no presente e no futuro. Eles vivenciam, de modo sofrido e dramático, o “medo de sobrar” e por isso são submetidos a funções que diferem de suas habilitações.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa tragam contribuições importantes à produção de conhecimento na área de empregabilidade e juventude, que enfrentou o desafio de abordar a temática da inserção dos jovens com cursos técnicos no mercado de trabalho no município. Acredita-se que indubitavelmente esses resultados contribuirão para a fundamentação teórica de outras pesquisas e para levantar questionamentos que direcionem novos estudos.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, H.; BRANCO, P. *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.
- ABRAMO, H.W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. In: PERALVA, A.T; SPOSITO, M.P (org). *Revista Brasileira de Educação*. nº. 5 e 6. São Paulo: Anped, 12005.
- ABRAMOVAY, Miriam e CASTRO, Mary Garcia (coord.). *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa*, Brasília, UNESCO, 2006.
- ALBORNOZ, Suzana. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasilienses, 1986. (Coleção Primeiros Passos)
- AL-MULFTI. In am. *Educação e excelência: investir no talento*. In: *Educação: um tesouro a descobrir*. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: MEC: UNESCO, 2006. 9ª ed. p. 212-217.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo: Boitempo; FAPESP, 2010. (Coleção Mundo do Trabalho)
- ALVES, Ivone Batista. *Juventude e Políticas Públicas e emancipatórias: algumas comparações*. In: Silva Jailson de Sousa, Jorge Luiz Barbosa e Ana Inês Souza. (orgs) *Políticas Públicas no território das Juventudes*. – Rio de Janeiro: UFRJ, Pró – Reitoria de Extensão, Coleção Grandes Temas do Conexões de Saberes 2006.
- ALVES, Maria Aparecida; TAVARES, Maria Augusta. A dupla face da informalidade do trabalho. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo: 2006. p. 425-444.
- ANDRADE, Carla C. de. *Juventude e Trabalho: alguns aspectos do cenário brasileiro contemporâneo*. Ipea: mercado de trabalho, nov. 2008
- ANTDJ - *Agenda Nacional de Trabalho Decente para a Juventude*. Brasília: MTE,SE, 2011.
- ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade no mundo do trabalho. 7 ed. São Paulo. Cortez, 2000.
- _____. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2007. (Coleção Mundo do Trabalho)
- AZEREDO, Beatriz. **Políticas Públicas de emprego: A Experiência Brasileira**. São Paulo:ABET, 1998.
- AZEVEDO, Caio. *Introdução à amostragem estratificada*. São Paulo, 2011.

BANGO, Julio. *Políticas de juventude na América Latina: Identificação de desafios*. Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). In: *Políticas públicas: juventude em pauta*. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008.

BARBOSA, Alexandre de F. e MORETTO, Amilton. *Políticas de Emprego e Proteção Social*. São Paulo: ABET, 1998. (Coleção Mercado de Trabalho)

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

BENAION, Noval. **A Subordinação Reiterada**: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil. Manaus: UFAM, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 15 maio 2013.

ALLIGARIS, C. A adolescência. São Paulo: Publifolha, 2000

CAMARANO, Ana A., MELLO, Juliana L., e KANSO, Solange. *Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros*. In: CASTRO, Jorge A. & AQUINO, Luseni (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.

CANESIN, M. T., Chaves, E. G. & Queiroz, E. M. O. Contribuições conceituais sobre juventude e suas relações com o trabalho e a educação. Inter-Ação. *Revista da Faculdade de Educação da UFG [Goiânia]*, 2002.

CAPELLA, Ana C.N. Perspectivas Teóricas sobre o Processo de Formulação de Políticas. GT “Políticas Públicas” n° 29° Encontro Anual da Anpocs, Caxambu, 2006.

CASTRO, Jorge A. & AQUINO, Luseni (orgs.). *Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2009.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

CONSELHO NACIONAL DE JUVENTUDE – CONJUVE . Recomendações do Conselho Nacional de Juventude ao Governo Federal. Acesso em 17 de agosto de 2014. www.acaoeducativa.org.br/recomendacoes_ao_governo_federal.pdf

CORAGGIO, José Luiz. Propostas do banco mundial para a educação. In: Tommasi, Livia de; Miriam Jorge Warde; Sérgio Haddad (Orgs). São Paulo: Cortez Editora, 1996

COSTA, Emília V. da. **Da Senzala à Colônia**. 1ª Ed. 1966. UNESP, 1998.

COTRIM, Gilberto. *História & reflexão: Mundo Contemporâneo e Brasil República*, 4: 1º grau. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

DADOUN, R. *A violência . Ensaio acerca do homo violens*. Trad. P. Ferreira, C. Carvalho. Rio de Janeiro: Difel, 1998.

DEDECCA, Cláudio Salvadori. *Reorganização Produtiva e Relações de Trabalho no Brasil – anos 90*. Ensaio realizado para a sessão de trabalho LAB19 Brazil's New Unionism Meets Global Economic and Technological Change: Shopfloor, Sectoral, and Peak-Organizational Responses do XXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latinoamericanos, Chicago, 23 a 25 de setembro de 1998.

DRUCKER, Peter. *A sociedade pós-capitalista*. São Paulo: Pioneira, 1993

educação e os trabalhadores. São Paulo: Editora Página Aberta, 1992. Manfredi, 2007, p.13).

FALEIROS, V. P. *O que é política social*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FOGAÇA, Azuete, SALM, Cláudio. *Estudo da competitividade da indústria brasileira; competitividade, educação e qualificação*. Campinas; UFRJ/IEI, 1992.

FREITAS, Maria Virgínia de. *Juventude e Adolescência no Brasil: referências conceituais*. 2005

FREZZA, M. MARASCHIN, C. SANTOS, N. S. *Juventude como problemas de políticas públicas*. Revista Psicologia e Sociedade, Porto Alegre R.S, 2009.

FRIGOTTO, G. *Juventude, trabalho e educação no Brasil*. In: NOVAES, R. C. R.; Políticas públicas no Brasil. Revista Brasileira de Educação, v. xx, n.24, set./dez., p.16-39, 2003a.

GARCIA, M. Dirce Falcone. *Juventude em tempo de incertezas: enfrentando desafios na educação e no trabalho*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte, 2009.

GARCIA, Thyanna. *Assessoria de Comunicação da Câmara de Parintins*. 2013. www.camaraparintins.am.gov.br. Acessado em set/2014

Gattai & Alves (2011)

GIL, Antônio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1999.

GOES, Glória Maria Vasconcelos; CARVALHO, Lêda Vasconcelos. *A Formação/qualificação profissional da juventude trabalhadora no contexto de desemprego estrutural*. In: III FÓRUM INTERNACIONAL DE PEDAGOGIA – FIPED, 2010. Quixadá-Ceará – Brasil.

GONZAGA, Gustavo. *Rotatividade e qualidade do emprego no Brasil*. Revista de Economia Política, vol. 18, n. 1 (69), 1998.

GUIMARÃES, Nadya. *Trabalho: uma categoria-chave no imaginário juvenil*. In Abramo, Helena & Branco, Pedro (orgs.). *Retratos da Juventude Brasileira: análise de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Perseu Abramo, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo 2000*. Internet. www.ibge.gov.br.

ISAC, Wanderson. Curso Técnico ou Faculdade? Disponível em: <http://educandosempre.wordpress.com/2012/06/17/curso-tecnico-x-faculdade/>. Acessado em 26 junho de 2013

IULIANELLI, Jorge Atílio Silva. *Juventude: construindo processos* – o protagonismo juvenil. In. Paulo Cesar Pontes Fraga; Jorge Atílio Silva Iulianelli (Orgs). *Jovens em tempo real*. DP&A, 2003.

KEHL, Maria Rita (2004), “A juventude como sintoma de cultura”, em Regina Novaes e Paulo Vannuchi (org.), *Juventude e sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*, Rio de Janeiro, Editora Fundação Perseu Abramo. KERBAUY, Maria Tereza Miceli. *Políticas públicas de juventude: políticas ou políticas governamentais*. Revista Estudos de Sociologia, Araraquara - SP, 18/19, 193-203, 2005.

LEITE, Emanuel. *O fenômeno do empreendedorismo*. 3ª edição – Recife: Bagaço, 2002.

LEON, Alessandro Ponce de Et al. *Políticas Públicas de Juventude*. Curso de capacitação e atualização política. Escola de formação política Miguel Arraes – Fundação João Mangabeira: Brasília, 2009.

LESSA, S. O reflexo como ‘não-ser’ na ontologia de Lukács: uma polêmica de décadas. *Crítica Marxista*, nº4, Xamã, São Paulo, 1997.
Lessa. **Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2007. p. 155-201,

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. **Na trilha da saúde do trabalhador: a experiência de Franca**. Franca: UNESP/FHDSS, 2009.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

MANZO, Abelardo J. *Manual para lapreparación de monografía: uma guia para presentar informes y tesis*. 2. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1973.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARKET, Werner. *Trabalho, comunicação e competência: contribuições para a construção crítica de um conceito e para a formação do profissional transformativo*. Campinas, SP: Autores Associados, 2004. (Coleção Educação Contemporânea).

MARX. Karl. **A ideologia Alemã** (I – Feuerbach). 7 ed. São Paulo: Hucitec, 1989. (Tradução de José Carlos Bruni e Marcos Aurélio Nogueira)

_____. *Manuscritos econômicos e outros textos escolhidos*. 4.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1987. 2vol

MEZZARROBA, O.; MONTEIRO, C. S. *Manual de metodologia da pesquisa no Direito*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

MINAYO, Maria C. de Souza (Org). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 29 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MOCHON, Fracisco; TROSTER, Luis Roberto. **Introdução à economia**. 1 ed. São Paulo: Makron Books, 1994

MORAES, C. S. V. O que há de novo na Educação Profissional no Brasil. Trabalho e Educação, n.º 8, Belo Horizonte: 2001.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de Direito do Trabalho**. 19. ed. São Paulo: Saraiva, 2004, p. 184.

NOGUEIRA, Marinez Gil. *Educação e Empregabilidade: Ensaio sobre a utilização da qualificação profissional como instrumento de construção de consenso nas relações de trabalho*. In: OLIVEIRA, S. B. (Org). Trabalho, Educação, Empregabilidade e Gênero. Manaus: UFAM, 2009.

NOGUEIRA, Oracy. *Pesquisa Social: introdução às suas técnicas*. São Paulo: Nacional, 1968

NOVAES, Regina. *Juventude e Sociedade: jogos de espelhos. Sentimentos, percepções e demandas por direitos e políticas públicas*. Revista Sociologia Especial – Ciência e Vida. São Paulo, outubro de 2007.

OIT. Organización Internacional de Trabajo. *Trabajo Decente y Juventud em América Latina*. Lima: OIT/ Oficina Regional Pra América Latina y el Caribe. Avance, 2007.

OLIVEIRA, Selma Suely Baçal. *Reestruturação Produtiva e Qualificação Profissional na Zona Franca de Manaus*. Manaus: Edua, 2000.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. *Metodologia da Pesquisa: Abordagem teórico-prática*. São Paulo: Papirus, 2000

PEREIRA, Potyara A. **Do mínimo ao ótimo de satisfação de necessidades mediante o conceito de básicos sociais**. In _____: Necessidades Humanas: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 5 Ed. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, Márcio. **O emprego na globalização: a nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo: Editorial, 2002.

POLIT, DF.; BECK, CT.; HUNGLER, BP. *Fundamentos de Pesquisa: métodos, avaliação e utilização*. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

RAMALHO, J. R. Precarização do trabalho e impasse da organização coletiva no Brasil. In: **Neoliberalismo, trabalho e sindicatos**. São Paulo: Boi-Tempo, 1997.

RAMOS, Marise Nogueira. *A Pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* 3. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RICHARDSON, R. J. et. al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 3ª Edição, 1999.

RUA, Maria das Graças. *As políticas públicas e a juventude dos nos 90*. In: CNPD. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento (Org.). *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. Brasília, DF: CNPD, 1998. p.731-

RUDIO, Frnz V. *Introdução ao projeto de pesquisa científica*. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

SALERNO, M S. Flexibilidade, organização e trabalho operatório: elementos para análise da produção na indústria. 1991. 232 p. Tese (Doutorado)–Departamento de Engenharia de Produção, Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SENAC. DN. Banco de dados : trabalho e emprego através dos classificados : relatório de pesquisa./ Wânia Regina Coutinho Gonzalez; Sophia Roslindo Pimenta. Rio de Janeiro : SENAC/DI/CAEP, 2000.

SCHERER, Elenise. *Baixa nas Carteiras: Desemprego e trabalho precário na Zona Franca de Manaus*. Manaus: Edua, 2005.

SELLTIZ, C. et. al. *Métodos de pesquisa nas relações sociais*. São Paulo: EDUSP, 1974

Severine Macedo (2014):

SILVA, Enid Rocha Andrade, ANDRADE, Carla de Coelho. A Política Nacional da Juventude: avanços e dificuldades. In. Jorge Abraão de Castro, Luseni Maria C. de Aquino, Carla Coelho (orgs). *Juventudes e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília : IPEA, 2009.

SOUZA, Norma Maria Bentes de. *Condições de vida, trabalho e rendimento nas áreas rurais e urbanas do Estado do Amazonas*. In: Scherer, Elenise (org). *Questão Social na Amazônia*. Manaus: Edua, 2009.

SPOSATI, Aldaíza de Oliveira. Mínimos Sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, ano 18, n.55, p.09-38, nov. 1997.

_____. **A Assistência na Trajetória das Políticas Sociais Brasileira: uma questão em debate**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

SPOSITO, Marília. Trajetórias na constituição de políticas de juventude no Brasil. In: Maria de Freitas, Fernanda de Carvalho e Papa (Orgs). Políticas públicas: juventude em pauta. – São Paulo Cortez: Ação Educativa assessoria, Pesquisa e informação: Fundação Friedrich Ebert, 2009.

VANNUCHI, P. (Org). *Juventude e Sociedade: Trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

ZYLBERSTAYN, Hélio; NETTO, Giacomo Balbinotto. **As teorias de desemprego e as políticas públicas de emprego**. São Paulo: Makron Books, 1999.

APÊNDICES

APÊNDICE – A

QUADRO I – CATEGORIAS TEÓRICO-ANALÍTICAS: GUIA DE ESTRUTURAÇÃO METODOLÓGICA DA DISSERTAÇÃO

CAPÍTULOS	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	CATEGORIAS	
		TEÓRICAS	EMPIRICAS
1. TRABALHO 1.1. O que é trabalho? 1.2. Reestruturação produtiva; 1.3. Trabalho e (des)emprego no Brasil – Amazonas e Parintins	-----	TRABALHO	Cursos técnicos
2. JUVENTUDE e POLÍTICAS PÚBLICAS 2.1. Definindo juventude 2.2. Políticas públicas de juventude 2.3. Estatuto da juventude 2.4. Conselho Nacional da Juventude 2.5 Educação profissional	Conhecer a visão do jovem sobre a influência dos cursos técnicos na inserção do mercado de trabalho;	JUVENTUDE E POLÍTICAS PÚBLICAS	Mercado de Trabalho
3. JUVENTUDE e MERCADO DE TRABALHO 3.1. A realidade do mercado de trabalho no município de Parintins 3.2. Juventude e trabalho 3.3. Juventude e educação profissionalizante 3.4. A inserção do jovem no mercado de trabalho 3.5. O perfil dos jovens egressos de cursos técnicos	Analisar a inserção dos jovens com cursos técnicos no mercado de trabalho formal ou informal. Descrever o perfil dos jovens que formaram nos cursos técnicos profissionalizantes promovido pelo CETM, IFAM e SENAC	EDUCAÇÃO PROFISSIONALIZANTE	Mercado de trabalho

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Jovens com Formação Técnica Profissional empregados
no município de Parintins

Você está sendo convidado para participar da pesquisa intitulada: **Juventude e Trabalho: Um Olhar Sobre os Cursos Técnicos na Empregabilidade dos Jovens no Município de Parintins** da pesquisadora Keuryanne Guerreiro dos Reis sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Cristiane Bofim Fernandez que tem por objetivo: Analisar os impactos dos Cursos Técnicos Profissionalizantes na empregabilidade dos jovens/alunos no município de Parintins – Amazonas.

Os benefícios relacionados com a sua participação referem-se aos possíveis resultados sociais a serem alcançados com a pesquisa, tendo em vista que a mesma poderá sinalizar alternativas e/ou ferramentas que contribuam para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações da referida política pública de juventude. A sua participação não implicará nenhum risco à sua integridade física ou moral, pois a pesquisa trata-se de um estudo sociológico.

De acordo com os procedimentos metodológicos delineados será realizada pesquisa bibliográfica, documental, exploratória e de campo, sendo nesta ultima utilizada a técnica de aplicação de formulários de entrevista para coleta de informações. Cumpre destacar que a sua participação não é obrigatória podendo se retirar do estudo a qualquer momento que desejar, sem que com isso tenha qualquer prejuízo ou penalidade. Sua participação é inteiramente voluntária uma vez que não será oferecida qualquer quantia em dinheiro ou em espécie como forma de pagamento à sua participação.

Para qualquer informação, o (a) Sr. (a) poderá entrar em contato a qualquer momento com a pesquisadora pelo telefone (92) 9269-0599 ou pelo endereço Av. General Rodrigo Octávio Jordão Ramos nº3.000 Campus Universitário Bairro Coroadó I, no departamento de Pós-Graduação em Serviço Social- PGSS, telefone (92) 3305-4579.

Declaro ter sido informado sobre o que o pesquisador quer fazer e porque precisa da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso, eu concordo em participar do projeto, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Estou recebendo uma cópia deste documento, assinada, que vou guardar.

- () Aceito que feito o registro fonográfico
() Não aceito que feito o registro fonográfico

Manaus, ___/_____/_____.

Assinatura do sujeito da pesquisa

Assinatura da Pesquisadora

APÊNDICE C



**Universidade Federal do Amazonas
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e
Sustentabilidade na Amazônia**

FORMULÁRIO DE ENTREVISTA

(Jovens com Formação Técnica profissional)

Juventude e Trabalho: Um Olhar Sobre os Cursos Técnicos na Empregabilidade dos Jovens no Município de Parintins

Nome do Jovem: _____

Telefones: _____

Data do Levantamento: ____/____/____

Local de Trabalho

- | | |
|---|---|
| <input type="checkbox"/> Universidade Federal do Amazonas | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Administração |
| <input type="checkbox"/> Distrito Mobiliário de Parintins | <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Saúde |
| <input type="checkbox"/> Instituto Federal do Amazonas – IFAM | <input type="checkbox"/> Centro de Atenção Psicossocial Adolfo Lourido - CAPS |
| <input type="checkbox"/> Centro de Educação Tecnológica do Amazonas – CETAM | <input type="checkbox"/> Postos Municipais de Saúde |
| <input type="checkbox"/> SENAC | <input type="checkbox"/> Comércio Local – Lojista |
| <input type="checkbox"/> Hospital Regional Jofre Cohen | <input type="checkbox"/> Outros |
| <input type="checkbox"/> Hospital Pe. Colombo | |
| <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Educação | |
| <input type="checkbox"/> Secretaria Municipal de Meio Ambiente | |

IDENTIFICAÇÃO

1. Idade

- 18 a 20 anos 20 a 22 anos 23 a 26 anos 27 a 29 anos

2. Gênero

- Feminino Masculino

3. Estado Civil

- Casada(o) Solteira(o) Viúva(o) Divorciada (o) União Estável

4. Naturalidade: _____

5. Formação

- Ensino Superior Incompleto
 Ensino Superior
 Especialização
 Especialização Técnica
 Ensino Técnico

6. Tem filhos? () sim () Não

Se sim, quantos: () 1 a 3 filhos () 4 a 6 filhos () mais de 7 filhos

7. Você é natural de Parintins - AM?() sim () Não

Se não, qual sua naturalidade? _____

8. Há quanto tempo você reside em Parintins? _____

9. Responder se marcou a questão 7 (**Não**). Por que veio a Parintins?

- () Mudança familiar
- () Dar segmento educacional
- () Emprego/Trabalho
- () Problemas Naturais/Enchente-Vazante
- () Outros.

Comente

10. Quantas pessoas moram na sua casa?

() 1 a 5 pessoas () 6 a 10 pessoas () de 11 a mais pessoas

11. Sua residência é: () Própria () Alugada () Cedida () Outros

ASPECTOS ECONÔMICOS

12. Quantas pessoas trabalham na sua casa ? _____

13. Qual a sua renda individual mensal?

- () Não tem renda
- () Menos de 1 salário mínimo (até R\$678,00)
- () De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 678,00a R\$ 1.356,00)
- () Mais de 2 até 4 salários mínimos (R\$ 1.357,00 a R\$ 2.712,00)
- () Mais de 4 até 6 salários mínimos (R\$ 2.713,00 a R\$ 4.068,00)
- () Mais de 6 até 8 salários mínimos (R\$4.069,00 a R\$ 5.424,00)
- () Mais de 8 (a partir de 5.425, 00)

14. Qual a renda familiar mensal?

- () Não tem renda
- () Menos de 1 salário mínimo (até R\$678,00)
- () De 1 a 2 salários mínimos (R\$ 678,00a R\$ 1.356,00)
- () Mais de 2 até 4 salários mínimos (R\$ 1.357,00 a R\$ 2.712,00)
- () Mais de 4 até 6 salários mínimos (R\$ 2.713,00 a R\$ 4.068,00)
- () Mais de 6 até 8 salários mínimos (R\$4.069,00 a R\$ 5.424,00)
- () Mais de 8 (a partir de 5.425, 00)

15. Você trabalha com carteira assinada? () Sim () Não

16. Alguém de sua casa trabalha com carteira assinada? () Sim () Não

17. Você tem outras rendas? () sim () Não

Se sim, quais? _____

18. Você é beneficiário de algum programa do governo federal? () sim () não

Se sim, qual? _____

QUESTÕES RELACIONADAS À QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL

19. Como você soube dos Cursos Técnicos em Parintins?

- () Rádio
- () Televisão
- () Jornal/Noticiário
- () Internet
- () Amigo/conhecido
- () Outros _____

20. Local de Conclusão do Curso Técnico

- () Centro de Educação Tecnológica do Amazonas - CETAM
- () Instituto Federal do Amazonas - IFAM
- () Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC

21. Por que você escolheu essa instituição para cursar o Curso Técnico?

Por que ? _____

22. Tempo de conclusão:

- () 1 ano e meio
- () 2 anos
- () Mais de 2 anos

Se mais de 2 anos, por quê?

23. Formação Técnica:

- () Téc. Administração
- () Téc. em Design de Móveis
- () Téc. em Enfermagem
- () Téc. em Informática
- () Téc. em Meio Ambiente
- () Téc. em Recursos Humanos
- () Téc. em Segurança no Trabalho
- Outros _____

24. Após a conclusão do curso técnico, você foi logo inserido no mercado de trabalho?

Sim () Não ()

Quanto tempo? _____

25. Seu curso técnico tem ajudado você no seu dia-a-dia de trabalho?

26. Qual sua perspectiva após ter concluído o Curso Técnico Profissional?

27. Você pensa em fazer um vestibular? () Sim () Não

Por quê? _____

28. Em sua opinião é mais fácil conseguir emprego em Parintins quem tem curso técnico ou curso superior? () Curso Técnico () Curso Superior

Por que ? _____

29. Você acha que a formação técnica influencia o empregador na contratação?

() sim () não Por que ?

QUESTÕES RELACIONADAS AO TRABALHO

30. Você trabalha há quanto tempo neste local? _____

31. Já trabalhou de carteira assinada? () sim () não

- Se sim, quanto tempo trabalhou de carteira assinada?

() 1 a 3 anos () 4 a 6 anos () 7 a 9 anos () 10 a mais anos

- O que você fazia ? _____

32. Aqui nesse trabalho, qual foi a forma de contratação?

() Entrevista/Análise de Currículo

() Processo Seletivo

() Concurso Público

() Convidado(a)

() Outros, especifique: _____

33. Qual cargo/função exerce? _____

34. Existe muita dificuldade em conseguir emprego em Parintins? () Sim () Não
Por quê ? _____

35. Você acha que sua forma Técnica foi importante para conseguir estar empregado hoje? () sim () não
Por quê ? _____

36. Você acha que o trabalho que você exerce tem haver com a sua formação técnica Profissional? () sim () não
Por quê ? _____

CONDIÇÕES DE TRABALHO

37. Você considera suas condições de trabalho adequadas? () Sim () Não
Por quê? _____

38. Você trabalha quantas horas por dia?

() 6 horas/dia

() 8 horas/dia

() Mais de 8 horas/dia. Por quê? _____

39. Você considera que a sua formação técnica influencia nas suas horas trabalhadas?

() Sim () Não

Por quê ? _____

40. Quanta a atividade que você desenvolve, você pretende aperfeiçoar através de outros cursos profissionalizantes?

() Sim () Sim () Não

Por quê ? _____

